DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 813/2015	DATA: 10/6/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 12h38min	TÉRMINO: 19h20min	PÁGINAS: 164

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURÍCIO GUEDES - Gerente-Executivo de Engenharia para Empreendimentos de Abastecimento da PETROBRAS.
HEYDER DE MOURA CARVALHO - Ex-Gerente de Compras para Empreendimentos da Área de Abastecimento da PETROBRAS.
NILTON MAIA - Gerente Jurídico de Gestão e Desempenho da PETROBRAS.
SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Ex-Diretor Corporativo das Empresas COMPERJ S/A.
CARLOS FREDERICO TREVIA - Ex-Gerente de Relacionamento e Comunicação das Empresas COMPERJ S/A.
MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Ex-Gerente de Implementação do Empreendimento de Unidades HDT - RNEST.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

O Deputado Bruno Covas faz referência ao Termo de Colaboração nº1, de 31/10/14, páginas 26 e 27, que na verdade é o Termo de Colaboração nº 6, de 3/11/14.
Há expressões ininteligíveis.
Houve falha na gravação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da Empresa de Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 27ª reunião e, sendo assim, indago se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Luiz Sérgio.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Ofício do Deputado Bruno Covas justificando ausência nos trabalhos desta CPI, no dia 8 de junho, por ter participado de atividade parlamentar anteriormente agendada no Estado de São Paulo.

Esta Presidência reitera a necessidade do comparecimento das Deputadas e dos Deputados membros à Secretaria desta Comissão, para a disponibilização das senhas de acesso a todos os documentos sigilosos recebidos por esta CPI.

A presente reunião destina-se a audiência pública da sub-relatoria coordenada pelo Deputado Altineu Côrtes para investigação do superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil, com tomadas de depoimento dos Srs. Maurício Guedes, convocado pelo Requerimento nº 533, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes; Heyder de Moura Carvalho, ex-Gerente de Compras para Empreendimentos da Área de Abastecimento da PETROBRAS, convocado pelo

Requerimento nº 379, de autoria do Deputado Altineu Côrtes; Nilton Maia, convocado pelo Requerimento nº 718, de autoria do Deputado Altineu Côrtes; Sérgio Bezerra, convocado pelo Requerimento nº 720, de autoria do Deputado Altineu Côrtes; Carlos Frederico Trevia, ex-Gerente de Relacionamento e Comunicação da PETROBRAS, Requerimento nº 373, do Deputado Altineu Côrtes e Marcos José Pessoa de Resende, da RNEST, Requerimento nº 648, do Deputado Altineu Côrtes.

Convido o Sr. Maurício Guedes a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, peço a V.Exa., considerando as matérias surgidas neste final da semana na mídia, hoje, ontem, mencionando que o Instituto Lula recebeu 3 milhões da empreiteira da Lava-Jato, considerando também o caso de Pasadena — até agora é inexplicável a visita do Paulinho aqui ao Planalto; não sabemos o que ele foi fazer lá sem autorização da Dilma, considerando que ela é a pessoa superior —, que agilizemos essa convocação do ex-Presidente, para que ele posa comparecer a esta Comissão para dar as explicações necessárias a respeito desse dinheiro que ele recebeu, quando ele já não exercia mandato, ele já não era Presidente da República e, segundo consta da perícia da Polícia Federal, essas doações foram doações políticas, para fundo político.

Estranho muito a situação e eu acho que já está no momento... Quando nós estivemos com o Dr. Sérgio Moro, eu perguntei a ele se ele iria chegar à cúpula, a quem realmente é o líder dessa organização criminosa. Acho que nós estamos muito perto, e a Polícia Federal nos deu uma ajuda muito grande com essa perícia que realizou.

Então, eu pediria a V.Exa. — acho que já há requerimento para votação — que colocasse isso em pauta, com a vênia do nobre Deputado Luiz Sérgio, nosso Relator, que eu acredito que não vai se escusar de convidar o ex-Presidente Lula para vir se explicar. Acho que ele até deve ter interesse, considerando o nome dele ter sido mencionado constantemente pela imprensa. Acho que ele vai querer vir aqui conversar com o Delegado Waldir, com o Izalci, com o Hugo Motta, com os demais representantes desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que os depoentes serão ouvidos na qualidade de testemunhas, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souberem e lhes for perguntado, sob as penas da lei.

Registro, Sr. Maurício Guedes, que V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o ainda de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos depoentes será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Maurício Guedes.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Boa tarde, Exmo. Sr. Hugo Motta, Deputado Presidente da Comissão, Exmo. Sr. Relator, Luiz Sérgio, Deputado Altineu, Sub-Relator, demais Deputados membros da Comissão aqui presentes, demais pessoas... *(Pausa.)* Alguém não está ouvindo? Demais pessoas aqui presentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está baixo. Peço para melhorar o som.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Alô. Posso seguir? Então está bom. Vou utilizar meu tempo apenas para fazer uma breve apresentação da minha pessoa, do meu histórico na PETROBRAS. Eu sou engenheiro da PETROBRAS, trabalho lá há 28 anos. Entrei em 1987. Nos últimos anos, nos últimos 3 anos, desde maio de 2012, ocupo a posição de Gerente-Executivo de Engenharia para Abastecimento. Cuido das obras, dos investimentos relacionados à área de abastecimento da

PETROBRAS. Antes disso, eu entrei na PETROBRAS, fiz um curso de engenharia de equipamentos entre 87, 88, um curso de 1 ano, onde me especializei em Engenharia de Equipamentos de Petróleo. Trabalhei 9 anos na Refinaria Duque de Caxias; depois disso, fui transferido para trabalhar no grupo que desenvolveu o gasoduto Bolívia-Brasil. Em 2000, fui convidado para ir para a engenharia, ocupei de 2000 a 2009 a Gerência de Empreendimentos de Energia. Entre 2009 e 2012, ocupei duas gerências-gerais na área de engenharia, uma corporativa e uma outra que cuida de empreendimentos de gás e energia. Atualmente, sou Gerente-Executivo e cuido dos empreendimentos relacionados à área de abastecimento. Isso desde maio de 2012. É só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Passarei a palavra ao Deputado Altineu Côrtes, como o Deputado Luiz Sérgio sempre procede quando as audiências públicas são das sub-relatorias.

Então, Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. tem a palavra para questionar o Sr. Maurício Guedes, em seguida, o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quero agradecer ao Relator Luiz Sérgio.

Sr. Maurício, o senhor hoje trabalha onde?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu trabalho na Engenharia da PETROBRAS, na área de investimentos da PETROBRAS. A PETROBRAS tem dois segmentos que cuidam dos investimentos: tem a área de negócios, a área de abastecimento, e a área de engenharia. Eu trabalho na área de engenharia e sou Gerente-Executivo de Engenharia para Abastecimento. Essa posição eu ocupo desde maio de 2012

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E qual o contrato hoje ou os contratos que estão sob a sua gerência? Quais empreendimentos, melhor dizendo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exato. Em termos de empreendimentos, os mais importantes são o empreendimento da RNEST, as obras da RNEST, o COMPERJ, temos um duto que liga Caraguatatuba à REVAP para transferir líquidos, basicamente isso. Esses são os empreendimentos mais importantes hoje.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Por favor, quem era o Diretor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Desculpe-me, tem mais um aqui, a RPBC. Nós estamos implementando um HDT de diesel na RPBC. Também é um empreendimento bastante importante.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Vocês estão implementando um?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Um HDT de diesel.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Onde?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Na RPBC em Cubatão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Cubatão. No Contrato nº 0858007200411, do Consórcio UTC Odebrecht, no valor de 3 bilhões, 824 milhões e 500 mil reais, o objeto era unidade de geração e distribuição de vapor. O senhor foi responsável por esse contrato? O senhor foi o coordenador dessa comissão de licitação?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exato. Na época, eu não estava trabalhando ainda no segmento de abastecimento, mas fui coordenador da comissão de licitação. Desculpe-me, não foi comissão de licitação, não, foi comissão de negociação com esse consórcio que hoje está implementando as unidades de utilidade do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Isso no COMPERJ?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exato!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Foi uma comissão de negociação? Porque houve uma dispensa de licitação nesse contrato.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exatamente. Isso precede. Bom, é preciso entender o seguinte: a comissão de negociação ou uma comissão de licitação, ela tem o papel de executar aquilo que foi decidido na linha hierárquica da companhia. E foi decidido nesse caso, pela Diretoria Executiva, dispensar a licitação e fazer...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era o Diretor-Executivo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O Diretor da área de Engenharia na época da área de Serviço, que se chamava, na época, era o ex-Diretor Renato Duque e, na área de Abastecimento, o Diretor Paulo Roberto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas quem autorizou essa dispensa acima do senhor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A Diretoria-Executiva, e na época eu não estava na linha hierárquica tomando essa decisão. A decisão é anterior à formação da comissão de licitação. Uma vez decidido pela Diretoria-Executiva negociar diretamente, aí, sim, foi formada uma comissão de negociação, à qual eu fui indicado para ser coordenador.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor foi indicado, então, pelo Sr. Renato Duque?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não. Na época eu fui indicado pelo Gerente-Executivo da Engenharia, que era o engenheiro Roberto Gonçalves.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Roberto Gonçalves, que substituiu o Pedro Barusco?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor sabe que, em depoimento prestado aqui anteriormente... O senhor tem conhecimento de que o Sr. Roberto Gonçalves recebeu propina? Isso já foi dito aqui. O senhor tem esse conhecimento?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu li na imprensa, li no jornal que há uma acusação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Maurício, o Sr. Renato Duque está preso; o Sr. Pedro Barusco fez delação premiada, devolvendo uma fortuna ao País; o Sr. Roberto Gonçalves sucedeu o Sr. Pedro Barusco, também levou propina e escolheu o senhor para ser o negociador desse contrato de 3 bilhões, 824 milhões e 500 mil reais, formado pela UTC, que também está devolvendo dinheiro fruto de propina e diz, assume que todo esse cartel aconteceu, e a Odebrecht não assume.

Como é que o senhor enxerga essa situação? Como é que o senhor se vê envolvido numa situação como essa, em que todos os atores aqui, um está preso, o outro levou dinheiro, o outro delatou que o dinheiro saía desse contrato, por exemplo. Um dos contratos de que saiu o dinheiro foi esse aqui. Como é que o senhor chegou a esse valor? Como é que o senhor negociou 3 bilhões e 824 milhões, e não 822 milhões, e não 900 milhões, e não 3 bilhões e 600 milhões? Quem chegou a esse preço aqui? O Sr. Renato Duque falou: *"Olha, aumente um pouquinho, diminua!"*? Como é que o senhor sentiu isso? Quem pediu ao senhor para chegar a esse preço aqui?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A comissão de licitação — a comissão de negociação, neste caso — recebeu uma estimativa, ao mesmo tempo em que recebemos a proposta do consórcio que se pretendia negociar. Nós, na comissão, tomamos a decisão de que só íamos... A proposta era superior à estimativa que foi feita por uma outra área da empresa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem fez a estimativa?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A estimativa foi da área de Estimativa de Custos, que, na época, era ligada à área corporativa da engenharia. Hoje existe uma gerência-executiva corporativa que trata de estimativas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era o gerente?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O gerente era Sérgio Arantes. Na época era o gerente da área de Estimativa de Custos. Só para complementar a resposta,...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Pode complementar.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - ... nós recebemos a estimativa, recebemos a proposta, fizemos uma reunião na comissão e entendemos que nós só íamos, até porque a estimativa, nesse caso, era uma estimativa com uma precisão muito grande... Quer dizer: ela gerava, se eu não me engano, mais 3 ou menos 2%, algo desse tipo, porque já se vinha discutindo a implementação dessas unidades há muito tempo. Era uma estimativa da ordem de 3 bilhões e 800, por aí, 3 bilhões e 800, um pouquinho mais alto do que o que foi fechado, e a proposta girava um pouco acima de 4 bilhões. Nós tomamos a decisão de que nós íamos negociar, até que atingíssemos o valor e ficássemos, no mínimo, abaixo da estimativa que havia sido feita pela área de Estimativa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Esse contrato recebeu... Nesse contrato, Sr. Maurício, como a corrupção está aqui, dentro desse assunto, então tudo chama muita atenção.

Por exemplo, esse contrato foi assinado no dia 27/12. Foi um presente de Natal mesmo que as empresas receberam; elas conseguiram fazer um gol. Depois disso, quando ele foi assinado — tem um detalhe aqui também muito curioso —, quem assinou como testemunha esse contrato foi o Júlio Camargo, lobista que fez delação premiada. Assinou um contrato como testemunha de 3 bilhões, 824 milhões

e 500 mil reais. Por que o Sr. Júlio Camargo foi testemunha para assinar um contrato, se a PETROBRAS tem 80 mil funcionários para serem testemunhas?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Vamos lá. Só para reforçar, na época, como eu não fazia parte dessa área de Abastecimento, eu trabalhava para outro segmento, o meu papel na comissão foi até o ponto em que a gente fechou a negociação. Então, de tudo o que ocorreu após o fechamento da negociação, eu não participei. Mas eu me lembro de que o Júlio Camargo, na época, era representante do Grupo Toyo. Então, como provavelmente você tem que ter uma testemunha do lado das empresas, ele deve ter sido indicado pelo consórcio para ser testemunha. É o que eu imagino. Mas eu não fiz parte, não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas ele fazia parte do consórcio?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Ele representava o Grupo Toyo, que fazia parte do consórcio. Disso eu me lembro na época.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor não acha estranho, o senhor que está funcionário público aí, trabalhando na PETROBRAS há muitos anos, um contrato num valor desses, com dispensa de licitação, assinado no Natal? Isso não chama a atenção? É normal isso, no apagar das luzes?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O que eu posso lhe dizer é que esse contrato era crucial na época para o cumprimento de prazos do COMPERJ. Então, eu não me lembro exatamente da data na qual foi fechada a negociação, mas faria sentido, uma vez que se tinham atingido os objetivos da negociação, que a assinatura acontecesse o mais breve possível, é lógico, cumpridos todos os rituais da empresa, os pareceres necessários. Aí teria que ver quando foi fechada a negociação, e aqui não lembro, não recordo exatamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O Sr. Júlio Camargo afirmou que ele pagou 12 milhões de reais ao Sr. Renato Duque. Ele disse:

> *"Tinha, como regra, 1%, mas isso era muito flexível. Muitas vezes isso era negociado. No meu caso, sempre negociei pra menor, nunca pra maior. Eu paguei em torno de 12 milhões. A maioria dos pagamentos eram feitos em contas indicadas no exterior, outra parte aqui no Brasil. Não fiquei responsável por nenhum pagamento*

nesse caso, nesse contrato, porque o meu contrato não tinha como custo, como ônus, nem o pagamento na área de Engenharia, nem de Abastecimento. A UTC e a Odebrecht ficaram responsáveis por ambas as áreas."

Quem falava com o senhor pela UTC e pela Odebrecht? Quem eram os caras que tratavam do contrato?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Olha, na UTC, eu não lembro aqui agora. Acho que vou errar se disser alguma pessoa da UTC. Agora, na Odebrecht, era um engenheiro chamado Renato. Ele era o representante da Odebrecht. Da UTC eu não me recordo aqui agora.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Maurício, o senhor sabe que há situações em que é difícil até... Eu acho que, na realidade, o senhor foi indicado, ali, nesse caso. O Renato Duque autorizou a dispensa de licitação, mas o senhor cumpriu um papel como negociador.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim, eu e a comissão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Alguém lhe ofereceu alguma vantagem?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, nunca me ofereceram vantagem nenhuma nesses 28 anos de companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, para o senhor foi um susto isso tudo que aconteceu? O que o senhor enxerga disso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Olha, muita surpresa, tristeza e indignação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Esse contrato ainda está em vigor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Esse contrato está em vigor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E a PETROBRAS pediu desconto?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não. A PETROBRAS não pediu desconto em relação a...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - A esse preço que está em vigor hoje?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não. Pois é, pedimos desconto na época da licitação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não, agora?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não. Uma vez o contrato assinado, não foi pedido desconto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu já repeti isso, aqui, algumas vezes. Então, hoje, se o contrato está em vigor, chegando o final do mês, a empresa vai lá, faz a medição, emite uma nota fiscal e recebe?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim, pelo serviço executado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Pelo serviço executado. Mas você não acha, já que aconteceram as delações premiadas, e os próprios empresários disseram que os preços eram combinados, você, como funcionário da PETROBRAS — eu vejo você falando, sinto que você gosta da empresa, que você veste a camisa da empresa...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Muito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Você não acha que a PETROBRAS teria de pedir um desconto, dizendo: *"Olha, gostaria que V.Sas. nos dessem os descontos aqui de 3% relativos às denúncias"*, assim, etc.? Você, como responsável, não se sente responsável? Você não acha que a PETROBRAS ainda está pagando propina?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O que me chegou ao conhecimento é que a PETROBRAS hoje é assistente de acusação, inclusive, da Procuradoria. Mas a PETROBRAS vai acionar, está acionando as empresas para reaver o que teria sido pago indevidamente. Mas isso é uma estratégia jurídica. Não cabe à área técnica definir qual a estratégia jurídica da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É exatamente isso que estou falando. É aí que eu acho que cabe. Sabe por quê? Porque é o seguinte: se ela está entrando na Justiça, se ela é assistente e vai entrar na Justiça para reaver aquilo que teve como prejuízo, ela está continuando a pagar os contratos que foram alvo dessa corrupção. Então, não seria mais fácil, a partir de agora, essas empresas darem 1%, 2%, 3% de desconto? O senhor não acha isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu preferia que quem emitisse essa opinião... É complicado para mim, como técnico, emitir uma opinião...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor acha que se deve deixar como está? O contrato foi armado assim mesmo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, eu acho que a PETROBRAS tem de reaver os recursos. Agora, é complicado para mim opinar sobre a estratégia jurídica que a companhia vai seguir. Tem uma área jurídica da PETROBRAS que cuida disso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, quando o senhor paga esse contrato mensalmente, o senhor acha que está pagando um preço justo, mesmo o Júlio Camargo dizendo que colocava 1%, o Renato Duque tendo levado dinheiro, o Pedro Barusco devolvendo 100 milhões de dólares? Esse dinheiro que eles devolveram saíram dos contratos da PETROBRAS. Então, se não foram mudados os números, continua-se pagando esse valor. Eles podem não estar levando. O Renato Duque, por exemplo, acredito que não esteja levando, a não ser que tenha alguém pegando para ele; ele está preso.

Mas, como o senhor veste a camisa da PETROBRAS, não acha que deveria, não juridicamente, mas administrativamente, dizer: *"Olha, se aconteceu isso, nos contratos de que sou responsável, eu, Maurício, vou solicitar às empresas o desconto de 2% relativo às denúncias da Operação Lava-jato"*? O senhor não pode fazer isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu não posso fazer isso administrativamente. E mais: eu tenho que fazer isso segundo uma orientação da companhia, visando o melhor resultado ao final desse problema, porque, ao fazer isso, eu posso de alguma forma, até por não ser especialista juridicamente e por não entender o que vai levar ao melhor resultado, estar prejudicando o interesse da companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É, entendi. Ou o interesse de alguém que esteja interessado em que as coisas continuem do mesmo jeito, não é?

Agora, vou fazer uma pergunta ao senhor sobre verbas de chuva. A PETROBRAS teve bilhões de reais de prejuízos em aditivos. Foram gastos, por exemplo, no COMPERJ... No início da terraplanagem, constavam as PPUs, valores para mitigar a questão de chuva, porém nunca contrataram. Isso gerou um expressivo aumento nas despesas de terraplanagem e atraso nas obras. Na RNEST, também, foram gastos com terraplanagem mais de 130 milhões de reais com verba de chuva. Nos últimos 3 anos, foram contratados galpões infláveis, para execução das tubovias, o que foi um sucesso. Na REFAP, por exemplo, o contrato

não foi até o fim. Na REPLAN, depois que uma empreiteira propôs isso, a Gerência-Geral achou melhor não levar à frente. Em Cubatão, a questão da cobertura inflável foi sabotada, 47 mil metros quadrados.

Por que não foram usadas as coberturas infláveis nesses processos, o que seria muito mais barato, a obra não teria atraso e a PETROBRAS não jogaria todo esse dinheiro no lixo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É interessante essa pergunta, Deputado, porque a primeira cobertura inflável utilizada na PETROBRAS o foi por minha iniciativa. Foi no Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté. A gente estava atravessando uma região muito difícil, com muita chuva, e para quem conhece aquela serra, imediatamente lá acima, logo que você alcança o planalto paulista, ela é muito acidentada, chove muito, e havia muita dificuldade na época para superar aquela região. Eu ia ao local, logo que eu assumi a Gerência-Geral voltada para o Gás e Energia, e entendia que ia ser muito difícil superar aquilo sem uma outra solução. Reuni um grupo para discutir soluções, e, entre as soluções apresentadas, apareceu essa de cobertura insuflável, aliás, um exemplo que a gente tinha visto, que estava sendo aplicado, que tinha sido aplicado em Angra dos Reis pela ELETROBRAS. Vendo aquilo, e discutindo outras soluções possíveis, entendemos que essa era uma solução que ia trazer resultados, aplicamos nessa situação e, de fato, conseguimos superar, e foi aprovada essa solução. A empresa que trabalhou na época, a empresa Pistelli, não tenho o que dizer, ela contribuiu muito, de forma muito competente, para o resultado. Essa cobertura teve alguns problemas no início, porque a gente teve que aprender a começar a trabalhar com ela, e ela colapsou durante a obra, mas foi possível recuperar, na época do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté. Enfim, essa história da cobertura, depois eu vou voltar, um pouquinho mais à frente, na minha resposta em relação à utilização dela para esses HDTs. Em relação aos contratos com cláusula de chuva, a lógica do contrato com cláusula de chuva é retirar das propostas as contingências relacionadas ao efeito das chuvas nos contratos. Então, eu crio uma condição isonômica, para todo mundo que está propondo, e digo o seguinte: *"Olha, todos os efeitos, custo por obras paradas, máquinas paradas, recursos parados relacionados à chuva, a PETROBRAS vai remunerar aos custos que eles tiverem"*. Isso evita que se crie contingência. Essas

verbas são previstas nos contratos, ou seja, eu vou, à medida que as chuvas vão acontecendo, e suas consequências, pagando de acordo com as verbas que estão lá previstas. No entanto, se chover mais do que o que está previsto, pode, se necessário... A gente viu ocorrer, no caso do COMPERJ, por exemplo. Eu não estava lá na época, mas conheço a história. Choveu muito no ano em que se estava fazendo a terraplanagem no COMPERJ, e foi necessário adicionar verba suficiente para fazer frente a esses custos que estavam previstos nos contratos. Em relação ao HDT, todo esse...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Porque, por exemplo, no COMPERJ, aí é que está, Maurício, você... Você me desculpe que eu o chame de "você". O senhor é jovem. Lá no COMPERJ, a gente pega o TCU levantando um prejuízo de 130 milhões de reais. Poxa, isso é dinheiro do povo brasileiro! Os responsáveis pelas obras, colegas seus — não sei se você foi um dos que assinaram esse contrato —, pegaram e jogaram o dinheiro no lixo. Botaram o dinheiro no bolso do empresário, dinheiro de propina, armação, sujeira. Então, num caso como esse, por que não usou uma cobertura inflável?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, aí eu já diria que para o tamanho do COMPERJ, para área do COMPERJ, não me parece uma solução viável.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Você não vai usar na área toda; você vai usar na área onde está trabalhando, não é?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, mas aí é que está. Tem casos e casos. Por exemplo, eu sou partidário do uso da cobertura inflável quando ela couber. Prova disso é que eu fui o primeiro a utilizar, depois a utilizei novamente numa estação de compressão em Guararema também com muito bom resultado. Mas entendo que numa área com a extensão do COMPERJ colocar uma cobertura seria muito difícil. E, no inicio da terraplanagem, você trabalha na área toda, com movimentação de gente caminhando. Numa área daquele tamanho, eu acho inviável para a área toda. Agora, voltando à questão que foi mencionada em relação ao prejuízo: esse contrato do COMPERJ com cláusula de chuva foi um dos primeiros contratos, lá no início, quando se bolou, quando se imaginou essa cláusula de chuva nos contratos do COMPERJ. E o TCU apontou certas não conformidades ou irregularidades no que diz respeito à aplicação do procedimento de pagamento nos

custos. Nós estamos buscando entendimento com o TCU e de fato conseguimos em vários pontos. Entendemos que o TCU tem razão em outros. Por conta disso — e o TCU determinou —, nós obtivemos garantias das empresas para as diferenças apontadas, indicadas pelo TCU, e essas garantias estão vigentes. Hoje, para você ter uma ideia, a última discussão que existe com o TCU, a mais importante, relacionada à diferença que o TCU aponta, diz respeito ao consumo de combustível das máquinas, porque, quando as máquinas estão paradas, não estão sendo utilizadas, elas não consomem combustível, tem que descontar o combustível que seria utilizado quando a máquina está funcionando. Ou seja, o custo da máquina parada é diferente do da máquina produzindo. Só que o TCU pensa que o custo do combustível tem que ser descontado como se a máquina em operação estivesse sendo utilizada na sua potência máxima, ou seja, com o acelerador pisado no fundo o tempo todo, enquanto o custo do combustível que nós estávamos propondo descontar se baseava no consumo médio da máquina em operação, informado pelo fabricante. Ou seja, a máquina opera, para, dá marcha a ré, e por aí afora. No entanto, nós mantivemos essas garantias — e estão vigentes até o ano que vem, inclusive, e, se for necessário, a gente vai renovar —, para que, uma vez chegado a um entendimento com o TCU ou a uma determinação final em que o processo tenha transitado no TCU, a gente recupere os valores e sejam executadas as garantias.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O que me parece, Maurício — e às vezes eu fico meio assustado com alguns técnicos da PETROBRAS —, é que, depois disso tudo que está acontecendo, vocês são muito duros em aceitar que houve alguma coisa errada.

Por exemplo, quando esses contratos são pagos mensalmente por vocês lá, vocês me dizem que não pedem desconto? Então, não pedem desconto, não houve problema nenhum! De onde saíram esses bilhões de reais de propina aí? Saíram desses mesmos contratos que vocês assinaram, dos pagamentos que vocês já fizeram. E vocês estão continuando a fazer os pagamentos. E, às vezes, vêm aqui responsáveis pelos contratos, como o senhor, por exemplo, querem contrapor o Tribunal de Contas — podem contrapor, todo mundo tem esse direito —, e não querem tomar uma atitude para diminuir o valor.

Então, mais ou menos deixa tudo como está, vamos levando, vamos responder ao problema. Eu fico meio assustado com isso! Eu quero fazer uma pergunta para você. Por exemplo, no processo do Consórcio CTT, que é o Tomé-Technip, qual foi a posição da PETROBRAS sobre a cobertura de chuva?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A PETROBRAS aceitou a proposta de instalar a cobertura. Eu não estava lá na época, mas me passaram essas informações. A PETROBRAS aceitou a proposta do consórcio de instalar a cobertura, e a cobertura foi instalada. No entanto, a cobertura, depois de insuflada, algum tempo depois de insuflada, a cobertura desabou. No entanto, na relação da PETROBRAS com o consórcio, o consórcio permaneceu obrigado a cumprir os prazos contratuais. E também ele não recebe verba de chuva no período em que a cobertura tivesse que estar insuflada. E surgiu uma desavença, então, entre o consórcio e a empresa no que diz respeito ao pagamento. O consórcio não queria pagar porque não estava fazendo uso da cobertura e a empresa entendendo que fez tudo o que tinha que fazer para manter a cobertura insuflada. Agora, nós não podemos entrar nessa desavença, não podemos arbitrar isso, sob pena, inclusive, de atrair para a PETROBRAS uma responsabilidade subsidiária solidária. Essa é a questão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Com isso eu concordo. Eu só não concordo em a PETROBRAS pagar à empresa o valor e a empresa não realizar o serviço.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - À empresa nós estamos pagando pelo HDT feito. E mais...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas, sobre o HDT feito, existiu o valor estimado de 25 milhões de reais? A PETROBRAS pagou por isso? E essa cobertura não foi colocada?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Vou explicar: quando nós pagamos esse valor, nós pagamos para que não mais, durante aquele período, fossem pagas verbas de chuva, essas verbas de chuva que você menciona, e mais: que não fosse adicionado ao contrato prazo decorrente da ocorrência de chuvas. E nós mantivemos a empresa obrigada a essas condições durante o período, ou seja, ela teve que tomar outras medidas, colocar mais recursos, fazer alguma coisa, para manter o prazo. O fato é que ela não tem o direito a adicionar prazo, e nós não

pagamos as tais verbas de chuva. Ela passou a ter um problema, porque ela tinha uma obra para executar como se a cobertura estivesse lá instalada. Ela tinha que executar como se a cobertura estivesse lá, recebendo como se a cobertura estivesse lá, sem fazer uso dela. Esse é o ponto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, isso significa que a empresa recebeu da PETROBRAS os 25 milhões de reais pela locação da cobertura?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não pela locação, por cumprimento do prazo, ou seja, para manter o prazo fixo sem estender por chuva...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não colocou...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - ... e ela não recebe pela ocorrência de chuvas no período em que a cobertura estiver lá. Ou seja, é como se, durante a época — e a cobertura teria que estar lá por 15 meses —, nós tivéssemos modificado o contrato, tirando a verba de chuva, tirando a cláusula de chuva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu estou entendendo, eu estou entendendo. Mas vocês quantificaram o valor em 25 milhões de reais para que a empresa supostamente contratasse uma cobertura.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A cobertura é um meio para conseguir isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É um meio, exatamente. Mas vocês fizeram este número: 25 milhões de reais. Então, esse número foi estimado em cima de uma cobertura, da contratação de uma cobertura, que é um meio. A empresa não contratou essa cobertura, mas ela também não cobrou da PETROBRAS verba de chuva. É isso que você está me dizendo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas por que esse valor, então, em vez de 25, não foi de 10 milhões...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Esse valor...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ... se não tem cobertura?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Esse valor foi o valor proposto pela empresa. Uma vez que ela ia se utilizar desse meio, ela calculou esse valor, considerando o pagamento da cobertura.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas você não acha que está errado isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Mas a gente também comparou...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu quero só colocar o seguinte, Maurício: eu não quero saber do problema do consórcio com a empresa da cobertura. Esse problema não me interessa. O que me interessa é o seguinte: a PETROBRAS orçou, pagou 25 milhões de reais por uma cobertura que não foi colocada. Aí você está me dizendo: *"Mas também nós não pagamos obra de chuva".*

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É que eu queria explicar que tem um detalhe aí: nós não pagamos pela cobertura. A cobertura era o meio que a empresa propôs para eliminar o efeito da cláusula de chuva naquele momento e não acrescentar prazo. Então, a cobertura era o meio. Então, nós não pagamos pela cobertura; nós pagamos por uma mudança de obrigações dela no contrato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Entendi. Mas esse valor poderia ter sido de 10 milhões, 12, 15. Vocês pagaram 25!

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Poderia. E aí qual foi a nossa comparação? A nossa comparação foi o efeito na redução do prazo e o fato de estarmos economizando verba de chuva. Essa é a nossa comparação, porque esse é o nosso benefício. Nosso benefício não é a cobertura; nosso benefício é o prazo e a verba de chuva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O que o senhor tem a dizer sobre o caso da Tomé-Technip, responsável pela obra da Carteira de Diesel lá em Cubatão?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Em que sentido, desculpe-me?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O que o senhor tem a dizer sobre essa obra?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, essa obra, ela vinha ocorrendo normalmente até um ponto em que... Era um consórcio: Tomé-Technip. A Technip é uma empresa que tem muita *expertise* na área de Projetos, e a Tomé tem *expertise* na área de Construção. Portanto, quem liderava a construção no campo era a Tomé. Num determinado momento, a Tomé começou a ter problemas financeiros e teve dificuldades em manter essa liderança no campo, lá na obra, e a Technip teve, então, que assumir. Isso gerou contratempos para a obra, evidentemente, porque se teve que ter uma substituição de gerências e de empregados novos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quantos aditivos teve essa obra?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu aqui não tenho essa informação, Deputado. Eu teria que levantar, posso lhe passar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas mais ou menos?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu não sei, vou errar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, só para registar: nós falamos no início aqui — e é uma dúvida de muitos Deputados desta Comissão — da questão da estimativa de custo. Todo o mundo fala da estimativa de custo. A gente fala aqui em bilhões de reais e a gente sempre fala da estimativa de custo, e a PETROBRAS culpa a estimativa de custo. E foi citado aqui, por exemplo, no caso desse primeiro contrato que eu citei aqui, de 3 bilhões, 854 milhões e 500 mil reais, UTC-Odebrecht, que foi feita uma dispensa de licitação e esse contrato já teve sete aditivos. Esse contrato teve essa dispensa autorizada pelo Sr. Renato Duque. Quem fez a estimativa de custos foi o Sr. Sérgio Abrantes, não é isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Arantes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Arantes.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Era o gerente da área que fazia estimativa nessa época.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Só, Sr. Presidente, que esse Sr. Sérgio Arantes já está convocado, a gente já aprovou um requerimento de convocação. Então, numa próxima oitiva, eu gostaria de marcar, que eu acho que seria muito importante, porque não é só sobre isso, mas sobre os custos da PETROBRAS.

No mais, o senhor conhece o Sr. Roberto Bastos?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Roberto Bastos eu acho que era o gerente da Tomé na obra que você mencionou aí de Cubatão. Se eu não me engano, é isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quantas vezes o senhor esteve com ele? O senhor esteve com ele fora da obra?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Provavelmente não. Fora da obra, não; mas, na obra, eu acredito que ele tenha participado de reunião comigo algumas vezes, três ou quatro vezes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas o senhor se encontrou com ele fora da obra onde?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, não me lembro de ter me encontrado com ele fora da obra. Pode ser que ele tenha ido ao *(ininteligível)* alguma vez, feito reunião comigo, mas eu não me recordo aqui.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor sabe que o Sr. Roberto Bastos é um empresário, um homem-chave que ainda não apareceu aqui.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu estou aqui achando que a gente está falando do mesmo Roberto Bastos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É, a gente está falando do mesmo Roberto Bastos, um empresário forte, muito importante nesse cartel, um nome que ainda não surgiu. E foi o Sr. Roberto Bastos quem começou toda essa conversa do cartel, lá atrás, das empresas, inicialmente. O senhor tinha conhecimento disso, de que foi ele que começou lá atrás a reunir as empresas, lá em São Paulo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu não fazia a menor ideia. Eu conheci o Roberto Bastos no contexto dessa obra lá em Cubatão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Dessa obra.

Está bom, Sr. Presidente. Eu estou satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Maurício, o senhor esteve subordinado ao ex-Diretor Paulo Roberto Costa. Que tipo de relação o senhor tinha com o Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu nunca fui subordinado diretamente ao Diretor Paulo Roberto Costa, porque ele era Diretor da área de Abastecimento, e eu trabalhava na Engenharia enquanto ele era Diretor. Meu relacionamento com ele era profissional. Participei de, eu diria, várias reuniões com ele enquanto trabalhava na Engenharia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E, quando estoura o escândalo envolvendo diretores da PETROBRAS, qual o impacto dessa notícia de recebimento de valores, de propina? Como o senhor recebeu essa notícia?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, no meu caso, com surpresa. E, além disso, no caso do Diretor Paulo Roberto, como ele é réu confesso, é uma pessoa que fez delação premiada, com tristeza, indignação, porque, sinceramente, eu percebia uma pessoa bem preparada dentro da companhia, trabalhando. Eu pensava que estava trabalhando no melhor interesse da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor manteve também alguma relação mais estreita com o Sr. Renato Duque?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, o Diretor Renato Duque, o ex-Diretor Renato Duque era Diretor da área de Engenharia. Eu, boa parte da época em que ele foi Diretor, era Gerente de Empreendimento; em determinado período, passei a Gerente-Geral; existia o Gerente-Executivo entre mim e o ex-Diretor Renato Duque. Tive a oportunidade de participar de várias reuniões com ele, mas somente no ambiente de trabalho. Nunca tive nenhum outro tipo de relacionamento com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com o Sr. Pedro Barusco também?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Com o Sr. Pedro Barusco, um pouco mais próximo, porque ele foi Gerente-Executivo da Engenharia, então pude participar de muitas reuniões com o Gerente-Executivo da Engenharia, mas também sempre dentro do conceito da empresa, profissionalmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Pedro Barusco, quando afirmou na sua delação que recebia propina desde 1997, 1998, e que recebia essas propinas sozinho, que impacto e que crença pessoas como o senhor, que foi gerente durante anos da empresa, que juízo de valores estabeleceu dessa afirmação do Sr. Pedro Barusco?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, eu vim conhecer o engenheiro Pedro Barusco quando ele se tornou Gerente-Executivo da Engenharia, em 2003. Agora, em relação a essa afirmação, eu compartilho da visão da Presidente Graça Foster, que esteve aqui depondo, de que é difícil crer que ele, sozinho, conseguiria receber propina.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. ocupa cargo de gerente na PETROBRAS desde que ano? Em que ano V.Sa. ocupou o primeiro cargo de gerente na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Foi na Refinaria Duque de Caxias, eu creio que em 1997.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na Duque de Caxias?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É, na refinaria REDUC, em 1997.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em 1997.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Chefe de setor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E a sua crença de não acreditar na afirmação do Barusco, de que ele estaria no esquema sozinho, deve-se a quê?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, é porque, conhecendo os procedimentos da companhia, a companhia é muito resguardada do ponto de vista de várias pessoas envolvidas para fazer alguma coisa, quer dizer, com várias alçadas para a tomada de decisão, com comissões. Então, eu fico imaginando até que ponto tem valor uma pessoa sozinha nesse processo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mudando aqui um pouco o eixo dos questionamentos, foram feitos aqui muitos questionamentos, alguns inclusive já têm juízo de valor. Eu mesmo, enquanto Relator, tenho um juízo de valor de que não se deve iniciar um processo de licitação em cima de um projeto tão inicial, que ainda não está estruturado. E este sempre foi o objeto aqui de muitos debates: que os estudos para as refinarias — tanto COMPERJ, quanto Abreu e Lima —, quando licitados, ainda estavam muito preliminares, muito incompletos, muito falhos.

Como um gerente de projeto, V.Sa. compartilha comigo desse juízo de valor ou entende que, como eles foram licitados, já dava uma base para trocar esses empreendimentos?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A minha opinião é de que o mais importante não é a questão do projeto nessa situação, o quanto avançado ele estava. Eu acho que ele estava até num avanço suficiente para fazer a licitação, mas não com a estratégia de condução que foi aprovada. Porque, na época, para... Numa tentativa de obter um prazo melhor, como os equipamentos, principalmente os equipamentos maiores, engenheirados, eles eram o caminho crítico da obra, o que se resolveu foi segregar a aquisição desses equipamentos das contratações. Com isso, a PETROBRAS adquiriu centenas de equipamentos para essa obra, fora o fato de criar uma interface de administração desses contratos de aquisição com os

contratos da obra. Como são equipamentos que você não encontra na prateleira, diversas características do equipamento são necessárias para que você chegue ao projeto executivo — posicionamento de bocais, cargas elétricas, pesos, tamanho dos equipamentos. Então, durante a administração, o que foi necessário? Foi necessário aguardar os desenhos de fornecedores, verificar a consistência disso e compatibilizar esses desenhos de fornecedores com os projetos executivos. E a PETROBRAS assumiu para si, em boa parte dos contratos, a responsabilidade de fazer o projeto executivo, entendendo que a empresa contratada teria dificuldade de obter esses dados. Então, fez o projeto executivo, criou uma interface. Aí, você cria essa dificuldade tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do projeto executivo como, depois, à necessidade de sincronizar a chegada desses equipamentos na obra com a obra em si. Então, qualquer coisa em que você tenha descasamento, seja de informação técnica dos equipamentos principais, seja de prazo de entrega desses equipamentos, poderá provocar um problema no andamento da obra, o que requererá, provavelmente, aditivos nos contratos vigentes. Na minha visão, o caso RNEST é mais um caso de estratégia de condução gerado pelo plano que foi feito à época, um plano de aceleração, do que uma questão de maturidade de projeto. Essa é a minha opinião! Pode ter pessoas que discordam.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas a distância entre a última refinaria construída no Brasil e as recentes refinarias pode também ter provocado um fosso de visão, de planejamento? A PETROBRAS, então, estaria também perdendo o seu saber na área do planejamento para executar um empreendimento dessa complexidade, levando em consideração que há anos, há décadas não se construía um empreendimento disso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, eu acredito que competência de planejamento existia. É que talvez a gente estivesse um pouco distante na questão da otimização da refinaria. Quando a gente olha para a RNEST, a gente percebe que a RNEST poderia ser mais bem projetada do ponto de vista, poderia ser mais bem otimizada. Por exemplo, a área que a refinaria ocupa, o nível, a quantidade de tanques de armazenamento que a refinaria tem. Essa refinaria poderia ter sido mais bem trabalhada do ponto de vista de garantir uma refinaria otimizada do ponto de vista da função que ela desempenha. Então, quando a gente a compara com

métricas internacionais, com outras refinarias do mundo, a gente percebe que ela tem um nível de automação superior, um nível de tancagem maior, ela ocupa uma área maior, e isso poderia ter, pode, pode não, com certeza agrava, aumenta os custos da refinaria.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A refinaria teve várias fases. Na Fase 1, que é uma fase de identificação de oportunidades, falou-se em custo da ordem de 2,4 bilhões, que não era nem projeto, era só uma identificação de oportunidade. Quando na Fase 2 se debateu já o projeto, chegou-se a uma estimativa de 13,4 bilhões, não é? Depois, houve a fase que chegou a 18 bilhões. E a refinaria ainda não está pronta. Em sua opinião, a que se deve essa elevação de preços a cada fase que se buscava implementar na refinaria?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, apesar de não ter estado lá naquela época em que se desenvolviam essas fases, o que eu sei da história e vejo pelos documentos é que a refinaria sofreu modificações ao longo das fases. Então, isso já explica um pouco a modificação de custos ao longo das fases. E outra: houve um aperfeiçoamento que diz respeito à estimativa. Nós temos estudos recentes, análises recentes que comparam o custo da RNEST com refinarias no mundo. A CERA, por exemplo, pena que eu não trouxe aqui comigo, eu esqueci. Mas existe uma instituição internacional que faz comparação de preços de refinaria. Então, ela pega uma refinaria padrão, exclui aquelas coisas que não é possível de serem padronizadas, por exemplo, obras extramuros, custos relacionados a alteração e partida, custos de juros de financiamento que podem existir. Exclui uma série de custos que não dá para comparar e compara o que é possível. Quando a gente faz essa comparação e traz para o Brasil, para os dias de hoje, a gente chega ao Brasil, para construir uma refinaria com aquela capacidade, a gente teria um custo da ordem de 38 mil, perto disso, 38 mil dólares por barril. Excluindo os custos da RNEST, do Porto de Suape, obras extramuros, tudo isso, levando para as mesmas bases, a gente teria um custo da ordem de 36% superior a essa refinaria padrão. Então, o que a gente percebe é que de fato a refinaria não é uma refinaria competitiva. É uma refinaria que não é otimizada. No entanto, aquele custo original, da ordem de 2 bilhões, não é compatível com esses estudos feitos por essas

entidades internacionais, pelo menos na época em que esse estudo foi feito. Esse estudo é de 2011.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Esse estudo inicial da identificação de oportunidade, em que se falou de custo de 2,4 bilhões de dólares, beira um chute sem ter base técnica para estabelecer esse valor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu não conheço esse estudo exatamente, não sei quais são os parâmetros que foram utilizados nele, mas o que eu consigo afirmar é que, na época em que a refinaria é aprovada, em nenhum lugar do mundo seria possível construir uma refinaria por 2 bilhões de dólares com aquela capacidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em lugar nenhum do mundo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Lugar nenhum do mundo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas quando...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O lugar mais barato, se não me engano, era a China, que é 14 mil dólares por barril, e não levaria esse valor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas quando V.Sa. fala da estratégia de construção, entende que seria melhor ter projetado que os próprios executores comprassem os equipamentos? É isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É, eu acho que você tem de ter uma estratégia de condução compatível com aquilo, com a sua avaliação de risco, não é, como se tivesse assumido muito risco ao ter todas essas interfaces. No meu ponto de vista, o que seria melhor? Se eu decidisse comprar esse equipamento, se eu poderia decidir isso, isso é uma estratégia possível; o ideal seria ter uma janela suficiente de folga, de tempo, entre a compra dos equipamentos e a contratação dos principais EPCs, porque isso permitiria uma tranquilidade em termos de recebimento das informações para incorporar aos projetos, a avaliação de consistências, e também evitaria que eventuais problemas de prazo de fornecimento dos equipamentos fossem trazidos para a obra. Então, é possível essa estratégia, mas a questão de tempo de deflagração de cada um dos processos teria que ser revista para que esse processo funcionasse. Dentro da lógica de se implementar tudo ao mesmo tempo, eu acho que incorporar os equipamentos dentro dos contratos faria mais sentido. No entanto, você teria que aceitar, desde o início, um prazo diferente daquilo que foi proposto originalmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pegando um outro tema aqui, aproveitando a sua presença, e como V.Sa. atuou na área de gás e energia da PETROBRAS, gostaria de saber se V.Sa. participou da elaboração e da implementação do projeto GASENE.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, o GASENE... Eu fui designado gerente-geral dessa área de gás e energia em final de 2009. O GASENE, ou partiu logo depois, ou foi em torno dessa época. Então, não participei da concepção. Participei, ali, do finalzinho da obra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. participou da execução...

O SR. MAURÍCIO GUEDES – Basicamente, a execução estava no final.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No final.

E qual a visão que V.Sa. tem em relação também ao projeto do GASENE do ponto de vista da estratégia de construção? Foi correto ou poderia, na sua visão, ter sido outro; foi...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Olha, eu nunca me aprofundei muito nesse assunto, mas, ao que me consta, nas discussões internas que a gente tem sobre projetos, me parece que foi uma estratégia correta e que gerou resultado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O.k., Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecendo a V.Exa., Deputado Luiz Sérgio, vamos ao próximo Sub-Relator, Deputado Bruno Covas. S.Exa. tem até 10 minutos para fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Boa tarde a todos.

Sr. Maurício, V.Sa. atualmente gerencia a área de Engenharia para Empreendimentos de Abastecimento da Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Materiais da PETROBRAS. Correto?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Correto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Na época em que o Sr. Jansen foi gerente de empreendimento do COMPERJ, V.Sa. ocupava qual cargo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Durante algum período eu era gerente... Eu não me lembro exatamente das datas em que o Jansen ocupou a gerência geral, mas eu acredito que, durante algum período, era gerente de empreendimento ligado à área

de energia, e por algum período par dele, como gerente-geral na área de serviço de logística, e também voltados para empreendimentos de gás e energia.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. poderia nos dizer se era comum, durante a construção do COMPERJ, a realização de reuniões entre contratante e contratado para discutir questões relativas a projetos básicos e projetos executivos?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Durante a execução da obra?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E antes?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Na fase em que eu estava lá, até porque essa questão já estava superada. Antes eu não posso afirmar, não sei.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Júlio de Almeida Camargo, no seu Termo de Colaboração nº 1, de 31 de outubro de 2014*(sic)*, disse o seguinte:

> *"(...) QUE JANSEN era o gerente do empreendimento denominado COMPERJ (...) e o declarante teve diversas reuniões com ele, desde a parte da elaboração do projeto básico, depois do projeto detalhado e como prosseguir com o projeto, pois estava envolvido com o CONSÓRCIO TUC, onde inicialmente a proposta era a construção da unidade de utilidades (hidrogênio, água, oxigênio) e a venda de serviços à PETROBRÁS (vender tantos metros cúbicos de hidrogênio e água a tantos reais); QUE esta modalidade foi discutida durante quatro ou cinco anos, mas finalmente não foi aprovada na reunião da diretoria plena; QUE posteriormente, a PETROBRÁS aceitou usar o projeto e fazer uma negociação direta com o consórcio, cujo coordenador da comissão de licitação foi MAURÍCIO GUEDES, com o qual o declarou passou a manter contato durante todas as negociações; QUE MAURÍCIO MARTINS era coordenador da área de ABASTECIMENTO para o projeto de utilidades do*

COMPERJ e, como as áreas de abastecimento e engenharia desenvolviam um trabalho conjunto, tratava com ele sobre especificações, detalhamentos, preços simulados de serviços para ele ter uma comparação com preços da PETROBRÁS, pois era uma modelagem que estava sendo feita pela primeira vez na empresa, era necessário trocar uma série de informações."

V.Sa. poderia nos dizer por que o projeto para a construção da unidade de utilidades não foi adiante?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, eu ... O que me foi dito... Quer dizer, eu não participei desse processo, mas o que me foi dito é que o resultado econômico associado a esse pagamento de tarifas para a PETROBRAS não era vantajoso; gerava um resultado pior do que a PETROBRAS implementar o projeto a seu custo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer quando ocorreu essa decisão da diretoria plena de não levar adiante essa...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Foi em final de 2011. Acho que até vou falar uma data, 27 de dezembro de 2011, eu acho que foi quando foi assinado o contrato, se eu não me engano. Então, essa decisão ela deve ter ocorrido aí em setembro, outubro de 2011, final de 2011.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer quem participou dessa decisão?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Os diretores que estavam presentes na reunião. Eu não consigo afirmar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Posteriormente, a PETROBRAS resolveu realizar o projeto, correto?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quando isso ocorreu?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Nessa decisão. A decisão foi a de não levar à frente o projeto estruturado, ou seja, de adquirir energia, *(ininteligível)* de utilidades desse consórcio e, sim, implementar uma unidade própria. Nessa decisão, ela fez as duas coisas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Júlio Camargo disse que houve uma negociação direta com o Consórcio TUC. O senhor poderia nos explicar o que ele quis dizer com isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É porque, para cumprir o prazo, a ideia foi utilizar a *expertise* que a empresa já tinha desenvolvido na condução dessa discussão, dessa negociação. Ela detinha o projeto, já tinha estudado muito o projeto, e, caso ela conseguisse oferecer para a PETROBRAS uma proposta interessante, vantajosa, seria o caminho mais rápido para garantir o início das obras.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quais empresas faziam parte desse consórcio?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É... Toyo, UTC e CNO Odebrecht.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor confirma que o Maurício Guedes citado no depoimento de Júlio Camargo refere-se a sua pessoa?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim, sou eu. Eu que coordenei essa comissão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor poderia nos fornecer mais detalhes acerca desses contatos mantidos com Júlio Camargo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Júlio Camargo, como eu disse, na época, ele representava a Toyo. Então, ele participou das reuniões de negociação como representante da Toyo. Existia uma outra pessoa também representante da Toyo — não me lembro o nome, porque era um estrangeiro. Basicamente, foi isso durante esse processo. Depois eu passei, eu tive outras reuniões profissionais com o Júlio Camargo em outras funções.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Esse procedimento é comum na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Qual procedimento? Negociação?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Isso.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Em algumas situações, sim. Em um caso excepcional, em algumas situações, ele é aplicado. É um procedimento previsto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. tinha conhecimento de que Júlio Camargo fazia parte de um cartel de empresas que atuava para dilapidar o patrimônio da PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, não tinha, até que isso veio a público.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. poderia nos esclarecer quem seria Maurício Martins, também referido por Júlio Camargo em seu depoimento?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Maurício Martins é um engenheiro da PETROBRAS. Na época, trabalhava na área de abastecimento. Hoje acho que trabalha no Centro de Pesquisas da PETROBRAS. Eu não tenho muito contato, nunca tive muito contato profissional com o Maurício.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ele era o coordenador do projeto de atividades do COMPERJ?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Isso... Nem isso eu consigo afirmar. Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - De acordo com Júlio Camargo, ele trocava várias informações com Maurício Martins, correto?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não sei. Porque, basicamente, para entender, o meu papel foi o de coordenar essa comissão nessa época. Então, eu entrei quando a PETROBRAS já tinha decidido negociar até chegar ao resultado da negociação. Então, eu não participei do processo anterior a ela.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor entende que o setor de orçamentação da PETROBRAS ficou refém do contratado?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, não percebi isso na época. A gente recebeu uma proposta independente da estimativa, que vem em envelope lacrado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A ex-Presidente Graça Foster, o ex-Diretor Paulo Roberto, vários agentes da PETROBRAS, empresários de algumas consultoras já disseram que houve falhas no planejamento e que os projetos da PETROBRAS eram incipientes. Por essa razão, a PETROBRAS trabalhava com uma margem de menos 15% a mais 20%. Mas que isso decorreu não por uma carência técnica da PETROBRAS, mas porque houve uma definição estratégica de se iniciar as obras rapidamente. V.Sa. concorda com isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não. Dito dessa forma, eu não concordo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por que não?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Menos 15% a mais 20%, em torno dessa faixa, é o que se obtém de precisão quando você resolve contratar uma obra com projeto básico. E, no caso de obras industriais, diferente de obras civis, por exemplo, se eu

vou construir uma estrada, a obra industrial depende da aquisição de equipamentos, que são equipamentos complexos e engenheirados para fazê-la. Para que eu consiga fazer o projeto executivo de uma obra e melhorar essa acurácia, é preciso que eu adquira os equipamentos, porque os equipamentos... Os detalhes dos equipamentos só surgem na hora em que eu o adquiro. Porque só quando eu adquiro é que os equipamentos serão projetados e os seus detalhes serão fornecidos. Então, eu precisaria tomar a decisão de gastar antes de tomar as decisões. Então é possível, sim, seguir esse caminho, como eu falei; é possível esse outro tipo de decisão, mas, no caso de uma obra industrial, você contratar com um projeto executivo, que geraria maior eficiência, complicaria eu tomar decisões antecipadas em relação à compra de equipamentos principais. Isso em relação ao menos 15% a mais 20%. Para dizer também o seguinte: quando a gente tenta estreitar essa diferença fazendo um projeto executivo, na verdade, eu estou fazendo opções técnicas. Essas opções técnicas, em alguns casos, eliminam a possibilidade de outras soluções, outras tecnologias, por exemplo. Então, a gente tem que tomar cuidado de, ao fechar essa estimativa, não estar eliminando a possibilidade de se ter preços mais vantajosos. Vou dar um exemplo. No caso da UPGN do COMPERJ, que nós contratamos, provavelmente há uns 2 anos — não fez 2 anos ainda, 1 ano e meio —, nós resolvemos, como existiam tecnologias diferentes, contratar com especificações funcionais, ou seja, simplesmente dizendo o que a unidade tinha que fazer. Com isso, apareceram soluções muito interessantes, com preços mais baixos do que aqueles que continha a estimativa, e contratamos a unidade com cerca de 50% do valor estimado. Então, eu acho que é um caso em que se precisa analisar o caso concreto para se chegar à conclusão de qual é a estimativa. Eu não teria uma receita de bolo para todas as soluções. Esse é o meu ponto de vista.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. assumiu a gerência executiva quando da entrada de Graça Foster na presidência?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Foi depois que a Presidenta Graça Foster assumiu a presidência.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Como é que se deu a indicação?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Na época, ela tinha convidado... O conselho tinha indicado o Diretor Richard Olm, que havia trabalhado comigo no passado, no

segmento de gás natural, e me conhecia. Lógico, a Presidenta Graça Foster, como Diretora do segmento de gás e energia, também tinha tido bastante relacionamento comigo enquanto eu era gerente-geral da área de gás e energia. Por conta disso é que meu nome foi indicado para essa posição. Richard Olm ocupou a cadeira de Diretor da PETROBRAS por muito pouco tempo, porque, depois, foi acometido de uma doença grave e veio a falecer.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É a mesma posição que já foi de Pedro Barusco?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não exatamente, porque, na época, a PETROBRAS tomou a decisão de subdividir as atribuições que antes eram conduzidas pelo engenheiro Pedro Barusco em três gerências executivas, e ainda criou uma área corporativa. Então, no que diz respeito ao segmento de abastecimento, sim, mas eu não tratava do segmento G&P nem do segmento de gás e energia.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em algum momento lhe foi dada a missão de resolver o problema de corrupção na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não. Em nenhum momento foi me indicada essa missão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Estou terminando, Sr. Presidente. Peço mais alguns segundos.

O Sr. Alberto Youssef, em um dos seus depoimentos, disse que a contratação da empresa Toshiba para as obras da casa de força do COMPERJ, entre 2009 e 2010, ocorreu após interferência do ex-Diretor de Abastecimento para vencer o contrato, que, segundo ele, era de 130 milhões de reais e, com desconto, teria baixado para 117 milhões de reais. Como contrapartida, Youssef recebeu cerca de 1,5 milhão de reais, a título de propina, por intermédio de uma de suas empresas de fachada, a empreiteira Rigidez Ltda. V.Sa. teve conhecimento dessa licitação?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu hoje tenho conhecimento dessa licitação. Na verdade, não é casa de força, como está dito aí, porque casa de força foi esse outro contrato que nós falamos, de 3 milhões e 800, negociados diretamente com o Consórcio TUC. Eu acho que ele fala das subestações; está confundindo as

subestações com casas de força. Essa licitação ocorreu, de fato, e o vencedor foi a Toshiba. É o que eu sei sobre isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. conhece Alberto Youssef?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, nunca... Quer dizer, vi o retrato dele pelos jornais, na imprensa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. em alguma oportunidade presenciou ou percebeu a interferência de Paulo Roberto Costa nas contratações de obras da PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, até porque eu não trabalhava voltado ao segmento de abastecimento. Eu não participei desse processo de licitação onde, eventualmente, pudesse ter tido alguma interferência do ex-diretor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em relação a Renato Duque ou Pedro Barusco?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, também... Posso dizer que, nas licitações das quais eu participei, não houve nenhuma interferência que eu pudesse perceber como interferência no sentido de provocar vantagem para alguém. Eram questões profissionais que eram discutidas. Nunca me foi pedido nada que pudesse eu ter interpretado como irregular.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor disse aqui, respondendo ao Relator, que o GASENE foi inaugurado logo em seguida a sua...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu creio que sim, mas eu posso estar enganado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor esteve presente na inauguração do GASENE?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu estive presente numa cerimônia. Não sei exatamente se foi inauguração, mas estive presente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado. Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Sub-Relator é o Deputado Arnaldo Faria de Sá. S.Exa. tem até 10 minutos para fazer as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que a *Globo* tinha interesse em fazer essa entrevista com o senhor? Qual foi o motivo pelo qual houve essa entrevista com o senhor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Uma entrevista? O senhor menciona uma entrevista que foi feita dentro do COMPERJ?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É, com o *Fantástico;* que você estava no *Fantástico*.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu acho que ele... Pelo que me lembro na época dessa entrevista, essa entrevista já tem algum tempo, ele queria abordar aspectos relacionados à construção da Tubovia do COMPERJ. Acho que esse era o tema da entrevista, pelo que me lembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foi uma entrevista no final de 2012, exibida em 2013, antes, portanto, de todos esses escândalos virem à tona, em que já era indagado da sua pessoa por que o preço teria pulado de 2,3 bilhões para 17 bilhões. Como houve essa multiplicação de preço? Como aconteceu isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Olha, eu não me lembro dessa indagação na entrevista. Se ela aconteceu, o senhor deve estar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está transcrita aqui.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Pois é. Não me lembro dessa indagação, mas como eu disse... Aí deve estar tratando da RNEST, né?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - RNEST.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Desses 2,3 para 13 bilhões deve estar tratando da RNEST. A RNEST, quando foi aprovada, ela foi aprovada com 13 bilhões. Como eu falei, eu não participei desse processo inicial de desenvolvimento, mas eu posso afirmar que, quando ela foi aprovada por 13 bilhões, não era possível construir uma refinaria por 2 bilhões com aquela capacidade em nenhum lugar do mundo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse também que houve muitos problemas em relação à variação cambial em cima dos custos. O que é isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, não é que teve problema; a variação cambial ela aconteceu. Então, o projeto, quando ele foi aprovado, ele foi aprovado com uma determinada taxa cambial. Se eu não me engano, no caso da RNEST, ele

foi aprovado com uma taxa de 1,97, ou inverso, e depois passou para 3. Mas teve uma diferença cambial que provocou um aumento de custos quando eu comparo a moeda em dólar, está certo? Quando eu comparo em dólar, teve aumento de custo, não tenha havido aumento de custo em real. Mas não é um problema; é uma ocorrência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a sua formação?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu sou engenheiro, engenheiro mecânico.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que, nessa entrevista, o senhor disse que, a cada projeto *(ininteligível)* está aprendendo? Por quê? Não tem conhecimento já? Precisa aprender na execução do projeto?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A gente não pode parar; a gente tem que aprender sempre. Então, com cada coisa que acontece na minha vida profissional, eu vou aprendendo com ela.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o que o senhor aprendeu com a RNEST depois de todo esse escândalo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu aprendi, por exemplo, que a gente tem que buscar otimizar, transformar a refinaria em mais... Uma refinaria mais competitiva se a gente quer fazer refinaria no Brasil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor hoje justifica a construção da RNEST?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Justifica em que sentido? Sobre a necessidade, sim. A RNEST é necessária para atender à demanda no mercado nacional.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor estava, na época em que foi designado para RNEST, onde? Antes da RNEST, estava fazendo o que PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Na verdade, eu nunca estive exclusivamente cuidando da RNEST, porque eu cuido...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que fazia antes da RNEST na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Antes de cuidar do segmento de abastecimento da PETROBRAS, das obras do segmento de abastecimento, eu trabalhei por um

período como gerente-geral de obras relacionadas ao segmento de gás e energia, entre 99 e...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era o seu diretor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O diretor da minha área era o Diretor Renato Duque, e subordinado a ele o gerente executivo de engenharia, engenheiro Pedro Barusco, por um período, e no outro período, o gerente executivo era o Roberto Gonçalves.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a sua relação com Pedro Barusco e com Renato Duque?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Uma relação profissional no dia a dia do trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois que viu todo o problema em que o Barusco está envolvido, inclusive chegou a devolver mais de 90 milhões de dólares, e o Renato Duque, e já que conviveu com eles, qual a avaliação que o senhor faz?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, primeiro, muita surpresa pelo fato de vê-los envolvidos nessa questão; por outro lado, do ponto de vista da PETROBRAS, tristeza e indignação; bastante indignado com essa situação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois que tomou conhecimento de tudo isso, relembra algum fato anterior, de uma intercorrência, de conversa, tanto com Barusco quanto com o Renato Duque, ou não chegou a ter nenhuma conversa com nenhum deles?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, eu tive conversas em reuniões, por questões profissionais, ou despachos, e nunca percebi nada que pudesse me chamar a atenção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – O senhor disse “despachos”. Que tipo de despachos teve com eles?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Despacho para tratar, por exemplo, de transferência de pessoas, de áreas, desenvolvimento de projetos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe que, no começo da RNEST, havia uma associação com a PDVSA venezuelana, que acabou não se consumando. Isso acabou trazendo algum prejuízo para a RNEST?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Olha, isso é bem anterior a minha chegada nessa área, mas eu penso que não foi necessário, na verdade, construir uma unidade de recuperação de enxofre, que teria sido necessária se a PDVSA tivesse entrado no projeto. Talvez fosse possível mais alguma otimização de processos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, se a PDVSA tivesse entrado, não teria sido necessária essa parte que o senhor falou?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Ao contrário, a unidade não foi construída porque ela aguardava a entrada da PDVSA para se decidir sobre a necessidade de instalar essa unidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas se a PDVSA estivesse dentro, não precisava ter essa unidade? É disso que eu estou falando.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não seria necessário ter pensado nessa unidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria que o senhor esclarecesse isso, porque acho extremamente importante. Quer dizer, o fato de a PDVSA não ter entrado *(ininteligível)* além de não ter tido investimento, trouxe um prejuízo.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu acho que, para responder a essas questões, seria melhor alguém do segmento de abastecimento, porque eu não só não participei, pela época, dessas questões, cheguei muito depois, vou estar falando sobre coisas que eu recebi informações. Mas, no meu período, eu sei o seguinte...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A sua avaliação como engenheiro, como pessoa que vive o dia a dia da PETROBRAS.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Isso que eu vou lhe falar. Para processar o petróleo venezuelano, como o petróleo tinha muito enxofre, seria necessário instalar uma unidade a mais, uma unidade de recuperação de enxofre, e nós não instalamos essa unidade. É o que eu posso dizer.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Então o senhor acha que o fato de não se usar o petróleo venezuelano acabou gerando um ganho, mas o fato de ela não ter saído antes, acabou acarretando um custo maior para o projeto?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu creio que não, mas lhe digo que não sou a melhor pessoa para falar sobre esse assunto, porque não participei desses fatos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é engenheiro, está na RNEST, o problema chegou na RNEST. Anteriormente, havia essa associação entre Brasil e Venezuela, PETROBRAS e PDVSA, que acabou não se consumando. Eu queria a sua opinião técnica, se seria melhor ter entrado de vez a PDVSA, ou se, sem a PDVSA, seria preciso essa refinaria que o senhor falou.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A refinaria, eu acho que ela é necessária por conta da demanda no mercado nacional, independente de Venezuela.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, vamos agora para os membros inscritos. O primeiro inscrito é o Deputado Izalci.

Tem a palavra o Deputado Izalci. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vejo que o Sr. Maurício defende, com veemência, que não houve nenhuma irregularidade nesses processos. Pelo menos, é o que consta da entrevista. Quando alguém perguntou a V.Sa., a pergunta foi nesse sentido. Foram várias perguntas nessa entrevista, e uma delas diz respeito às irregularidades na PETROBRAS, com relação inclusive ao Tribunal de Contas.

Naquela oportunidade, foi perguntado a V.Sa. sobre essa questão das irregularidades, do excesso do valor; esse potencial da RNEST/Abreu e Lima, e V.Sa. respondeu: *"Nós esperamos que, no final do tempo dessa discussão, nós consigamos demonstrar que, efetivamente, não existe nem irregularidade nem sobrepreço."* Isso na entrevista ao *Fantástico*.

Em outra oportunidade, também, talvez nesta mesma entrevista, com relação ao Tribunal de Contas: *"(...) o TCU quanto algumas pessoas que são especialistas na área de petróleo dizem que o planejamento, o projeto da refinaria (...) foi muito mal feito, foi feito muito incompleto e que isso gerou não só a necessidade de aumentar custos"* a partir de um determinado momento, depois, teve que detalhar mais, o que gera toda essa confusão.

E V.Sa., mais uma vez, responde *"não",* ao ser perguntado se V.Sa. concordava com o Tribunal de Contas. *"Não, absolutamente, não. Se há alguma coisa que nós temos orgulho aqui na PETROBRAS é a competência técnica dos engenheiros. O projeto está muito bem feito, essa refinaria vai atender àquilo que se*

predispõe, que é produzir (...) o planejamento também está muito bem feito para atender aquilo que a gente precisa, alocar todos os equipamentos, todos os recursos (...)".

V.Sa. continua ainda com essa opinião de que o projeto foi muito bem feito, que foi muito bem detalhado e que não houve sobrepreço nem irregularidades? Hoje? Eu pergunto hoje. O senhor mantém essa opinião?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu vou dividir essa questão em duas, porque a gente está falando de irregularidades e de sobrepreço no que diz respeito ao TCU. Inclusive, na época da entrevista, se eu não me engano, foi focado na questão de irregularidades relacionadas a um contrato específico. Mas, em relação ao TCU, o que nós trabalhamos é o seguinte: nós temos divergências com o TCU no que diz respeito à metodologia dos contratos e de questões técnicas. E eu, particularmente, tenho participado de diversas discussões com o TCU, muito produtivas, no sentido de melhorar esse processo e buscar entendimentos. Então, a irregularidade, na minha opinião, ela se configura no momento em que o processo é transitado e esse entendimento não foi possível, e isso até agora não aconteceu em nenhum desses processos da RNEST; vimos buscando entendimento nesse sentido. Então, quando eu afirmo essa questão de irregularidade, é: nós temos um ponto de vista, estamos buscando defendê-lo com o TCU e aprimorar os processos da PETROBRAS, também, buscando entender o que o TCU aponta. Então, é nesse sentido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - De uma forma objetiva, sim ou não, V.Sa. entende, hoje... Porque, lá atrás, o senhor não sabia dessa corrupção toda que foi feita. Hoje, V.Sa. mantém essa opinião de que havia um projeto básico bem feito, completo, detalhado, porque a engenharia funciona maravilhosamente bem? Eu quero dizer isso.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Havia um...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. ainda mantém essa posição, de que esse projeto foi muito bem feito e detalhado?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O projeto era um projeto básico, não era um projeto detalhado. Existem diferenças entre essas duas situações. E, como eu expliquei aqui, o projeto básico ele não permitiria adquirir... Desculpa, eu não conseguiria cumprir o prazo, que era a intenção naquela época, se eu não

adquirisse os equipamentos. Então, o que eu posso afirmar é que a estratégia de condução não era compatível com o que eu tinha de projeto. Aí, o senhor está correto, aí eu acho que isso é perfeito. Se eu tivesse que seguir nesse caminho de comprar equipamentos, o que eu teria que fazer? Eu teria que adquirir esses equipamentos a partir dos projetos básicos — os grandes equipamentos, as folhas de dados deles elas são obtidas com o projeto básico; com esse projeto básico, aí fazer o projeto de detalhamento e, aí, sim, licitar. Aí, eu estaria numa condição muito melhor. Agora, o projeto básico, ele existia; o projeto básico existia e era compatível com o que se faz no mundo em termos de grau, de avanço e maturidade. Ele só não era compatível com a estratégia de condução decidida para a RNEST.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, eu vou voltar nisso aí rapidamente, mas eu quero, ainda... Porque houve um episódio do Tribunal de Contas em que os engenheiros, na resposta dada ao Tribunal de Contas, fizeram três alegações com relação ao aumento de preço: 1,5 bilhão era o prejuízo apontado pelo Tribunal de Contas, e V.Sa., os engenheiros responderam que houve problema de greve, dificuldades financeiras e chuvas — as três alegações feitas pelos senhores na resposta dada ao Tribunal de Contas. Inclusive, houve uma paralisação de 72 dias.

Nesse caso específico, a questão da chuva, e foi dito isso, que a empresa, quando contratou, estava preparada para trabalhar nessas condições, como V.Sa. disse que havia toda a cobertura. A cobertura existente, segundo o Tribunal, foi levada pelo vento.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Em qual caso, desculpe?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É o caso do complexo petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí. Deveria estar pronto em 1 mês. Segundo *(ininteligível)* foi entregue somente em 2016.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Já localizei. Esse é contrato da Tubovia do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E aí é o seguinte: atualmente, já se verificou que o atraso, no caso, de 7 meses, já pode impactar a entrada em operação da refinaria. Nesse caso específico, há um prejuízo atribuído de 1,4 bilhão, e a informação é que esse episódio da cobertura poderia ser fruto inclusive da greve, o pessoal teria quebrado propositalmente... Porque as empresas fazem isso; você quebra isso aqui

para cobrar mais da empresa. Esse episódio aqui, que o Tribunal alega que essa cobertura, que existia para trabalhar na época de chuva, foi levada pelo vento, e por isso atrasou esse período todo, não foi propositalmente para cobrar mais da PETROBRAS, já que o risco… Porque se percebe que, nos contratos da PETROBRAS, o risco ficava todo com ela. As empresas que contratavam praticamente não tinham risco.

Agora, se tem tanta perfeição nesses projetos, o básico, o projeto executivo, como é que se fazem 200, 300 aditivos desses contratos? Era normal na PETROBRAS. Tem obras aqui que tiveram 350 aditivos. Então, se fosse um projeto básico bem feito… Eu estou dizendo isso porque a Presidente Graça Foster esteve aqui, vários estiveram aqui e alegaram exatamente isto: que os projetos eram malfeitos e que o grande problema da PETROBRAS foi gestão, falta de um planejamento básico.

Para concluir, eu pergunto: essa margem de menos 15 e mais 20… Foi dito aqui ontem que há uma associação internacional — eu acabei não descobrindo qual é o nome — que tem esses parâmetros internacionais e tem várias escalas, de 1 a 5, se não me engano. Então, determinado projeto tem de menos 15 a mais 20, outros, menos 10 e mais não sei quanto. O que se percebe, em especial no que a estamos conversando aqui é… Foi de mais de 3 bilhões o contrato, nesse negócio da RNEST, nessa da TUC.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, o contrato era de mais *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que seja outra coisa. Eu digo assim: nesse contrato… Há uma alegação do nosso Deputado Bruno, que disse que, em um determinado momento, a PETROBRAS optou por fazer a negociação diretamente com o consórcio. Não foi feita a licitação, foi feita a negociação direta, que V.Sa., inclusive, coordenou.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Certo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, o que se percebe aqui? Nós temos contratos… Por exemplo, quando a empresa apresentou uma proposta mais de 20, aí se chama a empresa e negocia-se diretamente para chegar a um acordo para chegar próximo de 20. Teve o caso das tubovias, que foi apresentado com 38% abaixo, aí simplesmente desclassificaram; não chamaram para negociar. Então, o

que se percebe — e hoje, pelos desvios que estamos apurando — é que, realmente, as obras eram tocadas sem se ter, de fato, um projeto adequado.

V.Sa. acha que esse menos 15 e mais 20 é apropriado? Tem algumas empresas do mesmo ramo, especialistas, cuja margem é 3% quando se faz uma licitação, e aqui há coisa que chega a 38%, 40% a mais, e depois chamou para chegar próximo de 20.

Para finalizar completamente, V.Sa. sabe hoje o esquema que era feito na PETROBRAS. Fazia-se a comissão, tinha lá o orçamento. Essa comissão, até então, parece que não vazava nada, mas os diretores da PETROBRAS informavam ao cartel quais as empresas iriam participar dessas licitações. E aí, entre elas, sabendo quais as empresas iam participar, faziam o sorteio ou definiam quem ia ganhar, e apresentavam uma proposta maior para essa empresa ganhar. É o que está concluído disso.

Isso hoje V.Sa. reconhece, ou ainda mantém essa posição de que está tudo perfeito e maravilhoso, que não tem problema nenhum? Pelo que V.Sa. defende, parece que não teve nenhum problema dentro das refinarias e do COMPERJ.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, não está tudo perfeito, evidentemente, até porque eu digo que eu *(falha na gravação)* concordo com a estratégia de condução que foi adotada considerando o projeto básico que existia na época para a RNEST. Então, não considero que isso é perfeito. Em relação aos aditivos, quando se adotou essa estratégia na RNEST de comprar os equipamentos que seriam ainda detalhados, e os detalhes deles seriam necessários para o projeto executivo, e esse projeto executivo elaborado pela PETROBRAS era necessário para fazer a obra, compatibilizar isso aí requer aditivos, ou seja, por quê? Porque você não pode praticar no contrato algo diferente do que foi contratado, e sempre quando você tem uma modificação em relação àquilo que você pensava em termos de tamanho, peso, carga do equipamento, você precisa incorporar isso aos contratos. Então, a estratégia de condução, com tantas interfaces, levou a esses aditivos. Então, essa é uma questão. Falar em relação, aí, à questão da diferença de preço, para menos ou para mais, a regra é: quando a gente tem um preço que é muito acima daquilo que a gente pensou na estimativa, a gente chama a empresa para conversar, até para entender onde é que houve um problema de entendimento por parte das empresas,

ou onde a nossa estimativa está errada, ou se ela está inconsistente. Agora, a gente faz no inverso também, tem que se fazer: se a empresa dá um preço muito baixo, eu tenho que checar se aquele preço é exequível, se ele pode executar nesse preço. Neste caso da Tubovia do COMPERJ, por exemplo, a gente chamou a empresa — eu não estava lá na época, mas sei que a empresa foi chamada — e a empresa disse o seguinte: que em uma obra de tubovia... A tubovia é a artéria principal da refinaria. Ali você tem fundações e uma mistura de concreto grande por baixo. Há uma grande interferência entre tubos; são centenas de tubos dentro da tubovia instalados para fazer e levar o produto, e é uma obra que tem uma complexidade razoável. Ele disse que ele ia fazer a tubovia com a mesma técnica que é utilizada para fazer dutos de petróleo, dutos no extramuros, a céu aberto, e é algo que é completamente diferente; não tem relação entre essas coisas, os equipamentos que são utilizados são diferentes, a quantidade de obras, a forma como a obra progride é outra. Então, a explicação era inconsistente. Mas eu vou te dar um exemplo do seguinte, o mesmo exemplo da UPGN: nós tínhamos uma estimativa, que era uma estimativa que tinha em torno disso, provavelmente menos 15% na faixa, e a empresa apresentou uma proposta muito inferior. No entanto, nós chamamos a empresa para conversar, e a empresa nos convenceu de que era possível fazer dessa forma, e...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, eu quero agradecer a V.Exa. Eu já fui complacente com V.Exa., que já teve quase o triplo ou quádruplo do tempo. V.Exa. tem que concluir. Eu tenho educação e respeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, ele está respondendo... Eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele está respondendo, e nós estamos ouvindo, mas V.Exa. está perguntando, e perguntando muito mais do que com o que já fui complacente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu acho que o objetivo aqui é esclarecer, e não só conversar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Sempre foi. Ninguém está conversando não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero, nesse detalhe, perguntar a V.Sa. o seguinte: como se dava essa negociação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É a última pergunta, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O preço estava muito acima. V.Sa. é que chamava as pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, essa é a última pergunta. Só estou avisando V.Exa. Não insista mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sei, mas é importante isso.

Quando se negociava diretamente, por ter sido maior ou menos, como se procedia isso? V.Sa. é que era responsável pela licitação? Era quem chamava? E quem batia o martelo disso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É sempre a comissão de licitação que tem autonomia, é uma comissão, é um grupo de pessoas. Mas, no caso que vem para menos, a gente verifica se é exequível e, nesse caso, nesse último que eu falei da UPGN, a gente considerou que, apesar de muita diferença para menos, a proposta é exequível, e nós contratamos o consórcio que está lá construindo a UPGN. Então, nessa fase é para se verificar a admissibilidade. Então, a gente aceita a proposta como adequada. Uma vez classificada, uma vez entendendo que, apesar de estar fora para baixo, muito abaixo, da nossa estimativa, por exemplo, a empresa é classificada. E aí, classificando a empresa, depois de transcorridos os recursos e obtidos os pareceres, a gente pode negociar melhores condições com a empresa. Mas depois de classificada. A gente não negocia condições antes de a gente entender que aquela proposta é uma proposta aceitável.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só faltou responder o negócio da chuva, sobre aquele equipamento que o vento levou...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Ah! Desculpa. Sobre essa tenda, era uma tenda parecida com essas tendas que a gente coloca para fazer eventos. Houve um vento muito forte que levou a cobertura, mas ela não causou atraso da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito: Deputado João Gualberto. *(Pausa.)* Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou tentar ser rápido e conciso.

Sr. Maurício Guedes, depois vou fazer umas perguntas pessoais para o senhor, mas o senhor vai ver que terá uma finalidade muito objetiva. Qual é a idade do senhor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Tenho 52 anos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qual a profissão do senhor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sou engenheiro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Engenheiro. O senhor é concursado?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim. Entrei na PETROBRAS, por concurso, em 1987.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor entrou em 1987?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exato.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qual o cargo que o senhor ocupa hoje?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Hoje ocupo o cargo de Gerente Executivo de Engenharia para Abastecimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Onde o senhor trabalha? Em que lugar? Rio de Janeiro?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu trabalho no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Trabalha no Rio de Janeiro. Então, o senhor não usa aquele macacão laranja, não?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu uso sempre que eu vou à uma unidade operacional, e eu vou com muita frequência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sempre que o senhor vai a uma ação operacional.

Diga-me uma coisa: vocês fazem cursos quando entram na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Fazemos. Eu fiz um curso de cerca de 1 ano.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De 1 ano. Lá tem hierarquia?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Como assim, no curso?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, não; na PETROBRAS. Lá se respeita hierarquia, chefia?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim, tem uma hierarquia lá.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É, tem. Quando o senhor vai entrar na sala de um superior, o senhor bate na porta...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - O protocolo é diferente, dependendo do superior.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É. Mas, normalmente, para se ter uma...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Normalmente, você pede licença para entrar lá.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Acima do cargo do senhor, que cargo que nós temos?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Hoje, diretor, diretor...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Diretor. Paulo Roberto era diretor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Paulo Roberto foi diretor da companhia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Seria o cargo acima do cargo do senhor?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim senhor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor já esteve com o Presidente da PETROBRAS alguma vez?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Com o Presidente atual, já esteve numa apresentação, numa reunião da Diretoria-Geral.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só numa reunião, numa apresentação?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Certo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É normal o gerente estar em reuniões, o diretor estar em reuniões com o Presidente?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A gente tem, provavelmente, reunião com muita frequência. Depende do estilo do Presidente. Mas eles têm, no mínimo, uma reunião semanal, a Diretoria Executiva, e devem ter outros despachos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ah, tá. Diga-me uma coisa: o senhor foi convidado alguma vez para estar aqui, como diretor executivo que o senhor é, para vir aqui ao Palácio para bater papo com a Dilma?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, nunca tive essa oportunidade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nunca teve essa oportunidade de vir aqui ao Palácio conversar com a Dilma?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu já participei de uma reunião com a atual Presidente Dilma Rousseff, na época ela era Ministra da Casa Civil, eu acho que foi no Palácio do Planalto — eu não conheço muito bem Brasília, para participar de uma reunião representando a PETROBRAS. O tema da reunião era biodiesel.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor teve reuniões com a Dilma quando ela trabalhava na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Na PETROBRAS, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não. Nunca, não é?

É comum... Então, para mim, parece incomum qualquer diretor chegar à Presidência. O senhor sabe me explicar como que o Sr. Paulo Roberto, sendo um diretor executivo, sem a anuência da presidência, passou a direção da PETROBRAS — porque acho que nem o diretor da PETROBRAS conversa sempre com a Presidente; como que ele conseguiu pular várias hierarquias e ser chamado para um bate-papo aqui no Palácio do Planalto? O senhor sabe como um diretor consegue chegar aqui ao Palácio e conversar com a Presidente? O senhor sabe quais os caminhos para alcançar? Se existe uma hierarquia, se você vai conversar sempre de um nível para outro, tem que ter uma hierarquia. Se você vai, você vai junto, normalmente, com o presidente da empresa. O senhor sabe como isso aconteceu? É do seu tempo isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Isso é uma incógnita na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não sei. Eu não tenho informações a esse respeito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas, foi noticiado pela imprensa. E foi noticiado pela imprensa também que, realmente, dessa vez, o nosso Presidente Lula ele sujou as mãos; de mãos sujas. Nós conseguimos, agora — aqui, para a imprensa, que não está vendo —, efetivamente, o Presidente Lula está de mãos sujas, Sr. Presidente.

Eu gostaria que ele, que está nos assistindo neste momento, com certeza está assistindo o Delegado Waldir, ou a assessoria dele, fizesse que nem o nosso Presidente Eduardo Cunha e se oferecesse para vir aqui, a esta Casa, para ser ouvido. Ele diz que é uma pessoa guerreira, batalhadora, e que a imprensa está colocando, de forma anormal, o nome dele na Lava-Jato. Venha até aqui prestar... Faça como o nosso Presidente da Casa, aqui, Eduardo Cunha: venha à esta Casa prestar esclarecimentos.

E muito estranho, Presidente, que a imprensa hoje diz que o Presidente Lula recebeu, através dos institutos dele, 4,5 milhões. Por coincidência, de forma muito estranha, se você pega o quatro e o cinco, é 45. Será que isso foi uma afronta ao PSDB? Ou foi uma afronta ao povo brasileiro? Será que foi isso, Sr. Presidente?

Então, realmente, peço ao nosso nobre Relator aqui, Luiz Sérgio...

A PETROBRAS tem hierarquia. Ficou inexplicável como que ele recebeu o Paulinho aqui na Presidência da República.

Então, eu peço, Sr. Presidente, por favor, nobre Relator, o senhor que é do Partido dos Trabalhadores, do partido do nosso eminente ex-Presidente da República, para me explicar como é que ele recebeu dinheiro fora de campanha, de doações eleitorais. Fica muito estranho isso.

O povo brasileiro quer saber. Ele está nos assistindo neste momento, e quer saber, efetivamente, qual é a participação do Presidente Lula. Que ele faça que nem o Presidente Eduardo Cunha: se proponha.

Tem agenda para a próxima semana? Ele liga para o senhor e agenda. É possível uma agenda dessas, Sr. Presidente? Acho que é uma necessidade ele vir aqui. Ex-Presidente, em afronta ao PSDB, recebe 4,5 milhões, 45, viu? Quarenta e cinco do calibre. Vai ter que explicar isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar sequência aqui a uma indagação feita pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio, quando procurava caracterizar que a incipiência de

projetos, a fragilidade dos projetos básicos, que não chegavam sequer ao nível de projeto executivo antes das licitações, poderiam estar ocasionando brechas e facilidades num nível de corrupção.

Mas V.Sa. nos informa que não seria bem isso. Em sua opinião, seria mais uma questão da condução estratégica do projeto, uma questão de gestão, questão até de compatibilidade entre as licitações desse projeto básico com licitações distanciadas para equipamentos principais.

E V.Sa. conclui dizendo que isso se deu por conta de prazos — "conquista de prazos" foi exatamente a expressão que foi colocada aqui. Literalmente como V.Sa. disse, na tentativa de conquistar prazos, essas licitações eram feitas e separavam-se os equipamentos, e daí decorriam essas dificuldades todas de sincronia durante a construção.

Então, eu gostaria de saber se isso fugia aos padrões durante esses últimos anos, aos padrões normais da história da PETROBRAS ou não, se essa falta de sincronia e essa tentativa de conquista de prazos, que seriam prazos talvez até inexequíveis. É a primeira pergunta.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, eu posso dizer que não é uma estratégia comum essa estratégia de segregar compra de equipamentos principais e fazê-la ao mesmo tempo em que eu licito os contratos de EPC. Não é uma estratégia comum, está certo? E ela implica riscos. Então, o que eu entendo? Na época foram assumidos riscos de necessidade de ajustes futuros nos contratos da obra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Aconteceram riscos por conta das conquistas desses prazos?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Isso. Exatamente. Do objetivo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu gostaria que V.Sa. citasse alguns projetos onde houve essa tentativa e os riscos foram assumidos.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - De uma forma... Bom, de uma forma diferente dessa, quer dizer, no COMPERJ também houve uma assunção de riscos, mas de uma forma diferente. Lá se decidiu iniciar a implementação do projeto sem que todas as licenças e autorizações estivessem disponíveis, mais particularmente as licenças e autorizações das obras do extramuros. Na época, o raciocínio que se fez, a história que eu sei é de que o prazo era suficiente para obter essas licenças,

comparado ao prazo que se obteve para as licenças da obra do intramuros. Mas ao fazer isso, o que aconteceu, o que se confirmou foi que os prazos das licenças do extramuros foram muito maiores. E nós tivemos que fazer ajustes nos contratos da obra do COMPERJ para compatibilizar o prazo de chegada de equipamentos. Então, de uma outra forma — não exatamente da mesma forma de RNEST, por isso que é importante analisar o caso concreto —, houve uma assunção de riscos. E esses riscos, apesar de terem sido sopesados na época e de o prazo avaliado ser suficiente para obter as licenças, causou efetivamente um aumento de custos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Então, eu entendo que, no caso da RNEST houve uma tentativa diferenciada. Quer dizer, se estabeleceu um prazo, e aquele prazo era realmente muito difícil de ser alcançado, diferente do caso do COMPERJ, que talvez tenha decorrido da questão de licenças. É isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exatamente. E adiciono que tanto é diferente que necessitou de uma aprovação específica para que esse Plano entrasse em execução.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Quem é que define, qual é a competência para definição desse prazo? Eu quero saber, traduzindo melhor, quem decidiu pela antecipação dessa obra do RNEST especificamente — o COMPERJ, mas a RNEST —, no sentido de estabelecer certamente um prazo que trouxe esses riscos de elevação de custos? Qual é a competência da organização?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A competência é da Diretoria Executiva, a partir de uma pauta proposta pela Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Então, no caso específico da RNEST, houve uma proposta da Diretoria de Abastecimento que foi levada à Executiva, para antecipar os prazos da RNEST? Foi isso que aconteceu?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim, para obter prazos compatíveis com o Plano, o Plano de Aceleração da RNEST.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Certo. E esses prazos poderiam estar compatibilizados com o processo eleitoral?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não sei informar. Nem me lembro da sincronia entre uma coisa e outra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - É porque dados que nós temos internamente — inclusive um documento interno da PETROBRAS de que a gente tem conhecimento — colocam mais ou menos os prazos compatíveis com o processo eleitoral. Qual seria o prazo previsto inicialmente para a conclusão da RNEST?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não sei, Deputado. Teria que levantar se existia outro prazo antes desse prazo de aceleração ou se ele já foi o primeiro prazo proposto na fase de execução.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Concluindo, V.Sa. considera um equívoco fazer antecipações de prazos, por motivo qualquer que seja, que possam trazer riscos elevados para a execução da obra e elevação dos custos?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu acho que, ao assumir esses riscos, esses riscos deviam ser quantificados, levados ao modelo de negócio, para ver se na ocorrência dos eventos que você está avaliando de risco os projetos suportariam esses efeitos. É isso que eu acho que é possível fazer. Eu acho que em alguns casos cabe sim assumir riscos, particularmente naqueles projetos que pagam muito retorno no que diz respeito a prazo. No entanto, você precisa dimensionar os riscos e ver se os projetos efetivamente conseguem pagar e retornar. No caso, como esses riscos se confirmaram e nós não conseguimos cumprir os prazos, a refinaria pagou um preço por isso em termos de custo e por conta disso... ou pelo menos isso contribuiu como um dos fatores para que a gente fizesse a baixa contábil recentemente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Então nós poderíamos concluir que por conta dessa sugestão de antecipar prazos da RNEST certamente os custos também foram elevados, como aconteceu inclusive em outras situações na PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Sim, ela contribuiu como um dos fatores.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Maurício Guedes, eu queria que o senhor me explicasse

direitinho, porque eu não consegui ainda ter essa compreensão, quando da licitação da unidade de utilidades — hidrogênio, oxigênio e água — da companhia pelo Consórcio UTC, Toyo e Odebrecht. Primeiro nós temos uma reprovação por parte da PETROBRAS. A diretoria da PETROBRAS faz, na verdade, a reprovação desse projeto. Em seguida — o senhor, naturalmente, é escalado para estar nesse acompanhamento — nós temos uma mudança de estratégia, uma mudança de ideia, uma mudança sabe-se lá por quê. Eu queria que o senhor me explicasse com muito mais detalhes como se dava essa sua relação e eu queria que o senhor me confirmasse esta informação: na época o senhor ocupava o cargo de coordenador da comissão de licitação, é isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - É para responder agora ou respondo ao final?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim. Eu quero que o senhor me confirme logo.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, na época... Isso não é um cargo, isso é temporário. Na verdade...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas o senhor assumiu essa posição específica para esse caso.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Após haver a decisão da diretoria de interromper o projeto com modelo estruturado, onde eu pagaria tarifa e não construiria... a unidade não seria uma unidade própria da PETROBRAS, e a diretoria executiva tomar a decisão de negociar diretamente com a empresa, foi formada uma comissão de licitação, e aí sim eu fui indicado. E a comissão de licitação existe entre o momento em que ela é constituída e o momento em que ela apresenta o relatório. Eu ocupava outro cargo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo, mas o senhor foi colocado especificamente para essa missão. Eu queria que o senhor me explicasse até a classificação de alguém que está numa responsabilidade de fazer um pleito pela PETROBRAS de repente ter uma proximidade tão grande, por exemplo, com Júlio Camargo, que era quem estava realmente na condução por parte desse Consórcio TUC, que formava. Como se dava essa sua relação com Júlio Camargo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, a relação com o Júlio Camargo era uma relação com o consórcio durante as reuniões de negociação. Somente isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vocês discutiam, por exemplo, um projeto básico, um projeto detalhado? Como funcionava?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, o projeto estava definido. O projeto, as bases da licitação estavam postas. Existia um memorial descritivo, que inclusive é anterior à formação da comissão. A comissão... Vou ter que explicar um pouquinho mais sobre a comissão. A comissão, ela recebe uma missão de negociar com um determinado projeto, com uma determinada especificação contratual — tudo isso pronto, uma estimativa também anterior à comissão —, e a partir daí ela desenvolve o trabalho. Então, basicamente é uma negociação de preço. A gente pode melhorar as condições. E, nesse caso, nós melhoramos as condições também em outros aspectos. Por exemplo, esse contrato, diferentemente de outros, não tem chuva, a empresa não recebe por chuva; a empresa não tem direito a analisar a consistência do projeto — se o projeto estiver errado, ela vai ter que assumir que projeto é aquele que ela recebeu e pagar pelas custas. E, por conta disso inclusive, esse projeto até hoje não recebeu nenhum aditivo. Então, mais para entender a posição da comissão, é uma comissão temporária. Ela recebe um projeto, ela tem uma decisão anterior a ela da diretora executiva e ela tem a missão de negociar com os representantes das empresas. Isso é feito em reuniões entre a comissão e os representantes do consórcio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não teria passado, por exemplo, nesse momento informações privilegiadas da PETROBRAS?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, informações...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Porque o TUC acabou... Exatamente esse consórcio acabou, então, levando em seguida à licitação, não é isso? Quem venceu a licitação para a construção da unidade de utilidades?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Foi uma negociação direta apenas com esse consórcio. Ele não venceu a negociação. A negociação foi feita...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não havia mais nenhuma outra concorrência?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, foi a partir de um pressuposto de preços estabelecido pela estimativa da PETROBRAS e negociado com eles. Eles

apresentaram uma proposta que era superior à estimativa. Nós tivemos que reduzir o preço para compatibilizar com a estimativa exigida.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E depois, da parte da venda dos serviços, como é que ficou essa contratação dos serviços?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não, ela foi abandonada do ponto de vista do projeto, o projeto estruturado, que era o projeto... Ao invés de eu ter as unidades, o projeto era: eu comprava o vapor de uma empresa que ia construir a unidade — eu comprava o vapor, a energia, a água de uma empresa. Num determinado momento a diretoria executiva chegou à conclusão de que isso ia gerar um resultado econômico ruim para a companhia, quando comparada à opção de a PETROBRAS deter a unidade. Então, tomou uma decisão de não mais seguir com este projeto de compra de serviços...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, não houve venda de serviços, compra de serviços.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não teve compra de serviços, teve uma contratação para a implementação da unidade. A unidade pertence à PETROBRAS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. Mais uma pergunta, Presidente, só para finalizar. É impressionante como comigo o tempo corre mais rápido. Tem alguma coisa errada com esse cronômetro.

Sr. Maurício, referente à questão da Odebrecht, qual a sua relação, por exemplo, com Bernardo Freiburghaus? Não sei se estou...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não o conheço.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não o conhece? O senhor nunca teve contato com ninguém?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não conheço essa pessoa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Em relação à...

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A Odebrecht, sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...Odebrecht, por exemplo, com quem o senhor mantinha contato na Odebrecht?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Nessa época, nessa negociação, como eu falei, era um engenheiro chamado Renato. Eu não me lembro do sobrenome dele. Mas ao

longo da minha vida profissional eu já mantive contato com outros engenheiros da Odebrecht.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tá. E, para finalizar, o senhor diz que está na PETROBRAS desde 1987.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Exato.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Explique melhor. Na verdade, nós estamos aqui com um problema sério, que é o problema que nós estamos investigando, que são esses aumentos exorbitantes. Por exemplo, na RNEST, nós começamos com 2 bi e foram para 20 bi; no Estado do Maranhão, um projeto que deveria ser iniciado com 700 milhões foi para mais de 3 bilhões de reais. Então, são valores que aumentam de uma forma exorbitante, contrariando inclusive a legislação que nós temos em curso no Brasil, que é a Lei nº 8.666, de 1993.

Eu queria que o senhor explicasse melhor, já que o senhor tem informações referentes à questão de licitação. Nessa variação de custo, qual o tipo de critério, na verdade, que é utilizado? Por que aumentos tão exorbitantes? Por que isso não fica previsto logo inicialmente, quando a licitação de fato é realizada? O percentual de 25% não passa nem perto. Nós chegamos a percentuais de aumento de 500%. Explique melhor para a gente como é que isso funciona. Esse critério não é levado minimamente em consideração? Eu sei que a PETROBRAS tem uma legislação específica, tem um decreto específico para isso, mas nós temos uma lei que é maior e que não pode ser abandonada, não pode ser desconsiderada nesse quesito.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - No caso da RNEST, que você menciona que passou de 12...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não. Eu estou citando RNEST. Tem Premium I, Premium II, COMPERJ. Tem um monte de coisa aí.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Está bom. Temos que analisar os casos concretos, a meu ver. No caso da RNEST, quando você cita que passou de 2 para 20, na realidade, o que a gente tem projetado é algo próximo a 19: é 18,900. Hoje não chega a 20. Mas boa parte desse incremento de preço diz respeito à fase anterior à autorização para iniciar a execução. Ou seja, não havia licitação na época, pelo menos dos contratos principais. A refinaria foi aprovada com 13,4 bilhões de dólares. Aí que houve autorização. Então, houve aumento de custo, de fato, de 13,4

a 18 bilhões por vários fatores. Primeiro, é uma questão da avaliação cambial, que não é questão gerenciável. Mas, fora isso, nós tivemos aumento, necessidade de aditivos para a compatibilização dessas interfaces que eu mencionei aqui. Nós tivemos aditivos por conta de chuvas que aconteceram lá — os contratos previam, alguns contratos, o pagamento de chuvas. Então, houve necessidades de aditivos e algumas alterações de escopo. Por exemplo, nós tivemos que fazer desses 13 por 18 adaptações no Porto de Suape. Isso aumentou os custos também na refinaria. Mas não necessariamente o aumento de custo está relacionado ao processo licitatório.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas o senhor não concorda comigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...que é um aumento grande demais. É claro que há uma série...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada, o minuto de V.Exa. já está com 70, 80, 90 segundos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Presidente.

Só para finalização, o senhor não acha que é aumento demais nós chegarmos a percentuais que são exorbitantes, quase 1.000%, na verdade. Enfim, é um aumento... Não são muito fora de lógica esses aumentos, Sr. Maurício?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu acho que temos que melhorar sim nesse aspecto de garantir uma compatibilidade melhor de estratégia de contratação dos projetos disponíveis, avaliar os riscos, codificá-los, mitigá-los, para evitar esses aumentos os quais a Sra. Deputada mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço à Deputada Eliziane Gama.

Passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu queria fazer umas perguntas, dando continuidade à inquirição do meu amigo Deputado Izalci, que perguntou sobre aquele contrato em que Júlio Camargo, no seu termo de colaboração premiada, disse que houve pagamento de propina com relação ao contrato do COMPERJ. Disse que numa negociação se escolheu o Consórcio TUC,

e não houve licitação para esse contrato, foi uma negociação entre o consórcio e a PETROBRAS, e o interlocutor nessa negociação teria sido o senhor. O senhor confirma isso?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Confirmo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Em que base foi feita essa negociação? Como é que você... Como é que se contrata uma obra de mais de 3 bilhões de reais sem haver uma disputa? Qual era a base para se darem valores a essa obra sem que haja uma disputa, sem que haja uma concorrência? Como é que se deu essa negociação?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - A negociação, primeiro, foi decidida pela diretoria executiva, formada a comissão da qual fui indicado para ser coordenador. A base que tínhamos era uma estimativa interna da PETROBRAS. Então, a PETROBRAS fez uma estimativa baseada no projeto, que, nesse caso, era um projeto...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Que se mostrou equivocado, diga-se de passagem, porque o custo foi superior.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Não. Na verdade, não, porque o projeto... A estimativa que recebemos tem uma faixa de precisão bastante estreita, se não me engano era mais 3%, menos 2%, algo em torno disso. Então, nós tínhamos que buscar reduzir. A proposta apresentada era superior à proposta, à estimativa da PETROBRAS, e houve necessidade de redução de empresas pelo consórcio para que compatibilizasse com a estimativa. Fora isso, nós inserimos algumas questões que já víamos como interessante do ponto de vista de evitar mitigar riscos futuros que a empresa assumia a responsabilidade pelo projeto integralmente, independentemente de alguma inconsistência que pudesse haver, e não se paga chuva nesse contrato. Quer dizer, qualquer efeito da chuva, a responsabilidade é da empresa. Por conta disso, esse contrato não teve nenhum aditivo até hoje.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A minha pergunta é a seguinte: quem é que decidia? Quem dava a palavra final sobre o acerto com esse contrato? O senhor era apenas o intermediário da PETROBRAS junto à empresa, era o negociador, certo?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Na verdade, era uma comissão que negociava. Nós apresentávamos um relatório final, esse relatório final a hierarquia da PETROBRAS submetia à diretoria executiva, que é quem tinha competência para autorizar contratos nesse valor. A diretoria executiva aprovou a contratação.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu lhe pergunto isso porque no depoimento do Vice-Presidente da Camargo, que está no processo de colaboração premiada também, eu perguntei para ele se essa corrupção na PETROBRAS, que hoje é pública, se restringia aos escalões superiores da empresa ou também permeava os escalões inferiores, as comissões de licitação. Ele disse que não poderia falar sobre isso porque está sendo objeto de uma negociação de um novo termo de colaboração premiada, porque é impossível que essa corrupção que aconteceu na PETROBRAS se restringisse a escalões superiores. Acho que as comissões de licitação, os técnicos que avaliavam os projetos, que faziam a medição, todos estariam envolvidos nisso. É impossível que esse escândalo tenha acontecido na dimensão que aconteceu sem a participação também de funcionários de escalão inferior na PETROBRAS. Ele confirmou isso, só não quis avançar porque está fazendo uma colaboração com relação a isso.

O senhor também acredita que esses escândalos, que agora são públicos, se restringiam à cúpula da PETROBRAS, que apenas os diretores e altos gerentes participavam deste esquema?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Foi com surpresa que nós soubemos desse processo envolvendo diretor da PETROBRAS, ex-gerente executivo na engenharia. Eu pelo menos fico bastante triste, indignado, com essa situação. E não concordo porque, primeiro, não participei desse processo e confio em muita gente que trabalha lá dentro. Tem muita gente honesta, muita gente boa que não está envolvida com nada disso. Então, essa afirmação de que todos participam eu simplesmente tenho que rejeitar.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu acho que você não entendeu, eu não disse que todos participam, eu disse que com certeza outros funcionários participam. Eu sei que na PETROBRAS tem muita gente séria, muita gente que gosta da empresa, que honra o nome da empresa, e tem muita gente bandida lá dentro. Isso está provado, isso aí já é público. O que eu disse é que seria impossível

que esse esquema de corrupção que se instalou na PETROBRAS se restringisse aos diretores e gerentes, porque todo esse processo começa lá na base, na comissão de licitação, em quem faz a medição da obra. Então, é claro, e o próprio Vice-Presidente da Camargo confirmou isso, que escalões inferiores também da empresa participavam desse esquema fraudulento. É isto que eu lhe perguntei: o senhor acha que seria possível que esse esquema criminoso da PETROBRAS se restringisse aos diretores e gerentes executivos? Não poderia ter também a participação de funcionários subalternos da empresa?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu acho que, na medida em que são pessoas quer executam um processo, e num universo aí de 80 mil funcionários, é possível sim haver algum tipo de desvio dessa natureza por parte de alguém. O que eu não posso afirmar é se de fato existe e quem participa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Só para encerrar, Sr. Presidente, peço a sua compreensão.

O senhor, numa entrevista ao *Fantástico*, disse que não havia nada de errado com o projeto do COMPERJ na época da PETROBRAS e que tem certeza de que não há nada de errado porque se orgulhava da competência dos técnicos da PETROBRAS. O senhor continua com esse pensamento?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Em relação ao projeto do COMPERJ, sim. O projeto...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E sobre a execução da obra? E sobre a forma como ela foi conduzida? E o estágio em que ela se encontra? E os aditivos que foram feitos nesse projeto?

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Bom, nesse sentido, foram agregados outros atributos, né? Em relação ao projeto, sim; em relação à estratégia e à condução, como eu disse, assumiu-se um risco de iniciar a implementação do COMPERJ sem que houvesse as licenças dos extramuros. Uma vez que as licenças não saíram a tempo... Na verdade, na época, era possível imaginar que a licença saísse a tempo, comparando com prazo de licenciamento da obra do intramuros. Mas basicamente, do aumento de custos da época em que foi aprovado o COMPERJ, a grande causa foi a incompatibilidade entre essas licenças que gerou a necessidade de aditivos nos contratos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor não acha que foi leviandade e irresponsabilidade iniciar um projeto sem essas licenças?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, nobre Deputado.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu prefiro não emitir juízo de valor porque eu não estava lá na época dessa decisão e não entendo exatamente em que contexto, em que cenário ela foi feita.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Aluisio Mendes e retorno a palavra ao Dr. Maurício Guedes para os comentários finais, se assim desejar proceder.

O SR. MAURÍCIO GUEDES - Eu não tenho comentário adicional, além de agradecer a oportunidade de estar aqui contribuindo com a Comissão. Estou à disposição sempre que houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço a presença ao Dr. Maurício, a quem dispenso, e já faço a convocação ao Sr. Heyder de Moura Carvalho. *(Pausa.)*

Já com o Sr. Heyder de Moura Carvalho compondo a Mesa, registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto S.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Retorno a palavra a V.Sa. para a apresentação e os comentários iniciais, pelo tempo de até 20 minutos, se assim o desejar.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não creio que tanto tempo, mas parte disso. É, eu sou engenheiro mecânico, formado pela UFRJ. Entrei por

concurso público na PETROBRAS em 1980, entrei pela Refinaria Duque de Caxias, Município lá do Rio de Janeiro. Minha primeira atividade como engenheiro da PETROBRAS foi na área de manutenção, manutenção das plantas e unidades industriais da refinaria. Fiquei na refinaria até 1985, quando fui transferido para a sede que coordenava a manutenção de todas as refinarias da PETROBRAS, que na época eram 12. E aí fiz um trabalho de especialista na gestão das paradas de manutenção dessas unidades, porque tem um sequenciamento, tem uma lógica para que sejam feitas essas paradas em cima da necessidade de manutenção do suprimento do mercado. Trabalhei nessa área até 1992, quando exerci, fui convidado a exercer meu primeiro cargo gerencial, também nessa área de manutenção de refinarias, mas já numa visão mais de alocação de recursos, alocação do planejamento, deslocamento de pessoas para atender a uma refinaria e outra, etc. e tal. Até que em 1990, não, em 2000 a PETROBRAS, que já vinha há algum tempo sem ter grandes investimentos nas áreas de refinaria — basicamente os recursos disponíveis na época eram centralizados ou direcionados para a área de exploração e produção —, entendia naquele período uma necessidade de voltar a investir na área de abastecimento, de fazer novas refinarias, melhorar as refinarias existentes. Então, eu fiz parte desse grupamento já também como gerente. Havia um gerente-geral da área. Eu era gerente desse grupamento. E até que em março de 2009 eu fui convidado para ser gerente-geral na implantação do COMPERJ, olhando pela área do negócio, a área abastecimento. Como outros colegas que aqui já estiveram, o tratamento, o andamento do serviço de um empreendimento do porte do COMPERJ, ele é executado pela área de serviços e ele é acompanhado *pari passu* pela área de abastecimento como gestora do orçamento, como a área de interesse em ter aquele empreendimento para posterior utilização e em tocar a operação e posterior manutenção. Então, eu fiz esse trabalho junto ao COMPERJ até setembro de 2012. Então, eu fiquei no período de março de 2009 a setembro de 2012 no COMPERJ. Nessa época eu fui transferido, fui para uma outra área, uma área de compras para o abastecimento também, e nessa área permaneci por 2 anos, quando eu vim... Foi onde eu me aposentei ao final do ano passado. Então, esse é basicamente o meu ciclo de 35 anos de trabalho na PETROBRAS, sempre numa área ligada a planejamento, manutenção de empreendimento, construção e

montagem de refinarias, etc e tal. No caso específico que eu entendo que me traz aqui, o foco pelo COMPERJ — também já tive a oportunidade de assistir a outros colegas aqui falando —, o COMPERJ é um trabalho que já tinha, numa primeira instância, aprovado o FEL 1, o Fase 1, do COMPERJ, em 2004; e, depois, numa concepção de uma refinaria petroquímica, que foi confirmada em 2006, na passagem da Fase 2 para a Fase 3, saindo da fase conceitual e indo para a fase, vamos dizer, de projetos, com uma peculiaridade que, em função do cronograma que vinha sendo buscado e estabelecido no planejamento estratégico da empresa — a necessidade de ter a refinaria —, já houve uma autorização de antecipação de alguns serviços, tipo terraplanagem, estradas, linha de transmissão, o início de compras de equipamentos críticos, o início de algumas licitações significativas. E foi quando eu entrei no COMPERJ, justamente em 2009, estava nessa fase final, e aí depois, em fevereiro de 2010, houve a passagem da primeira fase do COMPERJ para execução, deixando claro que, ao final de 2009, na análise que foi feita pelas áreas da PETROBRAS, áreas estratégicas, de desempenho, de avaliação de mercado, entenderam que não era mais interessante, por uma série de motivos — eu não sou nem a melhor pessoa para falar sobre isso —, dar continuidade àquela ideia original da refinaria petroquímica. Então, foi criado um programa. Acredito que outros colegas já tenham tratado bastante desse detalhe. E o que passou para a fase de execução, que a gente chama que é a obra propriamente dita, foi uma refinaria de Trem 1. Um segundo trem de refinaria ou uma segunda refinaria, há alguma divergência de nomenclatura a respeito disso, voltou para estudos, ou seja, essa segunda refinaria é estudada. E uma parte que seria o parque petroquímico, composta por diversas empresas que completariam, vamos dizer assim, as duas refinarias mais o parque petroquímico, o que seria o complexo petroquímico do Rio de Janeiro. Essa continuou também em fase de estudo, prospecção de *softwares.* E, em cima do meu desenvolvimento, o nosso foco passou a ser muito em cima dessa fase da a refinaria, que seria a execução, além de uma característica que era do escopo do nosso trabalho de fazer todo o acompanhamento orçamentário, e esse acompanhamento orçamentário não só da refinaria que estava em execução, mas o que já vinha sendo apropriado nos futuros empreendimentos para essa posterior negociação de *softwares*. Então, essa é uma primeira panorâmica do meu trabalho,

ou seja, onde ele se encaixou nesse período do COMPERJ, que eu fiquei lá 3 anos e alguns meses. E estou aqui agora para buscar responder aí ao que me for perguntado, conforme eu já declarei no começo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Sr. Heyder de Moura Carvalho, e concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como estas audiências e oitivas são do eixo da sub-relatoria do Deputado Altineu Côrtes, que é Sub-Relator do eixo refinarias e autor dos requerimentos, eu estou, como sempre, dando preferência para que ele, como Sub-Relator e autor dos requerimentos, possa ser o primeiro a fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Então, agradecendo ao Deputado Luiz Sérgio, com a palavra o Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quero agradecer ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

Vamos dar início: Sr. Heyder, a quem o senhor se reportava no seu último cargo na PETROBRAS, no COMPERJ?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Quando no COMPERJ? Porque o meu último cargo foi na área de compras. E isso era outro...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Isso!

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - No COMPERJ, inicialmente, quando eu fui para o COMPERJ, eu fui convidado para ser o gerente-geral pelo gerente executivo da área petroquímica, Sr. Paulo César Aquino. E depois, mais ou menos acho que ao final de 2010 ou início de 2011, houve uma reformulação na área de abastecimento — como V.Exa. deve saber, abaixo do diretor tem os gerentes executivos — e houve um entendimento que, como estava tendo o COMPERJ — a RNEST era subordinada a outro gerente executivo —, havia todo um trabalho de início das refinarias Premium. Então, houve a criação de uma gerência chamada de Programas de Investimento e todos esses projetos migraram para lá. Aí eu passei a responder a esse Gerente Executivo de Programas de Investimento e não mais ao Paulo Aquino.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É o Sr. Luiz Aberto Domingues.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E quem era o superior do Sr. Luiz Alberto Domingues?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - O superior dele, ele era um gerente executivo, assim como o anterior, que era o Paulo César Aquino, como gerente executivo, o superior era o então diretor na época, Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era a sua relação com Paulo Roberto Costa?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Apenas profissional.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Foi ele que o indicou para o cargo?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, quem me indicou foi... Quem me chamou e conversou, porque estava o COMPERJ entrando numa fase mais executiva, eu tinha todo um histórico de trabalho em paradas e de execução, foi o Paulo César Aquino.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor, como gerente de compras...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Certo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era o posicionamento do gerente de compras em relação às empresas convidadas? Era o senhor que escolhia as empresas convidadas a participarem dos certames?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Eu fui gerente de compras depois que eu saí do COMPERJ, né? Já foi numa outra etapa. Vou chegar à pergunta de V.Exa., mas talvez... Como eu fazia as compras para a área de abastecimento, houve uma peculiaridade porque, tanto para o COMPERJ quanto para a RNEST, basicamente as compras já tinham sido executadas. Então, eu estaria fazendo mais. Fiz mais o recebimento desses equipamentos. E a ideia de ter essa gerência geral era com o crescimento das refinarias Premium, que eram para onde a gente iria comprar, o que não acabou acontecendo. Pelo menos no período que eu estava lá e pela notícia que eu tenho ainda não aconteceu. Mas, sendo teórico, a comissão... Eu era gerente-geral. Eu tenho o gerente, e o gerente indica a comissão, né?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Que compras o senhor fez? Essas empresas que estão sendo alvo da Operação Lava-Jato foram vencedoras de licitações de que o senhor era o gerente, das quais o senhor era o gerente?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, não, não. É... Vamos esclarecer. A parte de compras não licita serviço, é só equipamento. Então, essas compras que eu basicamente...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor só comprava equipamento?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Equipamentos são com empresas, com fabricantes, não... Nenhuma dessas — pelo menos que eu tenho visto aí em mídia que estão na Lava-Jato — são fornecedoras de equipamentos. Então, não constam essas. E, mesmo na época em que eu era COMPERJ, eu não licitava os serviços, né? Conforme eu falei, havia um acordo de unir esse serviço entre a área de abastecimento e a área de serviços, que é quem fazia o serviço. Agora, as compras são: turbina, compressor, reator. Isso é feito com firmas aí de caldeiraria e firma até alguma coisa internacional...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Na parte de serviços, quando o senhor era da parte de abastecimento, e existiu o gerente da parte de serviço, que trabalhava em paralelo, vamos dizer assim...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era o gerente da parte de serviços?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Quando eu cheguei lá em março de 2009, o gerente, o meu par, vamos dizer assim, o gerente-geral de implementação do COMPERJ, que tinha a responsabilidade da execução da obra propriamente dita, era o engenheiro Jansen. E o Jansen saiu acho que no início de 2012, entrou o engenheiro Ricardo Sales. Mas logo depois eu saí. Ou então o meu período... Acho que, 90% do tempo que eu estive no COMPERJ, o meu par foi o Jansen Ferreira, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era a autonomia do senhor para realizar essas compras, por exemplo, compras com dispensa de licitação o

senhor como gerente? Quanto o senhor comprava sem licitação, sem ter que pedir autorização a ninguém?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É... Mais uma vez, na fase que eu estou em compras?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Na fase em que o senhor estava em compras.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Em compras, já saído do COMPERJ, o meu limite de competência era em 11 milhões, mas não que eu pudesse fazer sem licitação. É... A regra básica é que se faça o convite baseado no cadastro, fazendo uma verificação entre qual é o melhor item que compõe aquela necessidade, né? E aí estabelece ali um filtro e, com isso, sai e escolhe. Então, a comissão trabalha em cima disso. Somente se partiria para uma compra sem licitação se houver... Até se houver somente dois fornecedores, existem alguns casos muito específicos, alguns compressores mais sofisticados, você não tem três fabricantes que forneçam. Mas quando essa situação, isso entrava num... tinha que ter um pedido muito específico, fazer até reunião específica com o jurídico para o detalhamento dessa necessidade, para que fosse uma compra direta, etc. e tal. Mas, no período em que estive lá, nos 2 anos em que eu estive lá, talvez me escape à memória, mas se teve um caso ou dois — aí eu peço desculpas pela memória —, mas era a exceção da exceção. O normal é licitar com pelo menos três fabricantes, o que é diferente na área de serviços. Na área de serviços normalmente você tem um grupamento bem maior. Em compras, tirando alguns aspectos de caldeiraria, que tem um mercado mais amplo, quando vai para instrumentação, quando vai para equipamentos mais bodosos, você não tem uma gama assim tão grande que você possa chamar tantas pessoas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor se aposentou no ano passado?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Eu me aposentei em novembro do ano passado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor se aposentou no ano passado, com 35 anos de empresa.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Isso, 35 anos. Parei em janeiro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual o sentimento que o senhor tem hoje com a PETROBRAS passando por essa corrupção, esse processo enorme de corrupção?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não tem como ser um sentimento...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Ruim.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - ...bom, né? Não tem como ser bom.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então eu pergunto ao senhor...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Ou seja, um trabalho que a gente fez... Eu trabalhei 35 anos na empresa, dedicado, e quando a gente foi surpreendido com o diretor sendo preso, diretor delatando...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E quando o senhor estava participando, o senhor não soube de nada?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não tive...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não desconfiava de nada?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não tinha como desconfiar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas agora que o senhor já está aposentado...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Estou aposentado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, o senhor já está aposentado. Pegue o Sr. Paulo Roberto Costa, que fez uma delação premiada. Assim, de uma forma, num entendimento muito pessoal meu, eu acho que ele vai quebrar a cara.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Réu confesso, né? Vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É, mas eu acho que ele vai quebrar a cara, porque eu acho que ele esconde muita coisa do povo brasileiro, inclusive muito dinheiro, na minha opinião pessoal. Essa é uma questão pessoal minha. Então, eu acho que essa delação dele vai cair. Ele vai se dar mal porque ele está achando que está enganando todo o Brasil. Aliás, vem aqui com uma cara de moralista... Eu nunca vi um cara com tamanha cara de pau, porque ele vem, faz uma delação premiada e acha que agora ele é o alto da moralidade.

Depois de tudo isso que o senhor viu, o senhor malda algum pedido que ele fizesse ao senhor lá atrás, a que naquele momento o senhor podia não estar atento, vamos dizer: *"O, Heyder, atende fulano para mim? Heyder, resolve esse assunto para mim? Heyder, agiliza esse processo para mim?"*. Porque naquele momento talvez para o senhor fosse uma coisa natural...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Entendi.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ...mas que hoje o senhor vê que ele como fez essa, na minha opinião, delação, que ele diz que é delação, que eu não acredito na delação dele, mas, enfim... O senhor malda, o senhor se sentiu usado por ele?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Bem, sendo muito franco...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Muito honesto. O senhor está aposentado, o senhor é brasileiro, a gente está aqui para...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Exatamente. No trabalho que a gente vinha desenvolvendo, começou a haver uma série de paralelismo de obras. Ou seja, tinha obras na refinaria, tinha obras na RENEST, tinha obra no COMPERJ, e tendendo a ter obras nas Premium. Então, tudo isso vinha ampliando. Então, havia um trabalho que era determinado pela diretoria executiva — que eu entendia que vinha não exatamente de diretor de A ou B — de que a gente tinha que buscar uma ampliação do mercado, para ter desenvolvimento do mercado nacional, o envolvimento de empresas de médio porte, para que dessem conta, vamos dizer, desse trabalho como um todo. Então, era uma questão, no meu entendimento, bastante lógica. Claro que é um desafio muito grande, como é um desafio fazer uma obra desse porte. Mas para mim era natural. E, conforme V.Exa. fala, hoje a gente escuta alguma coisa que: *"Não, eu botava a empresa A, B, botava a empresa C"*...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É isso que eu estou perguntando ao senhor.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - ...que realmente nos torna uma coisa... Embora eu ache que algumas dessas empresas vieram a desenvolver bom trabalho. Então, eu acho que eu não tinha como...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas é nesse sentido. O que eu queria aqui colocar para o senhor é o seguinte: o senhor está aqui hoje na CPI, o

senhor dedicou 35 anos da sua vida à PETROBRAS, o senhor está aposentado. E na realidade não tem nenhum bobo. O senhor recebeu pedidos ou orientações que naquele momento — o senhor talvez não maldasse — eram uma coisa natural, mas hoje o senhor vê que ele próprio declarou a relação que ele tinha com um monte de empresas que pagavam propina para ele. E é nesse sentido que eu estou perguntando. O senhor se recorda, então, de em algum momento ele dizer: *"O Heyder, resolve este assunto aqui da Camargo, por favor. Adianta este assunto da Camargo. Adianta este assunto aqui da Galvão Engenharia. O seu Dário, aquele amigo nosso."*

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, no caso específico, como eu era da linha do abastecimento, a gente não tinha esse dia a dia com as empresas, com a licitação das empresas e as necessidades eventuais da empresa de... coisa e tal. Isso era desenvolvido pelo *(ininteligível)*, mas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas Sr. Heyder, conta para a gente aqui...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Vou falar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Conta para a gente aqui.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Se eu pudesse, eu contava.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Conta para a gente aqui, dá um exemplo do que aconteceu, de como ele fazia, um exemplo pequeno. Ele já declarou que levou o dinheiro mesmo.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Só estou perguntando isso. O senhor foi subordinado a ele. Na realidade, ele usou um monte de gente. Mas eu pergunto: hoje, o que o Sr. Mauro *(ininteligível)* dizer? *"Não, aquele dia, quando o Paulo Roberto falou comigo para eu atender, por exemplo, Galvão Engenharia, não sei o que lá engenharia..."*

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, como... Com toda a sinceridade como testemunha dos fatos, não aconteceu um fato nessa linha. Havia...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor não...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, não me recordo. Pode estar escapando alguma coisa, mas não me recordo, porque não era essa linha, tá?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Se tiver escapado, se o senhor achar, se o senhor lembrar, o senhor fala. *(Riso.)*

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Eu estou aqui tentando rebuscar, mas não tenho, entendeu? Não tem nenhum fato assim nessa linha que de certa forma traria um alerta, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Tá.

Eu quero agradecer, Sr. Presidente. Por enquanto, é só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes e retorno a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. ocupou cargos. O momento em que V.Sa. começou a liderar cargos na empresa foi a partir de que ano?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - 1992. É, eu exerci cargos de gerência por 22 anos, quase... 22 a 23. Não sei, teria que ver os meses.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O primeiro.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - O primeiro foi em 1992, na área lá de planejamento de manutenção, como eu relatei na minha fala inicial, já ainda coordenando paradas, necessidades de recursos. Porque quando você vai fazer uma parada é um trabalho muito grande, você precisa fazer aquilo no menor tempo possível. Então, a gente busca recursos de outras refinarias para fazer ali uma força-tarefa. Então, eu fazia essa coordenação aí junto às refinarias, entre outros pontos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aqui, em alguns momentos — alguns momentos —, por alguns membros da CPI, chegou a ser feito o discurso de que teria sido montada uma máquina para saquear a PETROBRAS. Como ninguém pode saquear a PETROBRAS sozinho, precisa ser em agrupamentos...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Por isso a estranheza que o Barusco tenha conseguido roubar sozinho, e para ele sozinho, desde muito tempo.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Sei também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. acha que foi apadrinhado politicamente dos vários cargos que ocupou de gerente da PETROBRAS, por apadrinhamento de grupo, ou foi pelo esforço, pela competência? Como o senhor

explicaria essa sua ascensão de ocupar durante mais de 22 anos cargo de gerente na PETROBRAS?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É, a minha ascensão... Eu trabalhei 12 anos, como a gente chama lá, de engenheiro simples, peão. No caso, a gente até chama de engenheiro peão. Doze anos. Ocupei cargos de gerência menor, é, nessa... Galguei cargos na área ainda de manutenção, quando eu vim a ser convidado para essa área em que estava uma formação de agrupamento em cima de uma experiência, quase que fazendo uma correlação à experiência de fazer uma parada de manutenção, uma montagem de um equipamento vai nos... uma progressão chegar. Então, foi passo a passo. E me orgulho de ter sempre sido muito reconhecido por cada um dos meus gestores, ou seja, pela minha dedicação, pelo meu trabalho desenvolvido. Então, eu tendo a acreditar que sempre foram por meritocracia essas indicações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa., ao longo de todo esse período, nunca se reuniu com políticos para ter apoio político nos cargos que exerceu?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, não, de forma alguma, de forma alguma. Não tenho nem conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, V.Sa. foi afastado do cargo de gerente de compras para empreendimentos da área de abastecimento da PETROBRAS junto com o Sr. Glauco Legatti e a Sra. Venina Velosa e outros.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na sua opinião, o que motivou esse afastamento?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Foram, Excelência, 19 pessoas que... Num processo que começou no início do ano de 2014, foram constituídas comissões internas, que são chamadas de CIAs — Comissão Interna de Avaliação, ou algo assim —, e hoje existem até outras CIAs em andamento. Mas das duas CIAs, a da RNEST e a do COMPERJ, levaram a 14 nomes, e que no meu entendimento, embora de forma bastante cabal, a empresa inclusive botou nota no jornal de que não havia sido encontrado nenhum dolo, nenhum malfeito, não tinha... Mas, em função do entendimento, que eu respeito, embora eu tenha a minha visão

de algumas não conformidades na forma de conduzir relativo a você contratar uma empresa, uma obra sem que ainda tenha uma definição clara da obra que vai vir em seguida, etc. e tal, esse tipo de coisa, eu entendo que a empresa, preventivamente, fruto de todo esse movimento com diretores delatando, se acusando, então, eu acho que foi uma situação preventiva. E, como era um cargo gerencial, o cargo não é permanente, esses cargos foram retirados. Nem todos os 19 perderam os cargos, mas eu fui um dos que perdeu o cargo. Então, eu entendo que foi uma atitude preventiva por parte da companhia. Claro que teve impacto para mim, pessoal, mas como gestor, como gerente há 22 anos, eu tenho que entender a posição da companhia em relação a isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, no caso do COMPERJ, onde V.Sa. foi Presidente do Conselho de Administração antes da incorporação pela PETROBRAS, poderia detalhar como era a concepção inicial no que concerne à estrutura empresarial do Complexo Petroquímico e da refinaria em si, no caso do COMPERJ?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Eu não sei, Excelência, essa informação de eu ser Presidente do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Do Conselho de Administração?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - O COMPERJ tinha várias empresas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o senhor não presidiu o conselho de algumas?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não senhor. Não senhor. O Presidente era o engenheiro Nilo, que já esteve inclusive aqui nesta CPI, e havia três diretores, dois deles estiveram aqui na segunda-feira e o terceiro está previsto para hoje. Mas eu não fazia... O conselho de administração das empresas...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não tinha um conselho de administração?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Eu entendo que tinha o conselho, mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. não participava dele?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não participava e, se não me falha a memória, eu acho que era inclusive o ex-Diretor Paulo que era o Presidente do Conselho das empresas COMPERJ.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas todos os gerentes não faziam uma reunião no conselho, informal?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, porque as empresas COMPERJ, embora fossem 100% PETROBRAS... Eu não sou a melhor pessoa para falar sobre isso, então eu peço um desconto na retidão, mas do que eu acompanhava ali...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Um desconto de menos 15 e mais 20%.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É, isso aí é famoso já, não é? Mas, um desconto, eu digo, na precisão do que eu estou falando. Por favor, me entenda.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, sim.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Embora 100% PETROBRAS, eram S.A., eram outras empresas. Se não me engano, foram seis empresas que foram criadas, mas em todas elas o Presidente e os diretores eram as mesmas pessoas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor não participou de nenhuma delas?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - De nenhuma dessas empresas. Houve uma época... É, não participei de nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Do conselho de nenhuma?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - De conselho das empresas do COMPERJ, não. Porque havia um estudo de fazer uma empresa que iria fornecer, vamos dizer, as utilidades, mas essa empresa acabou não... A ideia não foi à frente, e eu não era nem Presidente; eu era membro do conselho. Mas eu acho que isso não era do COMPERJ. Então...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas era membro do conselho de quê? De um embrião? De uma ideia? O que era?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Era o embrião de uma empresa que poderia vir a ser fornecedora das utilidades. Isso ficou numa fase de estudos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas chegou a ser implementado isso? Ou não?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, não. Nada foi implementado. Ficou no papel, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, a notícia...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Então, não sei. Estou querendo dizer da onde. Quanto ao COMPERJ, eu posso lhe afirmar aí, com todas as letras, que eu não participava do conselho das empresas do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, possivelmente, essa informação vinculando o seu nome com o conselho tenha vindo dessa ideia inicial de...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - As empresas COMPERJ já existiam. Era outra coisa, era outra coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Já existiam. Era outra coisa.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Isso aí seria uma outra situação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Uma outra situação, mas focada no COMPERJ?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Era pra atender às utilidades do COMPERJ. Então, foi formado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o que era isso? Dá pra me explicar o que era?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É porque, na concepção original do COMPERJ, até antes daquela aprovação em fevereiro de 2010, havia o entendimento, dentro da estratégia que foi montada, a concepção do empreendimento, aprovada na diretoria executiva, de que as utilidades — utilidades são: vapor, água, não sei o quê — seriam fornecidas por terceiros, e isso seria comprado pelo COMPERJ. Mas essa ideia não foi à frente e não chegou. Houve algumas negociações, e isso não prosseguiu.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Era mais um grupo de trabalho?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Era um grupo de trabalho, mas tinha o nome conselho, tinha não sei o quê, embora não houvesse nenhuma remuneração por conta disso. Mas tinha o nome conselho. Eu só estou querendo fazer uma correlação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É que o nome de V.Sa. acaba, em algum momento, citado também como parte de um conselho. Por isso, como isso também não está tão claro e pela informação que V.Sa. está prestando, mesmo a questão também não era tão clara. Quer dizer: foi criado, tinha o nome de conselho. E quem eram os membros?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Olha, é o Gilberto Moura, que esteve aqui na segunda-feira, e um outro colega de nome Maurício. Basicamente era esse o grupo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Porque a concepção do COMPERJ seria de comprar. Comprar e vender?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Era fazer com que a PETROBRAS entrasse com 20% e um outro grupamento com os outros 80%. Ela construiria as instalações necessárias e forneceria, através de um contrato de risco, vendendo. Mas a gente não chegou a esse equacionamento. Essa ideia foi, vamos dizer, descontinuada administrativamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Era pra comprar água...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Água, energia, vapor. Isso aí foi descontinuado administrativamente, e eu não sei nem exatamente como. Mas tudo isso foi incorporado pela PETROBRAS e depois isso foi contratado através de licitação. Na passagem de fevereiro de 2010, passou essa situação. Ficou configurado que não ia mais ter essa situação, e ia ser através de uma empresa externa, vamos dizer assim. Eu só estou dizendo isso por conta de onde eu consigo lembrar alguma relação do meu nome com algum conselho.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. O que eu gostaria era também de ter um esclarecimento de como o seu nome se vincula a algo assim.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Está vinculado a isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Outra questão é que, nesta CPI, o que mais se falou foi cartel: o Barusco, o Paulo Roberto, o Youssef, o Augusto Mendonça. E V.Sa. nunca tinha ouvido falar antes desse tema na PETROBRAS? Como foi o seu impacto ao tomar conhecimento de um conteúdo tão explosivo como esse?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Como cartel, a gente percebia... Não me lembro assim, se me falha aqui a memória, de usar a palavra cartel. Mas o andamento das obras com a sequência de licitações, afora outros problemas de dólar, de crescimento de demanda mundial até em custo de equipamentos e outras coisas e tal, uma tendência de aumentar os patamares de preço. E, dentro do que eu coloquei aqui, havia uma orientação bastante clara vinda da diretoria executiva de que a gente deveria ampliar mais a quantidade de empresas, buscar empresas de médio porte, que fossem compatíveis para atender a serviços que fossem adequados a esse porte, visando essas duas situações: uma maior competitividade, e visando até o desenvolvimento do mercado de novas empresas, etc. e tal. De certa forma, é uma linha de buscar um equilíbrio entre oferta e demanda. Mas, cartel... como a gente escuta agora, conforme V.Exa. colocou, eu não tinha isso como uma preocupação, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, V.Sa. também foi citado numa auditoria interna da PETROBRAS...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... que analisou possíveis irregularidades em licitações de obra na Refinaria Abreu e Lima. Procede ou não procede essa informação?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não. Eu creio que não. Aquela situação que V.Exa. colocou...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Do COMPERJ?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - ... é, anteriormente até à perda do cargo, havia a Comissão do COMPERJ e a Comissão da RNEST. O meu nome apareceu — a gente tinha uma comissão, que nos chamou lá para colaborar, para prestar esclarecimento de como é que começava... —, e, dentro daquela linha no COMPERJ, houve o entendimento em função dessa comissão entender que algumas não conformidades na linha de contratar, ainda sem uma maturidade do entendimento da comissão em que estavam 100% dos projetos — eu tenho um contraditório em relação a isso, mas não tive a chance de falar na época. Mas em relação a essa situação é que eu fui listado, sendo um daqueles 19 nomes. O senhor citou alguns deles, como o engenheiro Glauco e a engenheira Venina, mas

são 19 nomes. E, com isso, eu perdi... Foi o Diretor da época me chamou ao cargo: *"É um cargo de confiança, não tem nada contra você, não foi aventado. Mas a gente está retirando o seu cargo"*. O que eu entendo, de forma desgostosa, mas entendo como uma situação preventiva por parte da PETROBRAS, para ter um entendimento mais amplo. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Acabou?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não*. (Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Era o Presidente que estava falando comigo sobre uma questão em relação à CPI.

O senhor presidiu e coordenou o setor de licitação também na PETROBRAS, de compras?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Após a saída do COMPERJ, eu fui para a área de compras. A área de compras, na verdade, é segmentada para atendimento às diversas áreas de negócios. Então, tem uma área de compras para o abastecimento, uma área de compras para exploração e produção, uma área de compras para o gás e energia e uma área de compras corporativas e correlatas. Eu era responsável, durante 2 anos, pela área de compras para empreendimentos de abastecimento. Mas, conforme eu já citei aqui, eu cheguei a essa área numa fase em que havia uma perspectiva de retomar as compras, mas que não se confirmou. Basicamente, eu trabalhei muito na entrega de equipamentos anteriormente comprados, tanto para a RNEST quanto para o COMPERJ. Mas realmente eu era responsável por essa área.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Uma das questões que eu acho que vai amadurecendo aqui na Comissão é que o decreto, ainda do Governo Fernando Henrique, que dá à PETROBRAS um regime especial, no meu entender, é um instrumento que a PETROBRAS precisava. Ela precisava de um instrumento realmente mais veloz. Eu acho que ele foi mau utilizado, porque, se alguém vai comprar copos e canetas, a PETROBRAS tem um cadastro de quem fornece copo e caneta, e todos aqueles que estão naquele cadastro deveriam cotar. Mas a PETROBRAS resolve dizer que só as empresas "a", "b" e "c" é que podem cotar, já

as “d”, “f”, “g”, “h” não podem cotar. Então, ela já direciona quais são aquelas. Isso passou a ser um instrumento que permitiu, a nosso ver, o processo do cartel.

E, no que se refere a compras, a PETROBRAS chega a um limite. Por exemplo, a PETROBRAS faz uma licitação para construir uma plataforma de petróleo. Então, ela diz: *“Só a empresa “a”, “b” e “c” podem cotar”*. À empresa que vence a licitação, a PETROBRAS ainda determina que os equipamentos — por exemplo, equipamentos eletrônicos ou equipamentos elétricos — só a empresa “a”, “b” e “c” podem fornecer. Então, ela ainda direciona, mesmo no subitem... V.Sa. acha que esse é um procedimento correto? Porque, se eu vou contratar uma obra, eu preciso da obra. *“Eu quero uma obra, mas você só pode comprar o item desse fornecedor aqui”*. Não seria melhor a PETROBRAS disponibilizar o cadastro dela e dizer: *“Para painéis elétricos, nós temos estas empresas cadastradas. Para o setor de informática, nós temos estas empresas de informática. Então, comprem das empresas que estão cadastradas”*? Mas não direcionar a empresa, que tem que ser “a”, “b” ou “c”. Não passa a ser um processo de controle que permite ainda mais a cartelização e diminui a concorrência?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Bom, em cima dos fatos recentes que a gente vem escutando aí na mídia, realmente a defesa fica mais difícil. Mas, no meu entendimento, existem várias situações. Ou seja, tem certos itens de cadastro em que você tem 30, 40 empresas cadastradas. Se você convidar as 30, 40, não que não seja possível, mas isso traz uma morosidade e uma dificuldade bastante ampla de condução desse processo, porque há questionamentos, há dúvidas que têm que ser tiradas, cada uma das dúvidas a serem tiradas você tem que compartilhar com todos os licitantes. Essa situação se torna bastante difícil. Um outro exemplo: existem situações, principalmente quando eu trabalhava em parada... em manutenção de refinaria, existem refinarias que já têm certas tecnologias, e, se você for abrir para todos os fornecedores, possivelmente você vai adquirir novas tecnologias que vão dificultar a sua operação da refinaria em termos de compatibilidade de interface, em termos de sobressalente. Então, para cada situação existem os técnicos que têm que estudar. Agora, evidentemente cada um desses pontos têm que ser feitos de forma transparente e bastante auditáveis, ou seja, bem justificado por que é que foi feito, ou deixar de fazer... Então, eu entendo

que, se a gente vier... E o que se escuta é que há uma tendência para isso; a gente é a força do hábito, porque atualmente eu sou aposentado. Se a PETROBRAS não usar mais o decreto, vai haver perdas. Mas, com certeza, hoje as perdas foram piores da forma... pela má utilização. Agora, na má utilização, a gente tem que ter cuidado sempre de não ser nem de um jeito nem de outro. Vamos ter que estar sempre auditando, auferindo, fazendo da forma a mais transparente e a mais defensável possível. Não sei se eu fui feliz. Eu quero dizer que acho que o problema original não é na forma, mas como foi usado, na minha visão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu já falei aqui, possivelmente V.Sa. não tenha ouvido, nem tem tido essa obrigação...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Em outro dia, né?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em outras audiências.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Ah, tá.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu sou metalúrgico naval e trabalhei durante 22 anos nessa atividade, em construção de navios e plataformas. Então, o que eu verifico e vejo na prática, na realidade, é que, por exemplo, na construção de uma plataforma, para equipamentos elétricos ou eletrônicos ou, não sei, um outro item, a PETROBRAS só permite que sejam comprados equipamentos das empresas que estejam no seu cadastro. Mas a PETROBRAS dá um passo além. Ela, como eu dei o exemplo aqui: fornecedor de copo e caneta, há 50 empresas cadastradas na PETROBRAS, mas ela diz que só pode comprar copo e caneta da empresa do Luiz Sérgio e do Izalci. Então, o Altineu está cadastrado, mas a empresa não pode nem cotar com eles, porque a PETROBRAS não permite. Está certo isso? Porque, se a empresa não está apta a fornecer aquele equipamento, a PETROBRAS não deveria então aceitar o cadastro dela!

Então, tem casos também, que eu já pude presenciar na prática, em que a PETROBRAS padroniza. Então, você só pode comprar...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É o exemplo que eu dei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ela padroniza. Agora, quando aquela empresa passa a fornecer um outro tipo de caneta, a PETROBRAS muda a padronização, e passa a ser aquela mesma empresa a fornecer. Eu tenho casos concretos desses. A ideia que fica é que só aquela... Na hora em que ela inventar

um terceiro, aí a PETROBRAS muda a padronização dela, para que a terceira possa indicar? Quer dizer, eu confesso que tenho dificuldades de entender isso.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - No seu exemplo, se tem um fornecedor de copo que está no cadastro e atende ao requisito, concordo com V.Exa. que não teria por que ele não estar participando. Agora, cada um desses casos aí...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele não participa, porque, quando a PETROBRAS, por exemplo, cita...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Mas ele está no cadastro e atende.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Atende, mas a PETROBRAS manda a recomendação que você só pode comprar da empresa “a”, da empresa “b”. A empresa “c”, embora forneça o equipamento, embora ela esteja no cadastro da PETROBRAS, ela não pode cotar para fornecer aqueles equipamentos. Isso, a meu ver, é um direcionamento. Então, nesse caso, é profundamente lamentável e, às vezes, mais caro.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não me parece que seja a prática, mas teríamos que ver esses casos especificamente. Mas, da forma que V.Exa. está colocando, realmente não faz sentido. Eu teria que entender especificamente em que situação foi, porque, se ela está no cadastro e ela atende, e é intercambiável, concordo com V.Exa. que não faz sentido ela não estar participando. Seria até em detrimento da competitividade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. concorda que seria correto que uma das recomendações desta CPI seria que, quando a PETROBRAS faz uma licitação para uma empresa, ela faça a exigência para que os equipamentos fornecidos sejam de empresas que estejam no cadastro da empresa, mas não que ela já indique a empresa, porque, quando ela indica a empresa, ela liquida o processo de competitividade de uma contra a outra. Com isso, ela permite a cartelização mesmo daquelas que são fornecedoras de subitens.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Eu lhe diria que não é a normalidade, a forma comum de ser feita. Eu entendo que essas situações que

V.Exa. está citando tendem a ter sido exceções. Aí eu acho que teríamos que entrar em exemplos específicos. Mas a sua tese, eu concordo com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra para o Deputado Izalci, pelo tempo de 3 minutos, mais o tempo disponível da Liderança.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero, primeiro, Sr. Presidente, falar pela Liderança e, depois, eu vou falar com o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como já havíamos colocado aqui diversas vezes, Sr. Presidente — usei alguns termos de rainha, rei —, quanto à rainha, o próprio Tribunal de Contas está revendo a sua posição com relação ao Conselho de Administração. Estão acontecendo também as confirmações de doações de campanhas que beneficiaram a rainha. Agora o rei ficou nu, porque, diante da situação que saiu... Eu tinha falado antes sobre a Odebrecht, sobre a TAM, as viagens para o exterior, mas agora, para mim, é surpresa, porque eu não sabia. Eu sabia do Instituto Lula. Não conhecia ainda o Instituto Luiz Inácio Lula da Silva, que é outra instituição, inclusive com sede na própria residência do Presidente. Nesse caso específico aqui, foi a Camargo Corrêa, que todo mundo sabe que é uma das empresas envolvidas na Operação Lava-Jato.

O que acontece, Sr. Presidente? Foram doados, pela Camargo Corrêa, 3 milhões para o Instituto Lula e 1,5 milhão para o Instituto, pela empresa de palestras, eventos e publicidade, Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2011 a 2013. O que acontece? Olha só como é que foi apurado isso? A Polícia Federal fez uma perícia nos documentos encontrados na empresa Camargo Corrêa, especificamente na contabilidade do instituto da empresa Camargo Corrêa, e foram encontradas três doações, três pagamentos, que foram contabilizados com a seguinte rubrica contábil: dia 2 de dezembro de 2011 — aparece na contabilidade com a rubrica contribuições e doações —, 1 milhão; dia 2/7/2012, aparece, bônus eleitorais, 1 milhão, e dia 11/12/2013, contribuições e doações, 1 milhão. Total: 3 milhões para o Instituto Lula. O Instituto Lula, então, disse o seguinte publicamente: que os valores

registrados na contabilidade da Camargo Corrêa foram doações legais e que não existe relação entre entidade e questões eleitorais.

Aqui é que nós temos que chamar a atenção, porque, é o que eu disse aqui, o Partido dos Trabalhadores conseguiu fazer desse Governo um sepulcro caiado. Aparentemente, está tudo maravilhoso. Você vai ao cemitério e estão todos os mármores bonitinhos, flores, mas, se abrir aquilo ali, por dentro está tudo podre. Foi confirmado aqui, e já está comprovado, inclusive na delação premiada de Dalton dos Santos Avancini e Eduardo Hermelino Leite, ambos executivos da empreiteira, que foram feitas, sim, doações para o PT, diretamente para o partido, em nome de João Vaccari Neto. E João Vaccari, como nós já sabemos, pega as contribuições, parte com nota fiscal, parte com recibos oficiais do partido, como se fossem doações do partido e também doações de campanha.

Nessa confusão de doação, de recibos — porque há, inclusive, o conta corrente, onde os pagamentos de notas frias, notas de serviço não prestados ou doações de partidos eram contabilizados e deduzidos da propina. Então, houve muita confusão com relação a isso, se era recibo eleitoral, se era do partido. Aqui, fatalmente, escreveram equivocadamente como doações eleitorais para o Instituto Lula que, com certeza, não é isso. Mas a empresa Camargo Corrêa contabilizou dessa forma. Por algum equívoco, esqueceram de apagar nas observações.

E para nossa surpresa, agora aparecem as palestras, também, através da empresa Luiz Inácio Lula da Silva Palestras e Eventos e Publicidade Ltda. Aparecem três pagamentos pela Camargo Corrêa: 26/9/2011, 337 mil; 17/12, 815 mil; e 26/7, 375 mil, que dá 1 milhão, 527 mil, 999 reais e 30 centavos. Aí, qual é a justificativa da empresa Luiz Inácio Lula da Silva? É que foram palestras feitas, e a Camargo Corrêa disse que são palestras no exterior. Quem se lembra de quando eu falei aqui sobre isso, as coincidências? As empreiteiras contratam Luiz Inácio Lula da Silva para fazer uma palestra e pagam 200 mil dólares, 300 mil dólares numa palestra, coincidentemente a empresa paga também a passagem, vai para o exterior: África, Venezuela, Cuba. Lá são contratadas essas empresas do consórcio, do cartel para fazer obra de lá e, coincidentemente, financiada pelo BNDES. Por isso é que há todo esse mistério do BNDES. Ninguém sabe, ninguém pode saber para onde foi, quais

foram as condições, quem deu garantias, como foi isso. Então, tudo combinado, e está aparecendo aqui.

Só para registrar, Sr. Presidente, que tudo o que nós dissemos lá atrás está se confirmando, e agora, para nossa surpresa, aparece mais essa grande empresa — eu pelo menos não tinha conhecimento — Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, Sr. Presidente, nós estamos pedindo quebra de sigilo, nós queremos quebrar o sigilo fiscal, telefônico, com relação não só ao Instituto Lula, mas também com relação a essa empresa.

Entro, Sr. Presidente, na questão das perguntas.

V.Sa. participou juntamente com Pedro Barusco, na Câmara, dia 13 de novembro de 2007, de uma reunião do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, na Comissão Mista de Orçamento, aqui nesta sala. Naquela ocasião, havia uma denúncia grave de irregularidades na PETROBRAS. V.Sa. é mencionado num processo do Tribunal de Contas de que trata o Relatório de Auditoria FISCOBRAS, 2013, do COMPERJ. V.Sa. pode nos esclarecer, à luz dos eventos da Lava-Jato, quais eram as irregularidades graves apontadas naquela época? Anote, para o senhor responder, porque o meu tempo é muito curto. Depois o senhor responde sobre isso.

V.Sa. foi afastado, já falou isso aqui. V.Sa. estava ligado às obras da Abreu e Lima, da RNEST, durante a gestão do gerente, o Diretor-Geral, que era o Paulo Roberto Costa. Quais eram, então, as atribuições de V.Sa. na RNEST? Segundo, inclusive, as notícias da época, isso foi publicado em 19 de novembro de 2014, no *Estado de S.Paulo*, V.Sa. comentou alguma coisa aqui. Mas o setor de compras é um setor fundamental na empresa. Ninguém coloca ninguém no setor de compras se não tiver confiança, se não for uma pessoa pelo menos de confiança da hierarquia superior. Como a hierarquia superior era Paulo Roberto Costa, alguma vez houve por parte dele ou de alguém algum oferecimento de vantagens para V.Sa. que comprava os equipamentos? Inclusive, de acordo com as avaliações de auditoria interna, havia possibilidade de demissão por justa causa.

V.Sa. respondeu esse processo de auditoria quando havia eminência inclusive de demiti-lo por justa causa? Porque foi citado nesse relatório de auditoria interna da PETROBRAS.

E o resto são coisas que, superficialmente, eu gostaria que V.Sa. pudesse nos dizer alguma coisa sobre esse sistema de compras, de contratação da PETROBRAS, de menos 15, mais 20, como foi dito aqui. O Relator disse isso. É evidente que ele falou, porque já constatou isso. Tem empresas cadastradas que não são chamadas; são chamadas só aquelas que interessam. Essa era a negociação que se fazia na PETROBRAS. Você tinha o orçamento. V.Sa. provavelmente também fazia orçamento de equipamentos, mas havia sempre um direcionamento. Evidentemente, como o Paulo Roberto Costa, o Pedro Barusco comandavam esse processo todo, havia interesses.

Como é que V.Sa. foi colocado no setor de compras? Quando V.Sa. tomou posse, quem é que o indicou e como foi dito? *"Olha, aqui, como é que vai ser isso e tal?"* Como é que foi essa relação quando da admissão de V.Sa. nesse setor tão importante da empresa e que, pelo andar da carruagem da CPI, é exatamente onde está o problema: nas contratações? Porque não havia por parte da PETROBRAS os cuidados necessários. Inclusive, os próprios Diretores Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco, Renato Duque é que mandavam o recado para as empresas: *"Olha, tem 50 empresas aqui, mas eu só vou chamar essas 15 ou essas 20",* porque aí eles combinavam entre eles qual era o preço que eles iam colocar.

V.Sa. também negociava quando chegava um preço fora dos 15-20? V.Sa. chamava também para negociar com esses fornecedores? Como é que se processava isso no setor?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É sutileza. Mas aquela questão que V.Exa. colocou sobre a RNEST, na verdade, eu fui citado na comissão do COMPERJ. Eu nunca trabalhei na RNEST, trabalhei no COMPERJ.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, no COMPERJ.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Na situação do COMPERJ, como eu coloquei aqui anteriormente, foi feita uma análise por parte de um grupamento interno composto de gerentes executivos. E não se chegou à conclusão de nenhum dolo, nenhum malfeito. O que foi dito é que processos apresentavam não conformidades em relação a um procedimento padrão. Então, por conta disso...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Dá para citar que episódio foi esse fora do padrão?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Um episódio dito pela... É porque, só um parêntese, o relatório é amplo e a gente não teve, eu não tive acesso a esse relatório. O que me foi fornecido foi somente um pequeno trecho em que o meu nome é citado. Então, eu só sei o que é parte para mim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não tomou atitude nenhuma? O pessoal chegou a publicar inclusive que seria ameaçado de mandar embora por justa causa? V.Sa. chegou a tomar alguma iniciativa sobre isso?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Vou chegar lá. Então, citando exemplos, e entendo que não poderiam ter se iniciado as obras do *on-site*, da refinaria, que é a destilação, coque, enquanto não houvesse uma definição mais clara dos *off-sites*. Isso levaria a uma questão, o que foge, no meu entendimento, à experiência que eu tenho de PETROBRAS. Quando você faz um empreendimento do porte do COMPERJ, você tem — você, no caso, eu, não V.Exa. — uma série de cronogramas que você tem que compatibilizar, e que você trabalha com algum risco, um risco calculado. Então, há uma liberdade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Alguém pediu para você correr esse risco? Alguém interferiu nisso? *"Olha, faça dessa forma".*

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, não, não tem o pedido para correr o risco. É porque eu tinha um prazo fechado com a área de serviço para a refinaria. No caso, eram 43 meses. Então, em 43 meses, você tem como começar alguma coisa, deixar outra para depois, porque se você fizer tudo ao mesmo tempo... Então, isso estava, na época da aprovação, estava tudo definido. Então, hoje é dito que não, não... levou muito tempo para definir, mas na decisão. Então, eu entendo que eu tenho como contrapor cada uma dessas situações. Agora, eu não fui, inclusive, em nenhum momento, colocado como passível de demissão, até porque não foi verificado nada. Eu não tenho nenhuma punição, não tenho nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só essa questão de que ele compareceu aqui com o Pedro Barusco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Compreendo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. esteve aqui com o Pedro Barusco sobre essas questões das irregularidades. Que irregularidade...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Não, isso é anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas a resposta... Eu quero a resposta.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Vou chegar na questão. Só uma outra situação que V.Exa. colocou de compras. Eu fui para Compras após a saída do COMPERJ, ou seja, já no fim de 2012 e início de 2013. E, nessa época, tanto o ex-Diretor Paulo Roberto quanto o Gerente-Executivo Barusco não estavam mais lá. Eu fui por uma indicação do Abastecimento. Na época, o Diretor Cosenza me indicou para esse cargo. Ou seja, já era uma situação posterior e, simplesmente, por conta da minha experiência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Fale só sobre esse negócio do Pedro Barusco.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Barusco. Eu me lembro que eu estive aqui em Brasília, aliás, é, eu acho que é a segunda vez que eu venho à Câmara, que foi numa, numa... que havia uma possibilidade — e aí me falta a memória — de uma constatação por parte do TCU, que indicava irregularidades graves e que poderiam levar à paralisação da obra. A minha parte que eu tive aqui foi para demonstrar as consequências, por conta do pessoal mobilizado, etc e tal. Foi o que me ateve. Então, inclusive o Barusco era de outra área, era da área de serviços. Eu não tinha nenhuma ligação direta para com o Barusco. Então, foi uma situação completamente à parte, mais nessa linha de demonstrar junto à Comissão, na época, as dificuldades, o volume de obra que estava em andamento e as consequências de uma eventual paralisação, assim, tipo fazer um trabalho de, de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu agradeço...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para registrar que, na época, foi aquele episódio em que o Barusco esteve aqui, juntamente com o depoente, para tentar convencer de que seria um prejuízo muito grande. E se nós tivéssemos observado isso naquela época, dificilmente teria acontecido tudo o que está acontecendo.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Agradeço ao Deputado Izalci.

Faço a seguinte pergunta para o Sr. Heyder: qual foi o ano em que a PETROBRAS decidiu fazer o parque petroquímico, o COMPERJ? Qual foi o ano?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - A primeira decisão — isso aí, se for o caso, a gente junto à PETROBRAS tem com precisão — foi, a decisão foi em 2004, quando aprovou o que a gente chama de Fase I, ou seja, aprovou, considerou como oportuno fazer o parque petroquímico, foi em 2004. Após isso, em 2006, se eu não me engano em setembro de 2006, ela aprovou a passagem para a Fase III. Ou seja, ela já tinha uma visão conceitual de uma refinaria petroquímica em que basicamente entrava petróleo de um lado e saíam produtos petroquímicos do outro. Era uma unidade integrada: entra, de um lado, petróleo, e, do outro, petroquímico. No desenvolvimento desses projetos básicos... Veja bem, eu sou da fase de execução, mas o pessoal de estratégia de mercado, que vai avaliando, entendeu que essa solução ela não se mostrava mais rentável. Ou seja, você entrava com o petróleo e começava uma demanda bastante... Houve uma demanda crescente por derivados. Ou seja, o COMPERJ não produzia uma gota de *diesel*, não produzia uma gota de QAV na concepção original, refinaria petroquímica: entra petróleo, sai derivado. Aí, houve um estudo bastante forte pela área de petroquímica da PETROBRAS junto com as áreas de desempenho estratégico, pelo qual se reavaliou como sendo interessante para o COMPERJ fazer a refinaria. Estudou-se a ideia de fazer até a previsão de uma refinaria e fazer um parque petroquímico. Então, esse parque petroquímico teria outro tipo de matéria-prima, ou seja, tendo-se a refinaria, poder-se-ia retirar os derivados comuns, como o *diesel* e outros. Então, nessa decisão que se deu, completando em fevereiro de 2010, foi decidido. A diretoria executiva entendeu: *"Vamos em frente com a refinaria, que ela está aprovada para execução — a segunda refinaria; e comecem os estudos para essa segunda refinaria".*

Em relação ao parque petroquímico, foge-me quantas eram; sei que eram seis empresas, mas eram mais de seis unidades, onde se fariam estudos com consórcios para prospectar. Como se tivessem feito um condomínio, decidiu-se construir uma primeira casa e fazer a infraestrutura para receber essas futuras empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Em 2010?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - É, de 2010 em diante. Então, o que estava aprovado para efetivamente para executar era a primeira. O que eu acompanhei, porque, depois, eu saí e... Mas, depois, pelo jornal, acompanhando a CPI e ouvindo os colegas falando, parece-me que essas negociações com os sócios, pelo menos até o momento, não lograram êxito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. V.Sa. passou por cargos importantes, por cargos de comando da organização. Foram 35 anos de convivência na PETROBRAS com quadros de excelência. Faço aqui algumas constatações e repito: a PETROBRAS, em 2010, tinha dívida de 61 bilhões de reais; em 2014, tinha dívida de 282 bilhões de reais. Uma coisa realmente...

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - São fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - São fatos, são valores definidos. O valor do mercado, em 2010, era de 380 bilhões de reais, e, em abril de 2012, era de 128 bilhões, uma queda também muito expressiva. Convive a empresa hoje com processos judiciais no exterior, com penalizações, com uma sorte de dificuldades. Vejam que é uma petroleira. E uma petroleira sempre se permite ser um negócio extremamente rentável, notadamente a PETROBRAS, que desfrutava naquele momento de reservas ampliadas, de volumes excepcionais, com um mercado interno de consumo também em crescimento, além de um quadro técnico primoroso que considero um dos principais ativos da PETROBRAS.

O que aconteceu, Dr. Heyder?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Nós, como petroleiros, somos muito, como chamamos, “camisa”; ou seja, realmente é uma situação que se mostra hoje e não traz alegria a nenhum petroleiro legítimo. Ou seja, V.Exa. colocou a qualidade dos funcionários, colocou a *expertise* que se tem demonstrado através de prêmios, e não vamos nos alongar nisso aqui. Então, é um patrimônio que temos de buscar preservar e separar, de forma a que... Eu acho que os trabalhos desta CPI e da Justiça são fundamentais para separar e extirpar o que aconteceu com relação a isso e preservar o que temos de patrimônio, que são os funcionários e toda a nossa capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Mas o que aconteceu? Foi planejamento, foram projetos equivocados, foram negócios equivocados, como o caso de Pasadena? Foi gestão temerária, foi corrupção?

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - O que eu tenho de mais claro — inclusive eu tive a oportunidade ou o desprazer de assistir pela televisão — são os depoimentos do ex-diretor Dr. Paulo Roberto e do ex-gerente Barusco, que são, assim, muito tristes, muito decepcionantes para quem assiste. O meu entendimento é de que nós, V.Exas., que têm a capacidade, o Poder Legislativo, temos de buscar a forma para que isso não se repita. Eu não teria assim uma solução, mas eu acho que é absolutamente pertinente e oportuna essa investigação, para que a gente não deixe que isso se repita, sob pena de a gente delapidar ainda mais todo esse patrimônio que a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Agradeço a resposta de V.Sa. e concedo, neste final, tempo para algum comentário adicional que deseje fazer.

O SR. HEYDER DE MOURA CARVALHO - Somente para agradecer a oportunidade e, como testemunha, de poder ter tentado ajudar a esclarecer algum ponto do trabalho que V.Exas. estão fazendo. E tomara que tenha total êxito ao final do trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço e dispenso a presença de V.Sa.

E convoco o Sr. Nilton Maia para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Bem, já com a presença do Dr. Nilton Maia à Mesa, registro que V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

V.Sa., por obséquio, leia o juramento.

O SR. NILTON MAIA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. V.Sa. dispõe de até 20 minutos para a apresentação inicial.

O SR. NILTON MAIA - Sim, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu vou preferir fazer a leitura do meu currículo; e, em relação à estrutura do jurídico, eu vou preferir fazer as exposições à medida que as perguntas venham. Acho que é mais produtivo.

Então, a minha primeira graduação foi em Ciências Contábeis, em 1982. Eu tenho duas formações. Direito, em 1987. E duas pós-graduações: uma em Direito Tributário e outra em Direito Empresarial. Minha experiência profissional fora da PETROBRAS. Na carreira militar, fui militar durante 7 anos; depois de 7 anos, eu ingressei no escritório de contabilidade. Foram dois anos e meio fazendo registros contábeis, fechamento de balanços, confecções de Imposto de Renda de Pessoa Física e Jurídica, e contabilizações em geral. Experiência na PETROBRAS. Ingressei na PETROBRAS por concurso público, em 1984, e ingressei não como advogado; ingressei como auditor na companhia. Passei sete anos como auditor na companhia, fazendo auditoria tributária em todo o sistema PETROBRAS, também na BR. E, aí, nós avaliávamos livros fiscais, notas fiscais, declarações econômico-fiscais, apurações de Imposto de Renda e respectivos pagamentos. A partir de 1991, fui para o jurídico, onde exerci a função de advogado, prolatando pareceres também na área tributária. Fiquei até 1996. Em 1996, fui chamado para assumir uma gerência de setor. Em 2000, fui chefe de divisão, também na área tributária. Em 2001, com a reestruturação do jurídico, fui alçado a gerente. Em 2003, fui gerente executivo, e fiquei até 2015. E, agora, em 2015, em fevereiro, sou gerente de gestão e desempenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Sr. Nilton Maia.

Passo a palavra para o Relator Luiz Sérgio para as perguntas iniciais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A presença aqui do Sr. Nilton é em decorrência do Requerimento nº 718, do Deputado Altineu Côrtes, que é do Eixo Refinaria, do qual ele é Sub-Relator. Assim sendo, eu repasso a ele, para que ele possa, primeiramente, exercer o seu direito de perguntas enquanto Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu passo a palavra para o Sub-Relator Altineu Côrtes e solicito ao Deputado Luiz Sérgio que conduza os trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Nilton, quem é o superior do senhor na PETROBRAS hoje?

O SR. NILTON MAIA - Meu superior na PETROBRAS hoje é a Dra. Taísa, que é gerente-executiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Anteriormente, quem ocupava o cargo da Dra. Taísa?

O SR. NILTON MAIA - Era eu. Eu ocupava o cargo de gerente-executivo do jurídico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Aí, ela passou a ocupar o cargo do senhor?

O SR. NILTON MAIA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor hoje é subordinado a ela?

O SR. NILTON MAIA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Essa gerência executiva, ela atendia à Diretoria de Abastecimento e à Diretoria de Serviços?

O SR. NILTON MAIA - Ela atendia, Excelência, a toda a alta administração, a toda a companhia. Eu era gerente-executivo...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - De toda a companhia?

O SR. NILTON MAIA - ...de toda a companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O Dr. Fernando de Castro Sá esteve nesta Comissão relatando uma série de irregularidades nos contratos da PETROBRAS. Ele chegou a montar um dossiê, à época, denunciando todas essas irregularidades, e que foi encaminhado para o senhor. Ele esteve aqui. Foi um depoimento muito consistente, muito convincente. Inclusive, isso foi alvo de inúmeras matérias na imprensa. Mesmo antes de ele vir para cá, também já tinham sido noticiados os seus posicionamentos. Que providências o senhor tomou e o que constava nessa denúncia que foi encaminhada ao senhor, nesse dossiê?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, a primeira providência que eu tomei, quando o Fernando me entregou o documento, foi abrir uma comissão de apuração.

Essa comissão de apuração fez todas as verificações, e ouviu diversas pessoas, não só de dentro do jurídico, como também clientes. Não havia uma denúncia clara e precisa em relação a esse dossiê. Ele só alegava a questão da interferência da ABEMI nos contratos da PETROBRAS, e a participação do jurídico, que ele questionava. E a comissão concluiu que não tinha irregularidade alguma nessas duas participações. Volto a frisar que, no dossiê, nós não tínhamos precisamente a indicação de nenhuma irregularidade grave. Mas isso foi apurado, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas, quando o senhor diz irregularidade grave... No dossiê, consta que existiam irregularidades que o senhor considerava que não eram irregularidades graves. Quais eram as irregularidades, então?

O SR. NILTON MAIA - As irregularidades que tinha, que foram apontadas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Que foram apontadas.

O SR. NILTON MAIA - ...que foram apontadas pelo Fernando foram irregularidades em relação à participação do jurídico nas reuniões com a ABEMI, irregularidades no sentido de que havia a interferência da ABEMI nos contratos da PETROBRAS. Essas foram as duas irregularidades.

(Tumulto em plenário.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, queria solicitar providências, Sr. Presidente. A segurança poderia fechar a porta, manter a porta fechada, se possível, para não atrapalharem aqui o depoimento? *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Por que o senhor resolveu afastar o Sr. Fernando?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, o Fernando, ele foi afastado por questões comportamentais. O Fernando não se coadunava com as diretrizes internas do jurídico. O jurídico tem diversas diretrizes em relação a seus pilares de uniformidade e outros, e o Fernando não se conformava com essas diretrizes. Então por isso é que o Fernando foi afastado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quer dizer, ele tinha um posicionamento diferente, ele via coisas erradas... Quando ele esteve aqui, ele via coisas erradas, ele achava estranho o jurídico estar, de uma certa forma, subserviente, inclusive à ABEMI, não é? Numa das vezes em que ele se expressou,

ele falou: *"Parecia que, às vezes, era o jurídico da ABEMI, não era da PETROBRAS"*.

o que o senhor acha dessa declaração?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, são dois pontos um pouco diferentes. O senhor está vinculando a questão da destituição dele à questão da ABEMI. Mas a destituição dele não teve nada a ver com a questão da ABEMI. A destituição dele foi por questão comportamental. Ele não se coadunava, de modo algum, às diretrizes do jurídico. O jurídico, Excelência, tinha, pelo menos à época, uma base de 120 gerentes. E nós tínhamos que primar pela uniformidade, pela harmonia, e ele não se coadunava com essas harmonias. Por isso é que ele foi destituído. É um cargo de confiança, Excelência. Mas não foi em relação à ABEMI.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não, de forma alguma, porque, na realidade, o que a gente há de entender é que, no meio de toda essa corrupção, de todas as delações de empresários que assinaram contratos superfaturados, o senhor deu o parecer jurídico. Quando eu digo o senhor, é o senhor como responsável pelo jurídico. Quando um advogado, que trabalhava no jurídico, denuncia isso, vai contra isso, e é afastado, quer dizer, isso nos faz pensar que ele é afastado por causa disso. Se ele teve também um comportamento desconforme com o andamento do jurídico, o senhor está me dizendo, então, que ele não foi afastado por ter opinião diferente, mas por ter se revoltado com o fato de essas empresas terem sido beneficiadas. Ele não foi afastado por isso?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, o senhor mencionou o aspecto da denúncia que ele fez, não foi?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Foi.

O SR. NILTON MAIA - A denúncia que ele fez foi apurada. Foi constituída uma comissão interna, e essa comissão interna ouviu diversas pessoas, entre pessoas do jurídico e pessoas fora do jurídico; e concluiu que não havia nenhuma interferência da ABEMI nas deliberações contratuais da companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor já participou quantas vezes de reuniões lá na ABEMI?

O SR. NILTON MAIA - Nenhuma. Nunca participei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era a relação do senhor com o Renato Duque?

O SR. NILTON MAIA - Nenhuma, Excelência! A relação que eu tinha com o Renato Duque era meramente formal. O Renato Duque, à época, era um diretor institucional da companhia. No mais, nenhuma. Era formal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E com o Pedro Barusco?

O SR. NILTON MAIA - O mesmo: formal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Com o Paulo Roberto Costa?

O SR. NILTON MAIA - Idem: formal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É o seguinte, Sr. Nilton. O senhor imagina que nós temos... Renato Duque não fez delação premiada, mas foram achados, no exterior, milhões e milhões de dólares nas contas dele. Pedro Barusco fez delação premiada, e está devolvendo 100 milhões de dólares para o Brasil. Paulo Roberto Costa fez essa delação premiada, mas que, na minha forma de entender, pessoal, ele está enganando a Justiça, está enganando o povo brasileiro, está contando uma história, porque não acharam o dinheiro dele. Mas vão achar o dinheiro dele. Espero que esta CPI aqui confie em que a gente possa chegar até onde está o dinheiro que o Paulo Roberto Costa desviou. Mas todos eles vão ao encontro da corrupção, estão aí nesse processo de corrupção. Os empresários que fizeram delações premiadas, eles mesmos diziam do cartel que existia. E, aí, eu pergunto ao senhor: o senhor, como homem experiente, diretor jurídico da PETROBRAS, responsável por assinar esses contratos, o senhor nunca desconfiou que essas licitações eram licitações armadas?"

O SR. NILTON MAIA - Excelência, primeiro, eu não assinava contrato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não?!

O SR. NILTON MAIA - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas parecer, porque o senhor dava parecer no contrato.

O SR. NILTON MAIA - Não dava parecer. É que a estrutura do jurídico é enorme, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas o senhor é o responsável.

O SR. NILTON MAIA - Claro que eu sou responsável por toda a assessoria interna. Mas nem todos os pareceres passam por mim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas se um subordinado meu dá um parecer, e eu sou um chefe dele, então eu sou o responsável pelo parecer que ele deu.

O SR. NILTON MAIA - Não, eu não estou dizendo que não. Eu estou dizendo que... Eu estou confirmando.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Que então o senhor foi responsável.

O SR. NILTON MAIA - Sou responsável. Mas eu não assinei os pareceres.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Se o senhor não assinou os pareceres, o senhor foi responsável por quem assinou.

O SR. NILTON MAIA - Sim, sim. Fui responsável.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Para o senhor saber, o senhor foi responsável. O senhor foi o jurídico responsável por assinar ou por ter o seu comandado assinando os contratos do maior processo de corrupção do País! Não é pouca coisa não, doutor! O senhor não acha que... O senhor vem aqui... O senhor tem 30 anos, 40 anos de PETROBRAS; o senhor hoje é chefe do jurídico lá, e o senhor não se exima de responsabilidade, não!

O SR. NILTON MAIA - Excelência, eu não estou me eximindo, não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Os contratos foram assinados, tiveram pareceres jurídicos assinados ou pelo senhor ou por subordinados do senhor. Esses contratos foram contratos que lesaram o povo brasileiro. O senhor não se coloque aqui como se não tivesse feito nada, não! O senhor fez, sim! Existem bilhões de reais no Tribunal de Contas que estão sendo discutidos e que têm a assinatura do senhor. Muitos contratos que estão lá, que geraram prejuízos para a PETROBRAS e para a população brasileira, que saíram do bolso dos brasileiros que estão aqui nos assistindo, muitos o senhor assinou ou o senhor foi responsável por aquele que assinou. Porque. quando o senhor coloca essa situação assim, parece ser muito fácil...

O SR. NILTON MAIA - Excelência, eu não estou me eximindo de maneira alguma da responsabilidade. O senhor me desculpe, porque o senhor me perguntou isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Ah! Então está bom.

O SR. NILTON MAIA - Não estou me eximindo, não. Estou só dizendo que os pareceres foram todos dados com base em jurisprudência, com base em doutrina, e que os contratos não eram assinados pelo jurídico. Mas eu não estou me eximindo, de maneira nenhuma, da responsabilidade por gerenciar o departamento jurídico da PETROBRAS por 12 anos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu imagino, em 12 anos na PETROBRAS, o que não passou pelo senhor...

O senhor tratava diretamente com algum representante da ABEMI?

O SR. NILTON MAIA - Nunca.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era a relação do senhor com a Sra. Venina?

O SR. NILTON MAIA - Relação técnica. Ela, à época, era gerente-executiva, e eu também.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O Dr. Fernando e a Sra. Venina apontam o senhor como conivente com esses contratos que foram fraudados na PETROBRAS, que o senhor sabia desse esquema. O que o senhor acha disso?

O SR. NILTON MAIA - Totalmente equivocado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como começou o... Quando deflagrou a Operação Lava-Jato, qual foi a atitude que o senhor tomou no jurídico em relação, por exemplo, a aditivos e a novos contratos? Seguiu o mesmo trâmite normal ou, a partir do momento em que foi denunciado esse cartel, o posicionamento do jurídico mudou?

O SR. NILTON MAIA - Não, Excelência. O posicionamento do jurídico não mudou. O posicionamento do jurídico foi o mesmo, e ele não foi questionado. A questão do cartel é outra figura. Os posicionamentos do jurídico são pautados na jurisprudência e na doutrina, e eles não mudaram. O jurídico é responsável por um modelo padrão contratual, e esse modelo padrão contratual continua sendo aplicado, independentemente das informações da Lava-Jato. Eles não foram questionados, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não, porque, na realidade, o senhor é questionado no final. No Brasil a gente tem esse problema; quer dizer, as coisas

não são identificadas durante o processo. Às vezes já avança o processo, e a empresa já recebeu, o cara já mandou... O Pedro Barusco já viajou à Suíça, o Paulo Roberto Costa já foi a França, o outro foi não sei aonde, e dinheiro em todas as contas. E a PETROBRAS continuou procedendo da mesma forma nos seus pareceres jurídicos.

Quando chega ao Tribunal de Contas, por exemplo, a obra de terraplenagem do COMPERJ, na nossa cidade de Itaboraí, vê-se um superfaturamento de 130 milhões. O Brasil perdeu 130 milhões, mas o jurídico continuou fazendo a mesma coisa.

Hoje, por exemplo... Vou até aproveitar para fazer esta pergunta ao senhor: o senhor, como diretor jurídico, não acha que a PETROBRAS, depois da Operação Lava-Jato, quanto àqueles contratos que estavam em vigor, como ainda estão em vigor, deveria ter adotado um procedimento para pedir um desconto às empresas envolvidas na Operação Lava-Jato, já que essas empresas pagavam propina? Hoje, os caras estão presos, mas elas pagavam propina sobre o valor dos contratos. Então, como foi deflagrada a operação e os contratos continuam, e se elas pagavam 2% de propina, o senhor como diretor jurídico não acha que a PETROBRAS deveria elaborar juridicamente um pedido ao contrato, que talvez possa ser chamado de um aditivo, de um desconto? É possível isso?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, é difícil isso pelo aspecto contratual. Mas a PETROBRAS, no jurídico, adotou medidas contundentes no sentido de inibir e de agir em sintonia com o Ministério Público, haja vista que a PETROBRAS suspendeu 23 empresas do cadastro. Essa medida foi uma medida bastante forte. Todas as medidas antes tiveram que ser conversadas com o Ministério Público, não é? Não poderíamos adotar uma medida, porque poderíamos prejudicar as investigações. Senão, a gente poderia enfraquecer as investigações. Então, essa foi uma medida clara, contundente, em termos de suspender do cadastro todas as empresas que estavam sendo indicadas pelo Ministério Público na Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor considera que o Dr. Fernando, quando fez as denúncias contra o senhor, teve uma atitude, vamos dizer assim, leviana talvez? Tudo o que ele denunciou está escrito aqui no depoimento dele. O Dr. Fernando vai ser chamado, inclusive, para uma acareação aqui. O

senhor considera que ele não agiu corretamente com o senhor? O senhor está tranquilo de que as denúncias dele não correspondem à realidade, à verdade?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, eu estou muito tranquilo em relação a isso. Agora, quanto ao comportamento do Fernando eu não posso me manifestar. O Fernando é uma pessoa que foi destituída, Excelência. Então, era um cargo de confiança, não é? Todos nós temos cargo de confiança. Poderíamos ficar, de certa maneira, descontentes com a atitude do gerente, não é? Agora, quanto ao aspecto das denúncias que ele está colocando, e particularmente em relação a mim, eu estou muito seguro das minhas informações e do que eu fiz.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É porque é tanto dinheiro, doutor, que às vezes a gente acha que, sei lá, parece que tratam o dinheiro do povo brasileiro, assim, como se não fosse nada, não é?

Havia um contrato da RNEST do consórcio ODEBRECHT, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa de nº 08000033808072, no valor R$429.207.776,71 de terraplenagem, que foi assinado em 27 de junho de 2008. No Aditivo nº 2 desse contrato, os campos de assinatura estavam todos em branco. Nenhum responsável pela PETROBRAS nem pelo consórcio o assinou. Só havia uma assinatura, na página lateral do contrato, do Sr. Heleno Lira, que foi o responsável pela licitação.

Isso é uma prática da PETROBRAS? Um aditivo num contrato no valor de 429 milhões, um contrato a que foi dado andamento, onde deveria haver a assinatura dos responsáveis... Está lá no contrato — e a gente tem a cópia do contrato: não tem assinatura de ninguém. E a PETROBRAS deixa prosseguir assim mesmo, vai pagando...

O SR. NILTON MAIA - Excelência, isso não é uma questão correta.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Contrato sem assinatura é.

O SR. NILTON MAIA - Para nós termos contratos sem assinatura, deve haver alguma explicação técnica para que isso ocorra. Agora, um contrato sem assinatura, o senhor há de convir em que não é correto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor acha que pode ter acontecido o quê?

O SR. NILTON MAIA - Não imagino.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Houve um episódio também que o senhor deve saber. Sobre esse episódio, inclusive, houve matérias. Aqui está uma matéria do *Estadão: "Testemunha diz que Gabrielli e Duque barraram demissão de ex-gerente acusado de fraude na PETROBRAS"*.

Como é que foi essa história do parecer do Dr. Fernando de Castro Sá? É verdade que o Gabrielli ligou para o senhor e chamou a atenção do senhor?

O SR. NILTON MAIA - Sobre?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sobre... Quando o Fernando de Castro Sá deu um parecer, e esse parecer veio aí — depois vocês suspenderam —, a pedir a demissão do Sr. Geovanne de Morais, ex-gerente de comunicação, apadrinhado, na época, do Gabrielli. O senhor se lembra dessa situação?

O SR. NILTON MAIA - Lembro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como foi essa situação?

O SR. NILTON MAIA - Do Geovanne, primeiro, nós demos...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Porque parece que o Dr. Fernando deu um parecer, vamos dizer.

O SR. NILTON MAIA - Não me lembro de parecer do Fernando.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como é que foi isso?

O SR. NILTON MAIA - O que eu me lembro é de que nós tínhamos um parecer opinando pela demissão imediata do Geovanne. O Geovanne não foi encontrado para que houvesse a deflagração efetiva da demissão dele. E, aí, fomos consultados, se bem me recordo, pela área, e, com base nisso, nós mantivemos o posicionamento da demissão por justa causa. Mas falamos que ela somente produzisse efeito só quando a licença fosse findada. Foi isso que foi feito. E o parecer... E, hoje, esse é o posicionamento do jurídico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Esse parecer do Fernando foi um parecer contrário a um pagamento a uma empresa chamada Muranno. E, aí, quando o Dr. Fernando tomou esse posicionamento, o senhor teria sido, não digo chamado à atenção, mas que o senhor teria sido comunicado pelo então Presidente para que... Quer dizer, discordando, achando ruim que o Fernando tivesse tomado essa atitude. Como é que foi essa história?

O SR. NILTON MAIA - Não, não me recordo disso. Não me recordo de o Presidente ter me chamado a atenção por conta disso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não à atenção... Mas como é que foi essa história de o Dr. Fernando ter dado um parecer contrário ao pagamento a essa empresa Muranno?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, não me recordo. De pagamento à empresa Muranno não me recordo. A gente estava falando do Geovanne, a gente estava falando da questão da demissão do Geovanne. Aí, eu não entendi como é que V.Exa. coloca a questão do... Eu não me recordo, Excelência. Do Geovanne eu me recordo claramente, porque, inclusive, fui eu que dei o parecer. Mas não me recordo de...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como é que era a relação do Renato Duque com o Dr. Fernando Sá?

O SR. NILTON MAIA - Do Renato Duque com o... Bom...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eles tiveram problema?

O SR. NILTON MAIA - O Fernando não era o gerente da área do Renato Duque. O Fernando era o gerente da área do diretor Paulo Roberto. Era isso. Era uma outra área, e que tinha a assessoria de um outro jurídico, que era o jurídico de serviço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Entendi.

Dr. Relator, por enquanto eu vou ficar por aqui. Vou aguardar um pouquinho, que faço os meus questionamentos no final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Bom. Vamos aqui à relação de inscritos. Deputado Izalci... Não, desculpe. Izalci, sim. É que eu peguei aqui a relação de Líderes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Nilton, com relação à questão da Muranno, o senhor não tem conhecimento nenhum de pagamento que foi feito para essa empresa?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, não. Eu tenho que me recordar. Se o senhor tiver mais alguma informação, para que eu possa me lembrar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - A informação que eu tenho é de que a Muranno...

O SR. NILTON MAIA - Mas que parecer tem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Altineu, a Muranno é aquela empresa que ficou com débito passado; e o Gabrielli foi pressionado pelo Presidente Lula a pagar essa fatura. É uma empresa de publicidade. Era uma dívida antiga que a PETROBRAS acabou pagando através dessa nota da Muranno. É alguma coisa assim. Eu não estou com os dados aqui, mas é o que o Sub-Relator pediu...

O SR. NILTON MAIA - Certo. Pois não. Não recordo, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não lembra nada sobre a Muranno?

O SR. NILTON MAIA - Não, não lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É que a Venina teria colocado alguma coisa sobre isso. Mas eu indago... Com relação ao Fernando... Isso aí é só acareação para eu checar se... Porque ele fala uma coisa, e V.Sa. fala outra. Então, não dá! Só com a acareação.

Eu queria que V.Sa. falasse um pouco sobre... Eu vou citar, e V.Sa. anota, porque meu tempo é pequeno, é curto, e não dá para eu fazer todas as indagações. Mas eu pergunto a V.Sa., com relação à SBM: V.Sa. teria alguma informação adicional acerca desses repasses da PETROBRAS, para a SBM? V.Sa. conhece a história da SBM. Foi público. Inclusive, esta CPI esteve recentemente em Londres pegando informações sobre isso. Só queria que V.Sa. anotasse, para depois responder.

Os documentos que tratavam do plano diretor de desenvolvimento integrado do pré-sal e da Bacia de Santos e da contratação de embarcação entre a empresa McDermott, concorrente da SBM. Correto? É uma concorrente dela. Pode dizer sobre a importância desse documento da SBM?

Isso aqui é só para lembrá-lo. Teve um ofício enviado à CGU, em 15 de maio de 2014, que registrava: "*Vale ressaltar que dos DIPs confidenciais constavam dois diferentes arquivos PDF, gerados em datas distintas, e que foram encontrados em posse de terceiro. A chave era SG9W e foi identificado como pertencente ao ex-empregado e ex-diretor Jorge Luis Zelada*".

Essa chave foi encontrada nos documentos da SBM. Ou seja, a SBM recebeu informações privilegiadas sobre documentos confidenciais da PETROBRAS. V.Sa., inclusive, esteve numa viagem à Holanda para fazer essa diligência. Na oportunidade em que V.Sa. esteve lá, V.Sa. teve acesso a esses documentos? Já havia indícios de que funcionários da PETROBRAS estavam envolvidos no esquema de pagamento de propina? V.Sa., em algum momento, agiu para proteger a companhia desse escândalo? V.Sa. tinha uma interlocução profissional bastante frequente com Renato Duque, correto? Só essa do Renato Duque — tinha?

O SR. NILTON MAIA - Não, não senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não?! V.Sa. não percebeu nada do envolvimento do Renato Duque com esses desvios da PETROBRAS?

E, para finalizar, Presidente, V.Sa. entende que a SBM, a PETROBRAS e a CGU agiram? V.Sa. tem tomado conhecimento de que a CGU recebeu informações da SBM lá atrás. V.Sa. tem alguma informação adicional acerca desse fato? Acerca dessas informações que a CGU recebeu? V.Sa. entendeu que a CGU postergou a publicação do processo de investigação, mesmo tendo posse dessa farta documentação que comprovava o pagamento da propina? Segundo o entendimento de V.Sa. isso decorreu por interferência política, incompetência ou falta de provas? V.Sa. tem o entendimento de que a CGU protegeu o Governo? V.Sa. poderia desenvolver um pouco o seu entendimento sobre esse episódio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Concluindo, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. teria alguma informação que pudesse nos oferecer acerca do comportamento dúbio da ex-presidente Graça Foster na condução desse episódio? Porque ela negou o fato aqui na CPI da PETROBRAS. V.Sa. sabe nos dizer se o ex-presidente José Sérgio Gabrielli teve alguma participação nesse esquema de pagamento de propina envolvendo a SBM? V.Sa. entende que o Palácio do Planalto interferiu para que esse assunto não fosse divulgado antes das eleições? V.Sa. sabe que eu estou falando com relação à SBM.

O SR. NILTON MAIA - Excelência, primeiro, em relação a esse episódio da SBM, eu fui, sim, visitar dependências do escritório de advocacia que tinha documentos da SBM. Estando lá por 4 dias, nós detectamos documentos sigilosos da companhia. Só detectamos, colhemos os documentos e os trouxemos para a

empresa. A Comissão, se eu me lembro, na sequência cronológica, a Comissão fechou os trabalhos, mas as investigações sobre esses documentos continuaram com a nossa segurança empresarial. A segurança empresarial identificou esses registros, conforme V.Exa. mencionou. Desses registros, o que nós fizemos, o que o jurídico fez? Pegou todas essas informações, fez um documento e o encaminhou ao Ministério Público, para que o Ministério Público apurasse.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem notícias disso, ou não?

O SR. NILTON MAIA - Senhor?! Não, não tenho notícia. Isso aí foi feito de uma forma bastante clara, porque foi uma continuação dos trabalhos. Porque o nosso prazo terminou. Nós tivemos que concluir os trabalhos, e os trabalhos foram concluídos, como V.Exa. já sabe. Não conseguimos identificar nenhum tipo de irregularidade. Registramos isso nos nossos relatórios. Mas sobre essas investigações sobre os documentos que foram achados na Holanda, eles continuaram a ser verificados pela nossa segurança empresarial. A nossa segurança empresarial detectou os pontos, detectou quem seriam os possíveis remetentes, e, nisso, nós pegamos todas essas informações. Como havia indício de crime, nós encaminhamos ao Ministério Público através de documentos. Foi feito isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas V.Sa. tomou conhecimento de que em maio a CGU recebeu essa documentação, uma farta documentação, e que eles seguraram a informação até agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, mais 6 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI -Imagina! Isso é porque ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu cronometrei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Cem por cento a mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu fiz as perguntas, e agora estou querendo as respostas às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Concluindo, Deputado.

O SR. NILTON MAIA - São períodos diferentes, totalmente diferentes. Porque isso foi no início do processo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas eu estou perguntando desses agora de maio, que a CGU recebeu.

O SR. NILTON MAIA - Não, eu não conheço os documentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tomou conhecimento, não sabe de nada?

O SR. NILTON MAIA - Tomei todos os conhecimentos em relação à imprensa, mas eu não sei quais são os documentos que a CGU tem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tomou conhecimento?

O SR. NILTON MAIA - Não sei quais são os documentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A PETROBRAS não se interessou em saber o que aconteceu nesse período agora?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, isso aí é assunto interno da CGU. A PETROBRAS não pode interferir em assuntos internos da CGU.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A denúncia sobre a PETROBRAS. A PETROBRAS deveria ser a primeira a ir lá à CGU e perguntar: *"Venham cá, o que vocês têm aí sobre a PETROBRAS?"*

Não houve atitude nenhuma?

O SR. NILTON MAIA - Não, não é questão de não haver...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já que V.Sa. foi à Holanda, para ir à CGU aqui é muito mais simples.

O SR. NILTON MAIA - Sim, mas não é questão de a gente chegar e perguntar se houve qualquer procedimento da CGU. A CGU está fazendo as apurações dela. Não sei identificar, conforme se mencionou, se a CGU tenha inibido algum tipo de investigação em relação a isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é. V.Sa. não sabe responder a isso.

O SR. NILTON MAIA - Não, não sei responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem se a PETROBRAS tentou buscar informações na CGU sobre isso. Ficou quieta, inerte?

O SR. NILTON MAIA - Não sei se ficou quieta; só não sei responder sobre isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como jurídico, V.Sa. continua na PETROBRAS ainda?

O SR. NILTON MAIA - Continuo na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E V.Sa., a partir daí, viajou à Holanda e lavou as mãos?

O SR. NILTON MAIA - Não, senhor. Isso foi lá atrás, Excelência! Isso foi lá atrás, e esse assunto foi concluído. O nosso relatório foi concluído; o relatório da Comissão e a nossa viagem também foram. Concluímos o relatório, fechamos o relatório, entregamos o relatório e...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que o relatório dizia? A conclusão?

O SR. NILTON MAIA - O relatório não conseguiu apurar. O relatório foi claro, preciso no sentido de que, com os meios que nós tínhamos — prestaram depoimento diversas pessoas —, com os meios que nós tínhamos, nós não conseguimos identificar nenhum tipo de irregularidade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Lá na Holanda não disseram nada para a PETROBRAS?

O SR. NILTON MAIA - Na Holanda...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tinha informação nenhum lá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Izalci.

O SR. NILTON MAIA - Nós só compulsamos documentos. Na Holanda nós só compulsamos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. NILTON MAIA - E, ao compulsarmos documentos, nós identificamos esses dois documentos que eram sigilosos. Foi isso que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Falarão o Deputado Celso Pansera e o Deputado Valmir Prascidelli, como Líder?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli, pela Liderança do PT.

V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. estava resolvendo assuntos administrativos da CPI, mas o Relator está muito complacente. O Deputado Izalci falou meia hora agora, além dos 3 minutos.

Sr. Nilton, eu, como Líder, não posso fazer perguntas a V.Sa., pois é o procedimento aqui da CPI. Eu só vou fazer algumas indagações.

Eu ouvi um pouco dos questionamentos feitos pelo Sub-Relator a V.Sa., os quais dizem respeito muito, também, à comparação com o depoimento que já ocorreu nesta CPI, do Sr. Fernando de Castro Sá, em que se fizeram indagações, do meu ponto de vista — naquele dia, pelo menos, que eu pude acompanhar e observar —, um tanto quanto, digamos assim, com um certo sentimento de revanche, se é que é a palavra adequada, porque me pareceram muito contraditórias algumas afirmativas dele, em função de, talvez, ser preterido da gerência jurídica da PETROBRAS. Fez várias indagações a respeito da Associação Brasileira de Engenharia Industrial. Não me pareceram ser afirmações com muita procedência.

De qualquer modo, não estou aqui fazendo nenhum juízo de valor nem das afirmações dele nem das de V.Sa. O fato é que esta CPI é um instrumento para apurar irregularidades no âmbito da PETROBRAS cometidas por ex-diretores, ex-funcionários e por pessoas de diversas empresas que por lá estabeleceram *lobbies*. Mas, muitas vezes, aqui nesta CPI, os debates, por ser esta uma Casa política, acabam extrapolando essas questões. Há, por parte de alguns Deputados, a insistência sempre em fazer a disputa política e a insistência sempre em criminalizar, sem ter a menor prova, ou com base, muitas vezes, de matéria que sai na imprensa — que também, em grande parte, acaba sendo para potencializar a criminalização política e acaba sendo utilizada aqui por parte dos Deputados com relação a isso.

Eu vou fazer uma leitura para o Sr. Presidente, o Sr. Relator, os demais Deputados e até para a própria imprensa aqui ver o quanto se politizam as coisas aqui. Vejam, é uma matéria que saiu há alguns anos:

> *"Noite de Gala*
>
> *Foi uma noite de gala. Na segunda-feira",* um determinado Presidente *"reuniu 12 dos maiores empresários do país para um jantar"* — vejam só — *"no Palácio da Alvorada, regado a vinho francês Château Pavie, de Saint Émilion (US$ 150 a garrafa, nos restaurantes de Brasília). Durante as quase três horas em*

que saborearam o cardápio preparado pela chef Roberta Sudbrack — ravióli de aspargos, seguido de foie gras, perdiz acompanhada de penne e alcachofra e rabanada de frutas vermelhas —," esse determinado Presidente "*aproveitou para passar o chapéu. Após uma rápida discussão sobre valores, os 12 comensais" desse Presidente* "*se comprometeram a fazer uma doação conjunta de R$ 7 milhões à ONG que"* esse Presidente estava montando e passaria a presidir, porque ia deixar a Presidência, o Palácio Planalto.

"O dinheiro fará parte de um fundo que financiará palestras, cursos, viagens ao Exterior desse *futuro ex-presidente e servirá também para trazer ao Brasil convidados (...). Os empresários foram selecionados pelo velho e leal amigo"* desse Presidente*, "Jovelino Mineiro, sócio dos filhos do presidente na fazenda de Buritis, em Minas, e boa parte deles termina*" mais rico e "*melhor do que começou*" o mandato o Presidente em questão.

Eu estou falando do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa é uma matéria que saiu no jornal, feita pelo jornalista Gerson Camarotti.

Por que eu estou dizendo isso? Porque há Deputados que se utilizam de uma matéria, por exemplo, que saiu no *Estadão* para falar a respeito de doação ao Instituto Lula, que, veja, para mim, é... Inclusive, se houver alguma responsabilização, ou alguma coisa ilegal, algo irregular, é muito menos do que isso de se utilizar de um espaço, o Palácio do Alvorada, para reunir os empresários e passar o chapéu, num jantar, ainda quando se trate de Presidente, como aconteceu com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outra questão que sempre é dita aqui: *"Ah, as empresas deram dinheiro, deram recursos, se utilizaram dos esquemas da PETROBRAS, do jurídico da PETROBRAS, que dava parecer irregular"*, ou coisa parecida. E se utilizam, para falar disso, de recursos passados para alguns partidos. Também os jornais, a imprensa traz aqui, para diversos Parlamentares, políticos. Por exemplo, a Camargo

Corrêa passou para o Governador do Paraná, Beto Richa — esse mesmo que espancou professores, recentemente, no Paraná — 1 milhão e meio em doações. A Camargo Corrêa. Ela passou para o Sr. Aécio Neves candidato ao Senado 200 mil; para o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, 500 mil.

E eu não estou afirmando que foi alguma irregularidade, até porque essas empresas passaram dinheiro de acordo com a legislação. Esse debate, nós estamos fizemos, e certamente, ainda continuaremos fazendo aqui, no Parlamento, que é com relação às doações privadas aos partidos políticos — eu sou contra e quero que acabem. Alguns Deputados, infelizmente, não querem.

Agora, é um debate que nós precisamos fazer aparteado deste escândalo de desvios de recursos da PETROBRAS, que, evidentemente, nós precisamos apurar.

Se V.Sa., que está aqui, hoje, depondo tiver algum envolvimento com esse caso, ou se tiver alguma questão que possa esclarecer o envolvimento de ex-funcionários, ex-diretores, inclusive, dessas empresas, então, é importante que a faça. É importante que a faça, inclusive, para nós separarmos esse debate ideológico, esse debate de disputa político-partidária, das razões reais, que é o papel desta CPI de apurar irregularidades. Porque senão, esses mesmos Deputados continuarão fazendo isso. Se não houvesse, aqui câmeras filmando, a *TV Câmara*, a imprensa, os jornais etc., provavelmente esses Deputados nem viriam aqui fazer perguntas, questionamentos, porque, certamente, o fazem para tentar estimular essa disputa política.

Eu dei esse exemplo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para mostrar que o Deputado que faz crítica aos demais partidos deveria olhar para o seu partido; deveria olhar para os seus candidatos que receberam recursos dessas mesmas empresas; o seu partido, que também recebeu valores similares aos recebidos pelo PT, pelo PMDB, pelos demais partidos, dessas mesmas empresas. E podia dizer que as datas em que esses partidos receberam são similares às datas de pagamento aos outros partidos e que essa questão não está exatamente ligada à corrupção na PETROBRAS. E, se o está, esses Deputados deveriam dizer que está para todos os partidos, para todos os candidatos, inclusive para todos os ex-Presidentes, inclusive para o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se utilizou desses recursos e se utiliza desses recursos para tocar o seu instituto; que

também faz palestras para as mesmas empresas; que também se utiliza desses recursos para se estruturar, para fazer viagens; que também se utiliza dessas palestras para potencializar negócios nessas empresas, inclusive, em outros países — e faz parte do papel de ex-Presidente fazer isso; não há nada de irregular, nem de ilegal. Aliás, o Instituto Lula já respondeu ao que saiu no jornal e que foi dito aqui por alguns Deputados com relação aos recursos passados pela Camargo Corrêa.

Então, eu fiz questão de falar, já que não posso lhe fazer perguntas, sobre essas questões, inclusive, para que V.Sa., se tiver, repito, alguma questão com a qual possa, efetivamente, contribuir na elucidação dessas questões de desvios de recursos no âmbito da PETROBRAS e esclarecer os trabalhos desta CPI, a faça, pois será importante, para que, ao concluirmos os nossos trabalhos, possamos apresentar um relatório que possa fazer com que a governança da PETROBRAS melhore ainda mais e para que possamos ter uma empresa que possa, ainda mais, contribuir com o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Prascidelli, pela manifestação em nome da Liderança do PT.

Com a palavra, agora, o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa tarde. Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Nilton Maia, o senhor ocupa, atualmente, qual cargo na PETROBRAS?

O SR. NILTON MAIA - Eu hoje sou Gerente de Gestão e Desempenho do Jurídico da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Da área jurídica?

O SR. NILTON MAIA - Da área jurídica. Até na área jurídica nós temos uma Gerência de Gestão e Desempenho, que trata de toda a estrutura do jurídico.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Há quanto...

O SR. NILTON MAIA - De toda a estrutura, toda a avaliação, todo o treinamento, toda a forma de atuar do jurídico, que é essa gerência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Há quanto tempo o senhor está na PETROBRAS?

O SR. NILTON MAIA - Estou há 30 anos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Conhece muito bem o funcionamento da PETROBRAS.

O SR. NILTON MAIA - Conheço.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor me dê uma informação, por favor. A assessoria jurídica presta assistência ao Conselho de Administração e ao Presidente da PETROBRAS?

O SR. NILTON MAIA - A assessoria jurídica presta assessoria a toda a PETROBRAS, todo o sistema PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A toda a PETROBRAS. Em cada processo, existe um parecer da assessoria Jurídica?

O SR. NILTON MAIA - Em cada processo, Excelência? *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu vou dar um exemplo. O que ficou muito em dúvida, e eu vi a Presidente Dilma colocar a culpa no Nestor Cerveró, foi o caso Pasadena, em que ela disse que não leu e que as cláusulas não estavam inclusas. A assessoria jurídica da PETROBRAS se omitiu ao não levar à Presidência da PETROBRAS, na época, as cláusulas que poderiam causar um grande prejuízo à sociedade brasileira, à PETROBRAS? A assessoria jurídica se omitiu, ou estava dentro do... Como que funcionou? O senhor tem como nos esclarecer?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, o jurídico não tramita com esses documentos. O jurídico dá assessoria jurídica, fornece o parecer. Esse parecer é apensado a um dossiê, que tem um trâmite normal. Tem um trâmite normal de que cada diretor segue o seu trâmite. É essa a visão. O jurídico não participa da condução, do caminho em relação à aprovação desse documento. Ele, o jurídico, dá subsídios em relação ao aspecto técnico-jurídico. É essa a visão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Então, no caso de Pasadena, havia um parecer anexo ao dossiê sobre a aquisição daquela usina?

O SR. NILTON MAIA - Sim. Sim, havia um parecer.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Havia um parecer. Então, havia uma posição jurídica da PETROBRAS mencionando o prejuízo que a PETROBRAS poderia...

O SR. NILTON MAIA - Não, não, Excelência. O jurídico não entra na análise de valores. O jurídico entra na análise...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Técnica.

O SR. NILTON MAIA - ... em termos de análise das cláusulas. Mas não se imiscui na análise de valores. O jurídico não tem conhecimento técnico para avaliar ou aquilatar valores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas... Não, eu não estou falando de valores.

O SR. NILTON MAIA - Hã?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu estou falando, efetivamente, das cláusulas que poderiam causar... A análise jurídica das cláusulas é de competência da...

O SR. NILTON MAIA - Claro, claro!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... assessoria jurídica.

O SR. NILTON MAIA - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sem dúvida. Era isso o que eu gostaria... Então, havia um parecer jurídico?

O SR. NILTON MAIA - Havia um parecer jurídico.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Havia um parecer jurídico. Então, na verdade, esse parecer jurídico foi desprezado?

O SR. NILTON MAIA - Não, ele não foi desprezado; ele foi considerado, esse parecer jurídico.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele foi considerado e...

O SR. NILTON MAIA - Esse parecer jurídico analisou as cláusulas. Todas as cláusulas que... Estamos falando aqui, Excelência, de tese. Eu não conheço o processo em si.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

O SR. NILTON MAIA - Tá? Então, o processo em si, para deliberação da Diretoria...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou encerrar, Sr. Presidente. Estou só esperando a resposta.

O SR. NILTON MAIA - O processo em si, para deliberação de uma diretoria, deve ser capeado por um parecer jurídico.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Com um parecer jurídico. Tranquilo. Era isso que eu gostaria de saber: se, realmente, dentro desse dossiê da aquisição, havia uma manifestação jurídica. Porque ficou aquele jogo de empurra, né? *"Eu não sei de nada."* A Presidente não sabe de nada. É muito estranho, isso, né? E, até, perguntas que nós não estamos podendo fazer aqui, esta semana, a Presidenta teve que responder lá na França. O senhor sabe disso, Sr. Presidente? Ela foi questionada duramente lá na França a respeito de... Até perguntaram do envolvimento dela com corrupção. Então, perguntas que, às vezes, os Deputados, aqui, não podem fazer, a imprensa brasileira não pode fazer, ela tem que ouvir da imprensa francesa. Perguntas indiscretas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente. Seria somente isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado.

O Relator Luiz Sérgio pediu novamente a palavra para fazer algumas perguntas. Depois, ouviremos a Deputada Eliziane.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu estava presidindo, no momento, e não podia fazer as perguntas. Sr. Nilton Maia, seguramente, o senhor está aqui porque foi o Diretor Jurídico da PETROBRAS e porque o Sr. Fernando aqui fez duras acusações contra o jurídico e contra a sua pessoa. Numa delas, talvez ele, aqui, não tenha informado que a PETROBRAS, desde dezembro de 1997, é associada à ABEMI, e que, em 2002, foi construído um grupo de trabalho que reúne representantes da PETROBRAS Engenharia e da ABEMI. A Associação Brasileira de Consultores de Engenharia também participa, a ABCE. A acusação não é porque a PETROBRAS participa desse grupo de trabalho. É que aqui ele fez a acusação de que a PETROBRAS estava se submetendo a normas que a ABEMI estava estabelecendo. E ele afirmava que isso constituía uma distorção, pois uma empresa pública estaria sendo submetida a normatizações de uma associação empresarial. Então, eu gostaria de ouvir de V.Sa. o que V.Sa. tem a dizer acerca dessa afirmação que o Sr. Fernando fez aqui quando compareceu a esta CPI.

O SR. NILTON MAIA - Excelência, em relação a essa indicação da interferência da ABEMI nos contratos da PETROBRAS, isso fez parte do dossiê que

o Dr. Fernando entregou. Esse dossiê foi encaminhado a uma comissão. Essa comissão fez todas as verificações. Do que eu me lembro do resumo do relatório, de 48 propostas, somente 3 propostas de alterações contratuais já foram aceitas. E, dessas 3 propostas, o que eu me lembro são questões que não envolvem diretamente preço e que envolvem, sim, questões pontuais, como questão de trabalho infantil, questão de ressarcimento de valores por conta de não prestação de serviços. São questões claras. Então, não ficou comprovada, de forma clara, a interferência da ABEMI nos contratos da PETROBRAS. Se a gente está falando em relação ao aspecto jurídico, também, sobre a questão das participações dos advogados nas reuniões, não vimos, de forma alguma, nenhuma incoerência ou incompatibilidade na participação dos advogados nas reuniões, porque essas reuniões eram reuniões em que se discutiam aspectos técnicos. E, dentro do jurídico, antes de se fazer qualquer tipo de mudança contratual, existe toda uma análise clara em termos de diversas gerências. Diversas gerências participam da análise das sugestões da ABEMI, até que elas possam ser configuradas e ser aceitas pela PETROBRAS — só para complementar, Excelência — e, a partir do momento em que elas são aceitas pela PETROBRAS, elas podem ser utilizadas por todas as empresas que participam de alguma licitação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Outra acusação que ele fez aqui é a de que o jurídico da PETROBRAS, com seus pareceres, teria respaldado o pagamento das chamadas horas paradas em decorrência de chuvas utilizando critérios errados e que isso teria permitido que as empresas recebessem uma quantia muito maior do que receberiam se se fosse seguir o parecer e a lógica jurídica que ele defendia. E que, por isso, ele teria sido perseguido e retirado do jurídico da PETROBRAS. Qual é o posicionamento de V.Sa. acerca dessa afirmação que ele fez aqui?

O SR. NILTON MAIA - Bom, Excelência, em relação ao aspecto de chuva, eu tenho pouco conhecimento técnico para conseguir indicar se houve prejuízo ou não em relação a essas cláusulas. Mas, sobre a destituição do Fernando, eu tenho a convicção — porque fui eu que fiz — de que não tem nada a ver com os aspectos técnicos; teve, sim, com os aspectos comportamentais, em termos de ele não se adequar às diretrizes internas do jurídico.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele também fez aqui outra acusação grave: a de que as concorrências da PETROBRAS teriam utilizado uma metodologia de grandes módulos e que isso teria favorecido o cartel, prejudicado a concorrência, e que ele se opunha a esse posicionamento dentro da empresa e que por isso teria sido perseguido.

O SR. NILTON MAIA - Excelência, em relação... Eu, eu... Não é minha área... Não consigo avaliar, sob o aspecto técnico, as argumentações do Dr. Fernando sobre essa linha, mas eu consigo suportar de forma clara que o motivo de ele ter sido destituído não foi o aspecto técnico, foi o aspecto comportamental.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, o Fernando disse claramente aqui que a PETROBRAS era submetida ao crivo da ABEMI — Associação Brasileira de Engenharia Industrial. Disse claramente aqui que a PETROBRAS utilizou métodos para pagamento de horas paradas em decorrência de chuva que lesaram a PETROBRAS. Afirmou aqui que a PETROBRAS utilizou uma metodologia dos módulos que não permitiu a concorrência, e isso ajudou a formalizar o cartel. E a PETROBRAS não tomou nenhuma providência com relação ao Fernando? Quer dizer, as pessoas foram acusadas aqui de ser instrumento de desvio de recurso e ninguém processou esse Fernando, ninguém interrogou o Fernando? Aí diz que foi por questão comportamental, mas também ninguém pôde enviá-lo para o departamento médico, então, para ver se era maluco ou não. Como é que fica? Numa empresa do porte da PETROBRAS, então, a pessoa pode dizer o que quiser, na hora que quiser, quando quiser e fica por isso mesmo?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, o Fernando hoje não está mais no jurídico. Não, não consigo me manifestar sobre o procedimento da companhia em relação ao comportamento dele, mas, enquanto no jurídico, enquanto ele foi avaliado nessas questões todas — e foram questões graves que aconteceram, comportamentais. Não foram só desvios; foram... foram... falta de diretrizes, falta de comportamento claro em relação a seus pares —, isso aí foi adotado. Agora, quanto à atitude da companhia em relação ao que o Fernando está declarando, eu não sei, não posso colocar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A PETROBRAS, em várias áreas, em alguns momentos, chegou a demitir funcionários, por várias razões — por

irregularidades. Ela chegou a demitir funcionários. No caso do Fernando, me desculpe, mas está passando uma impressão de que alguém teme esse Fernando. Então ele diz o que bem entende, chega aqui e faz acusações duras contra a PETROBRAS e continua funcionário da PETROBRAS, livre. Quer dizer, há alguém, na expressão popular, com o rabo preso com esse Sr. Fernando, de modo que ele pode vir aqui dizer o que ele bem entender e fica por isso mesmo?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, não sei lhe responder esse ponto. Eu sei que ele hoje não está no departamento jurídico da companhia. Eu não sei como...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele estava no departamento jurídico!

O SR. NILTON MAIA - Estava e ele foi destituído, Excelência, por conta de comportamentos claros. E ele foi destituído antes de se fazer qualquer tipo de denúncia. Ele está fazendo essas denúncias agora. A denúncia que ele fez à época, Excelência — se o senhor me permite concluir — foi apurada. Foi feita uma comissão interna. Essa comissão prescreveu um relatório, essa comissão ouviu todo mundo. Inclusive, ouviu o próprio Fernando. Essa Comissão fechou o relatório. Isso foi claro. O que ele nos trouxe à época foi apurado, foi feito um relatório, foi constituída uma Comissão e foi concluído... O Fernando foi destituído não por conta disso, e, sim, por questões comportamentais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quer dizer que a PETROBRAS, hoje, é uma empresa em que o comportamento, eu diria, não dentro das regras de convivência normal de uma empresa, é admitido. É isso?

O SR. NILTON MAIA - Não, Excelência. Eu não disse isso. Eu disse que, na realidade, todos nós ocupamos cargos de confiança. Então, a partir do momento em que se rompe a fidúcia entre o gerente superior e o gerente subordinado, é plenamente factível que ele seja destituído. Foi isso que ocorreu à época. Não sei... Não tenho condições de me manifestar acerca do que a companhia está fazendo sobre as denúncias do Fernando. À época, a atitude do jurídico foi muito clara, foi muito precisa no sentido de que ele se incompatibilizou com a gestão interna do jurídico não por conta das denúncias, e, sim, por conta do comportamento dele perante os seus pares. Foi essa a visão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mudando um pouco, V.Sa. poderia nos informar quais são e como estão os procedimentos envolvendo o pagamento de

propina pela empresa holandesa SBM a funcionários da PETROBRAS? Pagamento de propina da empresa a funcionários da PETROBRAS. Como estão esses procedimentos internos na PETROBRAS? Estão concluídos? Fechou-se...

O SR. NILTON MAIA - O senhor se refere à questão de apuração da SBM? Não sei se... Só para entender.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Isso.

O SR. NILTON MAIA - A comissão de apuração... À época, foi constituída uma Comissão, eu fui parte integrante desta comissão. No decorrer do nosso trabalho, nós fomos à Holanda, pegamos mais subsídios, concluímos os relatórios e, nesse relatório, nós não identificamos nenhum pagamento de propina a empregado da empresa. Concluímos o relatório e identificamos, sim, Excelência, aqueles documentos sigilosos que foram mencionados pelo Deputado. E aí, nesses documentos sigilosos, a apuração continua, mas nós concluímos o relatório, e o relatório foi encaminhado pelo Ministério Público, assim como todos os documentos que foram identificados na Holanda.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas na SBM, na Holanda, estava computado o pagamento de propinas a Diretores da PETROBRAS? A SBM holandesa, na sua contabilidade... Estava contabilizado isso?

O SR. NILTON MAIA - Nós não tivemos acesso, Excelência. Nós tivemos acesso a um escritório que a SBM nos indicou para nós compulsarmos alguns documentos. Não tivemos acesso à escrita, à contabilidade da SBM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O.k., Deputado Luiz Sérgio, nosso Relator.

Passo a palavra para a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Nilton Maia, mais uma vez, centrando essa posição referente às denúncias que vieram a esta Comissão pelo Sr. Fernando Sá, eu queria que o senhor tentasse, pelo menos, esclarecer mais quando o senhor fala de comportamentos estranhos. Ele afirma, por exemplo — e a própria Venina, na verdade, coloca isso —, que, em vez de o senhor dar prosseguimento ao processo de investigação, o senhor criou uma situação no sentido de abafar a situação: criou uma comissão e colocou o Fernando Sá — ele colocou isso aqui na Comissão. Eu

até lembrei que parecia aquela coisa de tortura: o cara colocado lá numa sala fria, fechada, sem ventilação, sem nada; de lá ele tem um ataque cardíaco, tem um problema grave cardíaco; tudo isso como punição por conta de irregularidades que ele, na verdade, apontava. O senhor disse que a demissão dele não se deu por conta de questões técnicas, mas, sim, de comportamentos. Que comportamentos eram esses? Daria para o senhor citar pelo menos um comportamento estranho dele que teria levado a essa demissão?

O SR. NILTON MAIA - Claro, Excelência! Gostaria só que me permitisse também falar sobre a sala que a senhora estava mencionando. O comportamento estranho era o seguinte — um deles, Excelência: o Fernando não se conformava em termos de dar assessoria jurídica somente a uma área de abastecimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele não se conformava com o quê?

O SR. NILTON MAIA - Não se conformava em dar assessoria jurídica somente à área de abastecimento. Ele queria também dar assessoria jurídica a outras áreas da companhia. Com isso, ele estaria dificultando os pilares do jurídico, que tem toda uma rigidez. Não se fala em aspecto tributário... Ele não era especialista tributário, não era especialista trabalhista, e ele acabava no sentido de querer, com os seus pareceres, também entrar em outras áreas: trabalhista, ambiental. Esse é um exemplo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A denúncia, por exemplo, de que a PETROBRAS estaria se submetendo às cláusulas da ABEMI é uma das questões que ele colocou... Você tem uma associação e as cláusulas. A PETROBRAS e o jurídico da PETROBRAS têm que se submeter a essas cláusulas de uma associação. Essa seria um dos fatos que ele estaria denunciando?

O SR. NILTON MAIA - Não. Claro que não! Esse ponto, Excelência, foi verificado pela Comissão. A senhora mencionou que, na realidade, o Fernando fez a denúncia e, por conta da denúncia, ele foi destituído e foi colocado numa sala sem ventilação. Então, eu queria abordar todos esses pontos. Primeiro, o Fernando, conforme eu havia falado, não foi destituído por conta da denúncia. A denúncia foi apurada internamente. Houve uma comissão interna, com três gerentes, e essa comissão não só ouviu o Dr. Fernando, como ouviu diversas pessoas, dentro do jurídico e fora do jurídico, e, inclusive, pegou as últimas manifestações da ABEMI e

avaliou de uma forma clara que, de 48 propostas da ABEMI, somente três estavam sendo acatadas. E, dentre as três que estavam sendo acatadas, uma delas, que eu me lembro de cabeça, era sobre o trabalho infantil. Então, a comissão concluiu, de uma forma clara, que não teve interferência nenhuma da ABEMI nos contratos da PETROBRAS. Esse foi o primeiro ponto do Fernando. O segundo ponto do Fernando foi em relação à participação dos advogados nessas reuniões. Não vimos nenhuma incongruência no sentido de que os advogados participassem dessas reuniões assessorando os seus respectivos clientes. Foram esses dois pontos que o Fernando colocou.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E essas foram as razões que levaram à demissão?

O SR. NILTON MAIA - Não. Essas não foram as razões. Essas foram as razões do dossiê. O dossiê foi apurado. As razões que levaram à destituição do Fernando de um cargo comissionado — nós temos... esse é o ponto — foram comportamentais. O Fernando não se conformava com as diretrizes do jurídico. As diretrizes do jurídico, Excelência, são muito rígidas. Nós temos pilares de uniformidade. Cada qual atende ao seu cliente. Existem, até para...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O jurídico da PETROBRAS se submetia às cláusulas da ABEMI?

O SR. NILTON MAIA - Não. Não! O jurídico da PETROBRAS participava dessas reuniões e recebia as informações e analisava internamente se eram plausíveis ou não de se inserir sob aspectos contratuais. É aquele exemplo que eu estava dando para a senhora em relação a... V.Exa. me desculpe. De 48 propostas, somente três foram acatadas. Dentre essas três, de que eu me lembro, havia uma de trabalho infantil; melhoria de cláusulas contratuais.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A PETROBRAS tinha assento na Associação Brasileira de Engenharia Industrial?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, isso aí eu não sei dizer. O assento no... Sei falar da participação do jurídico.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tinha alguma representação do jurídico da PETROBRAS formalmente?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, o jurídico assessorava o cliente nessas reuniões. Nas reuniões com a ABEMI, o jurídico assessorava os clientes, e dali poderiam surgir pontos de melhoria em termos de cláusulas contratuais. Esses pontos de melhoria eram recebidos e analisados internamente não pelo grupo que participava, e, sim, por um outro grupo, e, se fosse plausível essa sugestão, ela seria acatada não só para os associados da ABEMI, mas para todos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só para finalizar, Presidente, porque ele está respondendo no meio das minhas perguntas. Por isso, o tempo fica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Mas vamos finalizar porque V.Exa. já falou por 6 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu vou fazer duas perguntas na sequência. O senhor, então, me responde. Eu queria só que o senhor me explicasse claramente — o senhor responde depois, porque, senão, eu perco o meu tempo — como era essa participação. Eu queria entender se a PETROBRAS formalmente integrava a Associação Brasileira de Engenharia Industrial ou se ela apenas sentava em situações excepcionais. Essa é uma situação que eu quero que o senhor me explique claramente. A segunda situação: o senhor, naturalmente, como gerente jurídico da PETROBRAS, não conseguia sentir essas irregularidades? Nós estamos aqui investigando uma série de irregularidades, especialmente no âmbito das licitações. Algumas coisas que eram apresentadas com o valor X terminavam com 700% ou 800% a mais, conforme o andamento e a variação de mercado. Nós não conseguimos aceitar isso como uma justificação plausível. O senhor não conseguia sentir isso, como gerente jurídico da PETROBRAS, referente exatamente a essas questões dos aditivos? Por último, o senhor não tem receio de que nessas delações premiadas que estão hoje em curso — várias; inclusive algumas agora já também sendo apresentadas — o seu nome possa aparecer como tendo uma participação direta nesse esquema de pagamento de propina, de superfaturamento? Obrigada, Presidente.

O SR. NILTON MAIA - Excelência, vamos começar pela...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E pergunto se o senhor também pensa em firmar uma delação premiada, uma colaboração premiada, com a Justiça.

O SR. NILTON MAIA - Excelência, vamos começar pela última. Primeiro, eu não tenho nenhum receio de que meu nome possa aparecer nessas questões vinculadas à corrupção; nenhum receio em relação a isso. Segundo, em relação à questão da delação premiada, não tem por que eu me articular para fazer qualquer tipo de delação premiada. Se eu tivesse que fazer algum tipo de denúncia, eu já a teria feito há muito tempo. Não teria...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor está acompanhado hoje aqui de advogado? Só uma informação.

O SR. NILTON MAIA - Não. Eu não preciso. Eu já teria feito isso há muito tempo. Não teria aguardado isso tudo. E outra, Excelência, a questão da corrupção é uma questão muito difícil de ser pega. Não caberia ao jurídico fazer esse tipo de avaliação, mesmo porque o jurídico prolata pareceres em cima de jurisprudência e doutrina; ele não verifica valores. Ele não tem condições técnicas de aquilatar valor. Existe toda uma comissão, existe todo um procedimento interno na companhia para avaliar valores, avaliar o juízo de conveniência e oportunidade. O jurídico não faz isso. O jurídico trabalha em cima de cláusulas contratuais. É uma questão muito clara. Qual é a outra? Só para a gente tentar...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A outra é referente a essa relação com a ABEMI, porque parecia uma relação participativa, parecia a mesma coisa.

O SR. NILTON MAIA - Excelência, essa relação é a seguinte: a PETROBRAS é uma das associadas. Mas, assim como a PETROBRAS é associada da ABEMI, a PETROBRAS tem diversas outras associações que praticam a mesma questão em termos de tentar melhorar cláusulas contratuais. Não sei responder que tipo de relação em relação a aspecto de assento. Isso eu não sei responder. Eu sei que ela é uma associada da ABEMI desde 1997.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vou passar a palavra, então, novamente, para o Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Dr. Nilton, como é que funciona a operação dos *brokers* com a PETROBRAS?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, não sei lhe informar. Em que aspecto eu posso tentar contribuir melhor, Excelência? Não sei como contribuir com essa visão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Os operadores que compram e vendem produto da PETROBRAS no mercado internacional... O senhor está há quantos anos no jurídico?

O SR. NILTON MAIA - Estou desde 91.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor sabe que existe isso ou não?

O SR. NILTON MAIA - Sei que existe um departamento específico, Excelência, para...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, qual é o departamento?

O SR. NILTON MAIA - O departamento específico — eu calculo isto — é o departamento da área que transaciona... Quer dizer, era, antigamente, a área internacional. Agora deve ser da área de E&P.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Da área de...?

O SR. NILTON MAIA - E&P.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Significa o quê?

O SR. NILTON MAIA - Exploração e Produção. Excelência, eu não tenho certeza se estão ali, porque podem também estar na área de abastecimento. Mas existe uma gerência específica disto na companhia, que era questão de compra e venda.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Compra e venda.

O SR. NILTON MAIA - Não é isso?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor já deu parecer em contratos desse tipo?

O SR. NILTON MAIA - Ah, Excelência...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor está há 13 anos na empresa e o senhor não sabe se deu um parecer num contrato desse tipo?

O SR. NILTON MAIA - Treze anos...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Parece que o senhor está vindo aqui... Eu não sei se o senhor está... Eu queria que o senhor me respondesse.

O SR. NILTON MAIA - Eu estou tentando responder, Excelência. Eu estou colocando isso. A minha especialidade é tributária.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Acho que eu estou dando azar com o senhor hoje aqui.

O SR. NILTON MAIA - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu estou dando azar. Eu estou com azar hoje com o senhor.

O SR. NILTON MAIA - Por quê?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Porque o senhor está há 13 anos na empresa. A empresa compra gasolina, vende óleo *diesel*, compra óleo *diesel*, vende gasolina no mercado internacional. O senhor nunca deu parecer num processo desse?

O SR. NILTON MAIA - Não é minha área, Excelência. O jurídico é dividido por departamentos. Se o senhor me perguntar...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sim, mas você está há 13 anos...

O SR. NILTON MAIA - Se V.Exa. me perguntasse se a responsabilidade, nos 12 anos em que eu estive à frente do jurídico, é de quem, eu diria que é minha.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É isso.

O SR. NILTON MAIA - Agora, se eu dei o parecer específico, se eu assinei o parecer específico sobre isso é difícil eu identificar. Isso porque, Excelência, não só o Gerente Executivo dá o parecer; ele assina o "de acordo" — ele assina o "de acordo". São diversos e diversos pareceres nessa área.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Em qual área da PETROBRAS, em qual Diretoria eu pego as informações sobre esses contratos? Onde eu pego a cópia dos contratos dos *brokers* que representam a PETROBRAS nas transações de compra e venda de produto no mercado internacional?

O SR. NILTON MAIA - Eu acho que isso deve ser na área do abastecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Área do abastecimento?

O SR. NILTON MAIA - Eu acho que sim. Mas eu posso me informar melhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Poxa, o senhor está há 13 anos lá e não sabe onde é?

O SR. NILTON MAIA - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor foi diretor do jurídico e o senhor não sabe em que área é?

O SR. NILTON MAIA - Não, não sei. Se eu soubesse, eu tinha falado, Excelência. A minha área é muito específica...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como diz um Governador que eu conheci, o senhor é um craque, verdadeiramente.

O SR. NILTON MAIA - O senhor acha?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu acho o senhor um craque. O senhor está há 13 anos lá.

O SR. NILTON MAIA - Não! Na PETROBRAS, não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - A PETROBRAS compra e vende combustível no mercado internacional, o que é alvo... Este assunto de que eu estou falando com o senhor...

O SR. NILTON MAIA - Certo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Talvez seja por isso que o senhor não está se lembrando direito. O senhor foi por 12 anos chefe do jurídico da PETROBRAS.

O SR. NILTON MAIA - Certo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - A PETROBRAS é uma companhia que vende petróleo, compra petróleo no mercado internacional, tem os operadores, que são os *brokers*. O senhor não sabe em que área da empresa ficam essas transações? O senhor está há 12 anos lá e não sabe disso?

O SR. NILTON MAIA - Não, Excelência! Eu não estou há 12 anos na companhia. Eu estou há 30 anos na companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Trinta anos! Há 12 anos é chefe do jurídico.

O SR. NILTON MAIA - Eu estou há 12 anos como Gerente Executivo do jurídico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Gerente Executivo do jurídico.

O SR. NILTON MAIA - O Gerente Executivo do jurídico tem diversas responsabilidades. Agora, não sei é identificar precisamente onde está o grupo que faz a compra e a venda, como o senhor está mencionando. São coisas diferentes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor sabe que... Honestamente, o senhor me desculpe. Primeiro, eu não confio nessa informação do senhor de jeito nenhum. Eu tenho direito de não confiar, porque o senhor, por 12 anos como Gerente Jurídico, chegar aqui hoje... O senhor é Gerente Jurídico há 12 anos de uma empresa, chegar aqui hoje e não saber me dizer em que área ficam os *brokers*, os contratos que representam compra e venda de combustível na PETROBRAS. O senhor há 12 anos lá... Quem é que sabe essa informação então, se não é o senhor, que é do jurídico?

O SR. NILTON MAIA - É uma área da companhia, a área de negócio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu acho que o Presidente Bendini sabe menos do que o senhor desse assunto, porque ele está lá há 6 meses...

O SR. NILTON MAIA - É uma área de negócio. Eu tenho certeza de que é uma área de negócio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Ah, com certeza! Lá temos muitos negócios.

O SR. NILTON MAIA - É.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, área de abastecimento. O senhor sabe que... O senhor falou que a corrupção é difícil de pegar. E é verdade que é difícil de pegar, porque o senhor deu os pareceres jurídicos nos processos que mais sangraram o povo brasileiro. Em todos os processos da Lava-Jato, ou o senhor ou pessoas que o senhor comandava colocaram lá o “de acordo” nos aditivos. Então, eu fico muito impressionado com essas declarações do senhor aqui. Eu acho uma falta de respeito do senhor comigo. Eu acho uma falta de respeito do senhor com as pessoas que estão assistindo aqui. O senhor há 12 anos... E não me responde uma pergunta como essa e hoje está à frente da PETROBRAS. O senhor pode ter certeza de que, enquanto eu estiver aqui neste mandato meu, tendo CPI ou não tendo CPI — está entendendo? —, eu vou estar sempre prestando atenção. Há mais uma pergunta que eu queria fazer para o senhor, e provavelmente o senhor vai me dizer que não sabe também. Há uma empresa chamada Alpina, que presta serviço à PETROBRAS, que já é um dos contratos também que nós vamos pedir aqui nesta CPI. É um contrato em que as suspeitas de fraude são gigantescas. O senhor conhece essa empresa Alpina?

O SR. NILTON MAIA - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não conhece também.

O SR. NILTON MAIA - Agora, Excelência, o senhor me permite uma questão? Eu estou há 30 anos na PETROBRAS, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Trinta.

O SR. NILTON MAIA - Trinta anos. A minha especialidade é Direito Tributário. Eu sou advogado tributarista, e, nesses 12 anos, o Jurídico sempre prolatou os pareceres com base em jurisprudência e doutrina. O que o senhor está falando em relação à corrupção foi muito além, foi a questão de valores. E o Jurídico não se manifesta acerca de valores. E outra, Excelência, se o senhor me permitir complementar: essa questão da corrupção não foi pega por nenhuma instituição interna da PETROBRAS, nem pelo Jurídico, nem pela Auditoria, nem pela Ouvidoria, nem pela auditoria externa. Ela foi pega por uma operação da Polícia Federal. E, mesmo assim, Excelência, essa corrupção só pôde ser detectada de forma clara e precisa a partir de uma delação premiada. Então, tem todo um encadeamento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É verdade.

O SR. NILTON MAIA - Sem a delação premiada, talvez nós não chegássemos como nós estamos hoje aqui, Excelência. Então, é por isso que eu digo que a corrupção é complexa, é muito complexa, mas os nossos órgãos competentes estão conseguindo desbaratar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas eu fico impressionado com o posicionamento dentro da PETROBRAS. Aliás, nós estivemos lá na PETROBRAS, o Presidente Bendini tinha tido um problema pessoal e não estava lá, o Dr. Armando gentilmente nos atendeu na oportunidade lá. E, depois, fora da PETROBRAS, também nos atendendo com muita presteza. Mas eu vou dizer uma coisa ao senhor: em time que se ganha não se mexe. A PETROBRAS estava perdendo e mexeu no time todo. O senhor é do Jurídico e continua lá. Eu não sei como é que pode um departamento jurídico, mesmo que não tenha a ver... Eu entendo o que o senhor diz. O senhor não tem nada a ver com a corrupção. O senhor só deu o parecer se aquele processo ou aditivo podia ou não podia, mas o valor o senhor não sabe. O senhor tem razão. O senhor é do Jurídico. Mas todo mundo perdeu, e vocês continuam lá. E a pergunta que eu fiz aqui vai em cima de um outro ponto da

PETROBRAS que ainda não veio para esta CPI e que vai vir, que é a questão das transações de compra e venda de combustível da PETROBRAS. E, quando eu faço uma pergunta aqui ao senhor, o senhor não me diz onde é a área, e o senhor ficou 12 anos à frente. Aí me deixa desconfiado demais. Se o senhor dissesse assim*: "Olha, Deputado, a área é a área X, mas eu não dei parecer nenhum. A área é a área Y..."* Mas o senhor dizer que o senhor não sabe onde era a área e o senhor ficou 12 anos à frente do processo me causa uma desconfiança muito grande. Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Altineu Côrtes, nosso Sub-Relator, autor do requerimento. Eu vou pedir ao Sr. Nilton...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, antes de encerrar, só para contribuir, porque nós estamos fazendo um relatório para melhorar também, não é só para apurar, mas melhorar as condições da PETROBRAS, em termos de controle, eu só queria fazer uma pergunta rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Seja bem rápido, porque eu vou encerrar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa departamentalização, esse excesso de departamentos — a PETROBRAS é muito grande, como V.Sa. disse, tem vários setores — não beneficiou esse volume de irregularidades? Muitas vezes um não sabe o que o outro está fazendo. Isso está sendo aperfeiçoado, já foi modificado? O que V.Sa. sugere ao Relator para melhorar isso? E, na questão do Fernando, na Lei nº 8.112, quando se tira a pessoa do cargo comissionado, na CLT também, tem que ser pontual na motivação, na razão por que o servidor está sendo afastado ou exonerado. V.Sa. não disse o motivo real da saída do Fernando.

O SR. NILTON MAIA - Excelência, em relação à questão dos departamentos do Jurídico, eu entendo que ele funciona de forma muito clara, muito precisa. Tendo em vista que a companhia está passando por mudanças estruturais, o Departamento Jurídico também vai ter que se adequar. Eu vou lhe traçar o espelho de como funciona hoje. Hoje nós temos, no Departamento Jurídico, que parte reflete efetivamente o organograma da empresa. Então tem Jurídico de Abastecimento, de Gás e Energia, AIP... E a outra parte, que é a questão da regionalização, porque são 22 polos espalhados pelo Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia... Cada um trata

de um cliente. Mas você tem matérias tributária, trabalhista e ambiental, que permeiam tudo. Então o que foi criado no Jurídico? Comissões. Essas Comissões uniformizam todo o disciplinamento interno. E quem participa dessas Comissões, Excelência? Um integrante de cada gerência. Há a uniformização, participa todo mundo. Só voltando em relação à questão da ABEMI. Quando a ABEMI fazia uma sugestão de alteração contratual, essa sugestão era analisada por essa Comissão, que tinha integrantes de todos os jurídicos, não só dos jurídicos que atendem clientes, mas também do jurídico regional, até para uniformizar. Se não fosse assim, Excelência, nós teríamos que ter um especialista em cada área. Então, seria preciso duplicar, colocar advogados tributaristas, trabalhistas em cada área de atuação. Foi isso o que foi feito. Agora, tendo em vista que a companhia está passando por mudanças estruturais, o jurídico também vai ter que se adequar. É isso o que está sendo feito. Em relação ao Fernando, primeiro, Excelência, a questão da destituição de cargos comissionados não precisa ser motivada, basta o rompimento de fidúcia. Isso aí não foi feito só com o Fernando. Nos meus 12 anos à frente do Jurídico eu fazia questão de, quando esses fatos ocorriam, fazer eu mesmo essas destituições, que não precisam ser motivadas. Não é preciso tentar criar um motivo. Basta o rompimento da fidúcia para que o cargo seja extinto ou eliminado. Todos nós que temos cargos comissionados podemos passar por isso. É essa a visão que se tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Sr. Nilton, o senhor tem alguma consideração a fazer antes de encerrar a sua participação?

O SR. NILTON MAIA - Excelência, a última consideração que eu queria fazer é que a PETROBRAS é vista, não só internamente, mas também por todas as autoridades, como vítima nesse processo. A PETROBRAS está envidando todos os esforços técnicos e jurídicos para reaver todos os valores de corrupção. Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado pela participação. Vou dispensar o senhor Nilton Maia e chamar o Sr. Sérgio Martins Bezerra, o próximo depoente. *(Pausa.)*

O quarto depoente da tarde do dia de hoje é o Sr. Sérgio Martins Bezerra, que aqui vem na condição de testemunha, em razão da aprovação do Requerimento nº 720/2015, do Deputado Altineu Côrtes, Sub-Relator desta CPI.

Sr. Sérgio Martins Bezerra, V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade.

Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 a 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre ele as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Agora peço ao senhor para ler o juramento.

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O.k. Sr. Sérgio Bezerra, o senhor tem o tempo de 20 minutos para falar o que achar conveniente, prorrogáveis a juízo desta Comissão, não podendo ser aparteado durante a sua primeira fala.

O senhor tem alguma consideração ou algo a dizer?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Bem, inicialmente, eu gostaria de me apresentar aos Srs. Deputados. O meu nome é Sérgio Martins Bezerra. Eu sou engenheiro químico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1978. Ingressei na PETROBRAS através de concurso público em 1978. Após o término do curso de Engenharia de Processamento Petroquímico, ao chegar à PETROBRAS, eu fui trabalhar na subsidiária que tratava dos negócios petroquímicos da PETROBRAS, a PETROQUISA. Por lá permaneci até janeiro de 2012, quando a PETROQUISA foi incorporada pela PETROBRAS. E, durante esse período, eu exerci uma série de atividades, cumpri uma série de missões a mim atribuídas em empresas coligadas do grupo, na posição de diretor de algumas empresas já operacionais e em outras em fase de implantação. Fui indicado para ocupar a diretoria do COMPERJ, das empresas COMPERJ, a diretoria coorporativa, quando da criação das empresas, em 2009. A minha atividade principal, ao longo desse período, era viabilizar a estruturação das empresas e estruturar os negócios petroquímicos do COMPERJ. Basicamente, essa era a minha atividade, e eu me coloco à disposição de V.Exas. para as perguntas que porventura me queiram fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Sr. Sérgio Bezerra.

Passo a palavra ao Relator. *(Pausa.)* Passo então a palavra diretamente ao Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes, que também é o autor do Requerimento nº 720/2015, de convocação do Sr. Sérgio Bezerra.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Sérgio, o senhor pode, rapidamente, a partir do ano de 2005 até o momento atual, dizer para mim aqui novamente — não sei se o senhor falou sobre isso, eu estava entrando aqui neste momento —, onde o senhor trabalhou na PETROBRAS?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Em 2005 eu estava trabalhando na implantação de um projeto petroquímico, uma planta de polipropileno jusante à REPLAN numa *joint venture* que havia sido formada naquela ocasião entre a BRASKEM e a PETROBRAS. Essa planta partiu no dia 23 de abril de 2008. Eu ainda permaneci um tempo, porque essa empresa estava em processo de incorporação na BRASKEM. Posteriormente, eu retornei para a PETROBRAS e logo em seguida me foi comunicado que o meu currículo havia sido escolhido para vir a ocupar uma posição nas empresas COMPERJ que estavam em fase de constituição. Isso me foi dito pelo Gerente-Executivo de Petroquímica da época. E, em 2009, quando as empresas foram criadas, eu tinha sido indicado então para ocupar uma das diretorias, com esta finalidade específica: cuidar da parte petroquímica do COMPERJ que havia sido definida em 2006 e estava em processo de estruturação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor então assumiu uma diretoria das empresas. O Presidente era o Sr. Nilo Vieira?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Sim, o Presidente era o Sr. Nilo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E os outros diretores quem eram?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Os outros diretores eram o Gilberto Moura, que era o Diretor Industrial, e o Laerte, que era o Diretor Financeiro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor participou de alguma licitação no COMPERJ, de alguma comissão de licitação?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Não, não participei de nenhuma comissão de licitação. Não participei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor, como diretor, participou de alguma compra, de alguma aquisição ou contração de obra ou de aquisição de material no COMPERJ?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Excelência, o meu trabalho tinha um caráter, eu diria, ainda muito prematuro para essa fase de obra. Nós estávamos muito distantes, no caso da petroquímica, ainda das obras. O que se discutia era dotar de viabilidade os projetos que existiam dentro daquela concepção original do COMPERJ, que posteriormente foi revisada. O trabalho consistia em interagir com os possíveis sócios em busca de uma forma de viabilizar esses projetos. Isso nós fazíamos através do estabelecimento de memorandos de entendimento ou protocolos de intenções, instrumentos jurídicos não vinculantes, não havia... Os sócios ou possíveis sócios que apareciam, nós conduzíamos os estudos e as avalições ao amparo desse documento. Esse documento, fundamentalmente, tem por princípio dizer que as partes são responsáveis pelos custos no desenvolvimento do projeto. A única coisa vinculante que esses protocolos de intenções ou memorandos de entendimento possuem é quanto à confiabilidade daqueles dados trocados. Ao término de uma avaliação desse tipo, quando se chega a uma fase conceitual do projeto, as empresas evoluem para a fixação de uma sociedade, se porventura a avaliação for bem-sucedida.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas, não tendo ido adiante, o senhor ficou até quando lá? Como se finalizou o seu período lá?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Ao término de 2012, praticamente, as atividades haviam cessado. Em 2013, as empresas remanescentes, aquelas que tinham sido criadas, foram incorporadas pela PETROBRAS. A partir desse momento eu retornei para a empresa e me juntei, no Abastecimento, à Gerência de Programas de Investimentos, onde eu permaneço até hoje.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor está hoje em qual setor?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Eu estou na Gerência de Programas de Investimentos, no setor de Estruturação de Parcerias e Desenvolvimento de Novos Negócios.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem é o superior?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - O meu superior é o Gerente-Executivo, Dr. Wilson Guilherme, e o meu chefe imediato é o Paulo Turazzi.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Seguindo a ordem de inscrições, com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu só quero fazer uma indagação ao depoente, Sr. Sérgio Bezerra. No depoimento do Sr. Pedro Aramis, que era Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS, e, depois, do Paulo Roberto Costa, da Presidente Graça Foster, afirmou-se e reafirmou-se aqui diversas vezes que tudo isso que aconteceu no COMPERJ, na PETROBRAS de um modo geral, foi fruto de um planejamento precário.

V.Sa. concorda com essa afirmação? No caso do COMPERJ, por exemplo, foi um planejamento precário que gerou essa situação que vemos hoje?

Da mesma forma, eu quero perguntar a V.Sa. quem o indicou para a diretoria, além do currículo que V.Sa. mencionou.

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Bem, planejamento precário... Eu diria que é muito difícil comentar em que bases o Sr. Aramis afirmou isso. Eu não conheço o relatório, não conheço o depoimento dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O planejamento do COMPERJ, V.Sa. entende que foi bem planejado, que estava tudo dentro dos conformes, que estava certo?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Sem dúvida, aquilo que seguiu para a fase 4, para implantação, ou seja, o projeto da refinaria — eu não o conheci em detalhes porque eu cuidava da parte de petroquímica —, o entendimento de todos nós era de que ele tinha as suas questões básicas muito bem definidas, um projeto básico com *FEED* pronto para ser licitado, como acabou sendo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O COMPERJ também tinha aquela questão de menos 15 mais 20 também? Ou não?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Os projetos seguem essa metodologia sugerida pela *EPA*, é uma prática usual em vários lugares, mas o melhor seria ter, lógico, uma faixa mais estreita, que permite uma precisão melhor, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me só informar a V.Sa. e talvez àqueles que nos acompanham, porque esse é um fator que eu desconhecia, a tabela, mas ela apareceu. Existe uma tabela de uma associação internacional que classifica em cinco classes, mas a classe para estimativa de licitação, quer dizer, que está preparado de fato para uma licitação, é de menos cinco mais dez. Nessa faixa de menos quinze é a classe quatro. É aquela que praticamente não tem o estudo, existe o projeto básico, mas não existem os projetos detalhados. Portanto, só confirma que quando o COMPERJ, quando a PETROBRAS fez todas essas licitações, de fato, elas não estavam preparadas tecnicamente para fazer a licitação, porque senão estaria enquadrada na classe um, que teria uma faixa menor, menos cinco, mais dez.

A segunda pergunta é relacionada à indicação de V.Sa. para a diretoria. Quem indicou V.Sa.?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Bem, meu currículo foi apresentado pelo Gerente-Executivo. Acredito que junto com vários outros e muito provavelmente pela minha experiência em atuação no setor petroquímico especificamente, por essa razão o meu nome foi escolhido e encaminhado à diretoria para aprovação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para encerrar, Sr. Presidente. O senhor conhece Nilo Carvalho Vieira Filho?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Sim. Ele era o Presidente das empresas COMPERJ S/A.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quando ele esteve aqui na CPI, disse assim: *"Um se chama Sérgio Bezerra."*

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Sou eu.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E depois o Deputado Arnaldo Faria de Sá: *"O Sérgio foi indicado por quem?"* E o Nilo disse assim: *"Pelo Paulo Roberto Costa."* V.Sa. conhecia o Paulo Roberto Costa há muito tempo?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Não, eu conhecia o Paulo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi ele quem indicou V.Sa.?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Mas esse é um protocolo na empresa. Quem encaminha o nome das pessoas é o diretor responsável pela área. E o Paulo era o diretor responsável pela área de abastecimento. A indicação dos diretores

naquela ocasião se fazia para empresas que haviam sido criadas dentro da área de abastecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele não fez nenhuma recomendação quando indicou V.Sa.?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Nenhuma observação. Nenhuma recomendação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. desconhecia completamente o que está acontecendo, os casos que estão se revelando agora? V.Sa. não tinha conhecimento nenhum? Não suspeitou de nada?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Completamente. Nunca. Nunca. Para decepção geral. Eu sou um daqueles que, da mesma forma que os senhores, me decepcionei profundamente com tudo isso a que a gente assiste: a nossa empresa nas páginas policiais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Bom, Sub-Relator Altineu Côrtes, alguma pergunta ainda?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não, Sr. Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Sr. Sérgio Bezerra, o senhor tem alguma consideração a fazer para encerrar?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Não, senhor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Deputada Eliziane Gama.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Perdão, não a havia visto. V.Exa. tem garantido o seu tempo para perguntas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vou fazer só uma pergunta, Sr. Presidente, até porque eu estava ausente e acredito que algumas de nossas perguntas já foram feitas por outros Parlamentares. Sr. Sérgio Bezerra, como Diretor Corporativo do COMPERJ o senhor nunca notou que havia algo errado nas licitações? Nós sabemos que essa questão de aditivos, de aumentos expressivos nos valores finais, algo que temos fixado nessa situação, porque nós sabemos que é exatamente na licitação que começa todo o processo de pagamento de propina, de

superfaturamento, dos aditivos que virão depois, e aí vai. O senhor não conseguiu sentir, na posição que o senhor assumia como Diretor Corporativo do COMPERJ, essas irregularidades ou pelo menos a suspeita de irregularidades dessa natureza?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Excelência, com toda certeza, a senhora está falando da licitação da refinaria que havia recebido a aprovação para ser implementada. Nós estávamos muito longe desse trabalho, que era conduzido pela Engenharia. A Engenharia, recebida a orientação do cliente para implementar, é quem dá início a esse processo de licitação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A Diretoria Corporativa não faz essa interação entre clientes? Não havia, na verdade, essa interação da Diretoria Corporativa com os clientes e os fornecedores?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Não, porque...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quais os contatos que havia entre vocês?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Nós não tínhamos absolutamente nada a ver com a implementação da refinaria. Inclusive, para ser mais preciso na minha informação, nós trabalhávamos em prédios diferentes. As empresas do COMPERJ ocupavam um prédio e a Engenharia e a Gerência de Implantação, responsáveis pela implantação da refinaria, estavam em outras dependências. Não havia contato nenhum, não sabíamos como as coisas vinham acontecendo, não tínhamos esse... Houve uma separação muito definitiva em relação à implementação da refinaria, que era a frente de obra e a frente que cuidava da estruturação do projeto, mais especificamente naqueles itens relativos aos projetos petroquímicos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então não havia contato, por exemplo, com o “clube das empreiteiras”? Esses contatos entre vocês não existia de nenhuma forma?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Não, nunca tive.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Sa. nunca ouviu, pelo menos de forma nebulosa, comentários sobre a existência de pagamentos de propina e de superfaturamento?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Só soube disso pela imprensa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Lá o senhor nunca ouvir falar?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Nunca ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputada Eliziane Gama.

Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente para suas considerações finais. O senhor tem mais algo a dizer?

O SR. SÉRGIO MARTINS BEZERRA - Não, não tenho nenhuma consideração, a não ser desejar aos Srs. Deputados toda a sorte do mundo e toda a capacidade para apurar essa coisa para nós tão vergonhosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vou dispensar o senhor, então. Obrigado pela presença.

Chamo o Sr. Carlos Frederico Trevia. *(Pausa.)*

O Sr. Carlos Frederico Trevia, ex-Gerente de Relacionamento e Comunicação da PETROBRAS, foi convocado para depor nesta CPI em razão da aprovação do Requerimento nº 373/2015, do Deputado Altineu Côrtes.

Sr. Trevia, V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha. Esclareço que recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e o que lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 a 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o de que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre ele as penas cominadas no crime de falsa testemunha, previsto no art. 342 do Código Penal.

Peço que V.Sa. faça a leitura do juramento.

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para as normas da Casa estabelecidas no Regimento Interno.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo desta Comissão, segundo o art. 256, §2º, não podendo ser aparteado.

Com a palavra, para suas considerações iniciais, por 20 minutos, o Sr. Carlos Frederico Trevia.

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - V.Exa. me permite só uma pequena correção? Eu fui Gerente de Relacionamento e Comunicação das empresas COMPERJ, não da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Está o.k. Obrigado.

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Eu fiz concurso para a PETROBRAS em 2000 e entrei na PETROBRAS no início de 2001. Eu me formei engenheiro de produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois fiz mestrado em Administração na PUC do Rio de Janeiro. Quando entrei para a PETROBRAS eu fui trabalhar na área de novos negócios. Depois eu fui trabalhar no abastecimento, onde fui ser coordenador na área petroquímica. Nessa época eu fiz o meu mestrado e fiz a minha dissertação de mestrado na área de participações, de parcerias, olhando como a empresa se prepara para a realização de parcerias, de novos negócios. Depois de ser coordenador no abastecimento eu fui convidado pelo Presidente do COMPERJ à época, o Nilo, para assumir uma gerência no COMPERJ de relacionamento e comunicação. E aceitei. Eu fiquei 2 anos como Gerente de Comunicação do COMPERJ. Aí a empresa COMPERJ foi incorporada e eu voltei para o abastecimento. Depois eu fui assumir uma coordenação no CENPES, a Coordenação de Conteúdo Local, que também tinha essa parte de relacionamento externo que eu vivia no COMPERJ. Em seguida fui ser coordenador da implantação de uma sistemática de projeto de investimento no CENPES também, que a gente terminou uma fase de implantação em dezembro último. E hoje eu estou trabalhando na Gerência de Organização, Desempenho e Gestão do CENPES, sou Engenheiro de Produção Sênior. Hoje eu não tenho função. Então, falando um pouco da minha experiência como gerente no COMPERJ, eu era Gerente de Relacionamento e Comunicação e abaixo de mim havia a Gerência de Comunicação, uma gerência setorial, uma gerência de relacionamento externo, a Gerência Setorial de Relacionamento Externo, e uma gerência setorial de responsabilidade social. Falando um pouco desses trabalhos, vou trazer-lhes alguns dados da época, que eu vivi na época. Esses dados foram apresentados em várias oportunidades, publicamente, tanto na ALERJ quanto no Fórum COMPERJ, onde participavam representantes do Governo Federal, do Governo Estadual, das universidades, das Prefeituras, do CONLESTE. Foram apresentados também diretamente nas

Prefeituras e, enfim, nas audiências públicas da obra. O nosso trabalho envolvia, por exemplo... A gente disseminava esses projetos de que eu vou falar um pouco aqui num jornal chamado *Comperj Informa*, que na época a nossa equipe produzia. Então, diversas informações aqui saíram nesse jornal, que é público. Na época, 50 mil exemplares desse jornal já tinham sido trabalhados e distribuídos pela nossa equipe. Então, um dos projetos que a gente acompanhava na época e dava apoio em campo, tentava ajudar a estruturar, a realizar, era o de qualificação profissional. Na época, mais ou menos 2011, 2012, quando eu saí, já tinham sido treinadas aproximadamente 10 mil pessoas, e existia a obrigação da PETROBRAS de treinar 30 mil pessoas ao longo da obra. Estou falando de uma foto mais ou menos do final de 2011, com várias instituições com que a gente fazia convênios. Quando digo "a gente" é PETROBRAS; a gente, COMPERJ, acompanhava em campo, ajudava na interlocução, via as necessidades da região e apontava: *"Olha, essas comunidades aqui estão pedindo isso, aquelas comunidades estão pedindo aquilo, tais profissões..."* Então, a gente ajudava nessa interação com a região. Na época, a gente até fez uma pesquisa. A data dessa pesquisa é abril de 2011. Tudo isso já foi apresentado publicamente. Mais de 50% dos qualificados por esses programas conseguiram emprego na época. Aproximadamente 60% das pessoas que treinaram nesses cursos melhoraram as suas rendas. Às vezes tinham um emprego e passavam para outro emprego melhor. E mais de 60% das pessoas que tinham participado trabalhavam na região do COMPERJ. Inclusive, essas informações do Fórum COMPERJ foram apresentadas ao INEA na época. Outro projeto que a gente acompanhava era o de desenvolvimento de fornecedores locais. Tínhamos um convênio com o SEBRAE. E mais de mil empresas... Aproximadamente 150 eventos que a gente realizou de capacitação, de empreendedorismo, para os empresários locais, para pequenos empresários. Outro projeto que a gente apoiava, em que a gente interagia era com a Rede Petro Leste Fluminense. A Rede Petro tinha 33 empresas. A gente também interagia muito com eles. Com relação aos projetos sociais da PETROBRAS, na época, aproximadamente... Estou falando de números que eu tentei resgatar da época; estou arredondando. Alguns números aqui são aproximados. Mas mais de 5 mil pessoas tinham participado dos projetos sociais da PETROBRAS na região, em eixos como geração de renda, direitos da criança,

educação e alfabetização. Geração de renda, por exemplo, mais de 2.500 pessoas; direitos da criança, mais de 2.300 pessoas; educação e alfabetização, mais de 700 pessoas já tinham participado — números de 2011. Ajudávamos, apoiávamos um convênio com o Vital Brasil — também era da PETROBRAS —, a gente fazia o papel de ajudar em campo. Então, mais de 700 pessoas qualificadas nesse convênio em profissões voltadas para a área de saúde e meio ambiente. Houve também programas de educação ambiental com a UERJ. Tenho aqui números de aproximadamente mil pessoas, professores e representantes da sociedade civil que foram qualificados na região nesses programas de educação ambiental. Programas de valorização da cultura também. Tenho aqui o número de mais de 200 professores capacitados pela UERJ na região. A PETROBRAS mantinha um convênio com a UFES também de indicadores do milênio. Cinquenta e oito indicadores eram acompanhados. Tinham indicadores específicos da região do CONLESTE também. Quando eu saí do COMPERJ, os últimos relatórios que tinham sido publicados pela UFES eram referentes ao ano de 2010, porque leva praticamente 1 ano para elaborar. Então, é início de 2012, final de 2011, aproximadamente — não me recordo — foram publicados os relatórios de 2010. Os indicadores monitoravam a fome, a educação básica, a igualdade entre sexos, por exemplo, mortalidade infantil, saúde da gestante, doenças, qualidade de vida no local, responsabilidade com o meio ambiente, o desenvolvimento, a equidade social. Eram diversos indicadores que esses relatórios possuíam, e a gente realizou esse trabalho de acompanhar a UFES, de acompanhar as discussões com as Prefeituras, com as comunidades. Nessa linha nós tínhamos também o projeto da Agenda 21, que a PETROBRAS patrocinou ou apoiou — não sei se a palavra é esta. Planos de desenvolvimento locais de 14 Municípios da região. Essa Agenda 21 foi constituída e seguiram discutindo sempre os problemas, as oportunidades dos Municípios, levando, a partir daí, as demandas. Esses planos de desenvolvimento local priorizavam... *"Olha, em cada Munícipio, que projetos são mais importantes..."* Também houve um convênio com a UFES para planos diretores das cidades. Então, a PETROBRAS também apoiou 11 planos diretores de 11 Munícipios. A gente também participou, acompanhou todo esse trabalho. Tudo isso eram projetos que ajudavam a diagnosticar o que estava acontecendo na região e a propor soluções e colocar

todas as partes para discutir entre elas e chegar às melhores soluções para a região. Também houve um acordo de cooperação com o Ministério das Cidades, o BNDES e a Caixa que a PETROBRAS fez e que buscava verificar que projetos eram mais importantes, olhar esses diagnósticos e tentar trazer, pegar as linhas de financiamento existentes para os projetos da região. Tudo isso a nossa equipe apoiava, ia a campo, promovia eventos, fazia reuniões com as partes, informava no COMPERJ. Até voltando à questão da qualificação, muitas vezes, a gente via que as pessoas não participavam, não se inscreviam porque não sabiam o que ia acontecer. Era um trabalho de divulgar, de informar as comunidades. Houve até um caso numa audiência pública em que a gente... Foi colocado pela PETROBRAS: *"Vocês não fizeram qualificação." "Nunca fizeram na nossa comunidade."* E foi apresentado, está lá registrado. Tinham acabado de ocorrer, meses antes, turmas de qualificação naquela comunidade. Então, é difícil as pessoas conhecerem, receberem todas as informações. Então, é um trabalho que a gente fazia, pequeno, em cada comunidade. Íamos fazer o diálogo social, íamos comunicar, íamos explicar os impactos do COMPERJ. Eu ouvia as questões daquelas comunidades. Eu estou tentando mostrar aqui um pouco como era o nosso trabalho, o nosso envolvimento, a visão que a gente tinha das empresas no COMPERJ após a conclusão da obra. Então, quem ficaria no Complexo seriam as empresas que se instalariam lá. E, desde o momento da obra, a gente já fazia esse papel de estar lá conhecendo o público, os afetados, as comunidades, enfim, tentando se relacionar, desde o início, para criar essa boa relação e ajudar a mitigar esses impactos. Enfim, basicamente era isso — acho que já passei. Era para dar uma ideia do trabalho. Foi um trabalho a que a nossa equipe se dedicou muito, um trabalho muito grande. A gente, então, tem muito orgulho desse trabalho, e eu fico à disposição para as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado.

Vou passar a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)*

Direto, então, ao Deputado Altineu Côrtes, autor do requerimento e Sub-Relator desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Carlos, em 2006, o senhor foi parte em um processo de fiscalização do Tribunal de Contas da União relacionado à Petroquímica Triunfo.

O senhor se lembra do motivo pelo qual o senhor foi relacionado?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não, Excelência, eu não me recordo de ter tido nenhum problema, nenhum processo. Eu, quando fui da Petroquímica... Eu fui Conselheiro Suplente da Petroquímica Triunfo. A gente praticamente não participava. A gente tinha um trabalho técnico na PETROBRAS, de analisar os assuntos, os resultados das empresas e tal, e gerar análises técnicas para a PETROBRAS, muitas vezes a gente buscava dentro da PETROBRAS informações para poder então fazer essas análises de questões tributárias, ou questões financeiras, ou o que for, das empresas, e os Conselheiros então... A gente gerava essas análises, e os Conselheiros atuavam. Então, eu não me recordo de nenhum problema, nada a que eu tenha respondido. Nunca fui consultado sobre isso. Talvez por eu ter sido Conselheiro Suplente, talvez o meu nome esteja citado, mas não...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Nesse momento em que o senhor participou do Conselho da Triunfo... Como é que foi a história do senhor? O senhor participou no momento em que a PETROBRAS comprou a Petroquímica Triunfo? Como é que foi essa passagem do senhor lá?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Olha, quando eu fui trabalhar na Petroquímica como coordenador, na área petroquímica... Eu não sei precisar as datas agora, mas eu tive participação em alguns Conselhos como suplente. Agora, da data de entrada e saída agora eu não me recordo. Mas foi assim: eu era coordenador e, em alguns momentos, nós, os coordenadores — era mais de um —, e a equipe entrávamos para participar como suplente de algum Conselho. Geralmente, os titulares eram os gerentes, os gerentes-gerais, os gerentes executivos, e a gente então só participava porque a gente estava dando apoio àquela área e então a gente tinha essa participação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Aí o senhor ficou lá até quando?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Da Petroquímica eu saí em 2010, quando eu fui para o COMPERJ.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Aí a Petroquímica já estava sob a responsabilidade da Braskem? Como é que foi essa história?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Olha, também não me recordo exatamente da data em que houve a parceria com a Braskem, a incorporação de alguns ativos, a fusão...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor esteve nesse momento em que houve essa...? O senhor esteve no momento em que a PETROBRAS comprou a Triunfo e depois quando houve a passagem para a Braskem? O senhor estava nos dois momentos?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Que eu me lembre, quando eu fui para o Abastecimento, já tinha sido comprada uma parte da participação de uma outra empresa na Triunfo e a PETROBRAS tinha se tornado majoritária na Triunfo. É o que eu lembro. Quando eu fui, já estava assim. E, durante o tempo em que eu estava lá, pelo que eu lembro, houve esse acordo com a Braskem. Que eu lembre, a Triunfo passou para a Braskem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - A auditoria da PETROBRAS aponta o senhor como um dos 19 responsáveis pelas irregularidades das licitações na RNEST e no COMPERJ. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Olha, o ponto de que eu tenho conhecimento — primeiro, eu não tenho a ver com a RNEST; eu tenho a ver somente com o COMPERJ — é um ponto de atenção, como está escrito lá, referente a um procedimento interno da PETROBRAS, relacionado a um contrato do COMPERJ, mas que...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual é o contrato?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - É um contrato com uma empresa chamada Pragmática. Mas o ponto é prévio a esse contrato. O ponto, na verdade, fala do processo de contratação. É um ponto de atenção, como eu falei, referente a um procedimento interno e que está sendo esclarecido lá na PETROBRAS. Agora, o que é importante...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Essa empresa Pragmática foi contratada para quê?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Qualificação profissional. Se me permitir só terminar aqui o ponto, esse ponto é só em relação ao procedimento interno, e não foi apontada nenhuma irregularidade, nenhum desvio. Não se trata

disso. É prévio a esse contrato e se refere só ao processo realmente. E depois, na PETROBRAS — também é importante frisar isto —, o processo foi todo conduzido e feito na PETROBRAS, sem a minha participação. Da comissão de licitação à instauração do processo, eu não tive participação em nada disso. O que acontece? Como a gente acompanhava os trabalhos em campo, a empresa anterior, que já prestava esse serviço, era acompanhada pela minha equipe. Quando eu cheguei ao COMPERJ já existia esse trabalho, então a gente ajudava, a equipe ajudava, fornecendo informações sobre o trabalho que a gente acompanhava para a PETROBRAS. Após a conclusão dessa contratação, a PETROBRAS, então, informou pra gente: *"Olha, esta empresa aqui ganhou, vai trabalhar em qualificação profissional. Então, vocês interajam com ela".* Então, foi assim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor responde a algum processo que é de seu conhecimento no Tribunal de Contas da União, ou já foi condenado?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem te nomeou lá pro COMPERJ? Quem te convidou? Você falou que alguém o convidou.

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - É. O que eu falei foi do Presidente do COMPERJ. Eu era do abastecimento — o COMPERJ estava ligado ao abastecimento —, eu era coordenador, e ele me convidou pra essa Gerência de Relacionamento e Comunicação, que na época estava vaga.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O que o senhor sabe, já que o senhor era da área do abastecimento, e a PETROBRAS tem algumas *traders* ou *brokers* que comercializam petróleo para ela, enfim, produtos, compram e vendem? O que o senhor sabe sobre isso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Eu nunca tive nenhum contato com essa área do abastecimento. A nossa área era só petroquímica, e só nessa parte de participações também; não tinha nada de comércio, de comercialização.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quando a PETROBRAS comprou a Petroquímica Suzano, o senhor participou de algum conselho, de alguma reunião, o senhor soube dessa transação?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Sim. Ela aconteceu na área em que eu estava. Então, eu participei de algumas reuniões.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Do que o senhor participou? Conte-me um pouco sobre isso aí.

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - A nossa área acompanhava as participações da PETROBRAS na área petroquímica. Nem todas eu acompanhava. Eu acompanhava algumas participações, como eu falei, fazendo análises técnicas sobre os assuntos. Então, eu estava lá, eu tive participação, eu vi que todo esse movimento aconteceu. Eu participava nessa parte de análises técnicas sobre os Conselhos. Era muito voltado para a parte de governança, de conselho de administração.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sobre as denúncias de corrupção nessa área. Petroquímica que envolve o Grupo Suzano, as denúncias dos ex-proprietários da Petroquímica Triunfo, o senhor estava dentro desse furacão. Como era isso dentro da PETROBRAS?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Olha...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor tem que me dizer o que é. O senhor estava ali dentro; o senhor não ouvia também nada disso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não, era um... Como qualquer processo normal de fusão e de aquisição, aconteciam reuniões. Enfim, a gente via isso acontecendo, mas não tinha nenhuma informação sobre essas questões de alguma dificuldade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É porque, para nós da CPI — eu, pelo menos, pretendo fazer isso; se Deus quiser eu vou fazer isso —, nessa questão petroquímica, você participou de conselhos. Então você participou ali das decisões. Eu estou lhe perguntando o seguinte: quando aconteceu a compra da Triunfo, e, depois, quando isso foi passado para essas associações com a Braskem e, depois, em relação à Suzano — também não sei se foi exatamente no mesmo momento, mas próximo —, houve várias denúncias de corrupção, de vantagens. O senhor estava ali dentro. Como é que vocês falavam sobre isso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não, na época não existia nenhuma denúncia. Não me lembro assim de ter nenhuma denúncia, e não tinha essas

questões. E a minha participação como conselheiro suplente... O conselheiro suplente nem vai às reuniões. Então...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Só se o titular faltar, né?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Só se o titular...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O suplente só vai se o titular faltar.

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - É, é. Então, só em algum caso eu posso ter participado de alguma reunião, mas dessas reuniões referentes às fusões eu nem participei, nos conselhos, eu não aprovei nada, eu não tinha nenhuma aprovação em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor recebeu... Quando o senhor foi gerente de relacionamento lá do COMPERJ o senhor teve contato pessoal ou recebeu algum pedido do Sr. Paulo Roberto Costa para atender a alguma empresa?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Bom, Sr. Presidente. Por mim eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nessas Comissões de Inquérito que a PETROBRAS abriu e que analisaram vários casos, em algum deles V.Sa. foi citado, apresentou defesa ou nem sequer foi citado em algum deles?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Perdão, Excelência. Qual é o processo?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A PETROBRAS abriu várias Comissões de sindicância diante de todos os acontecimentos de que todos nós temos informações. Em algum deles V.Sa. foi citado, precisou apresentar defesa ou nem sequer foi citado em alguns?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Em nenhum deles. Eu não tenho nem conhecimento. Eu não recebi, nunca soube e não fui citado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nessas auditorias também não?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não, que eu lembre não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. foi responsável por algum contrato no COMPERJ, do ponto de vista da execução? A gerência, a execução de algum contrato estava sob sua responsabilidade?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - No COMPERJ, que eu lembre, eu só assinei um contrato com uma gráfica para esse jornal do COMPERJ, para imprimir esse jornal. É um contrato de aproximadamente 40 mil reais, e eu não era nem o gerente do contrato, era alguém da minha equipe, algum dos gerentes setoriais. Foi o único contrato que eu me recordo assim de ter assinado no COMPERJ.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Controladoria-Geral da União também? Na Controladoria-Geral da União V.Sa. não responde também a nada?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nada de que tenha conhecimento.

V.Sa. foi suplente no Conselho de Administração da Petroquímica Triunfo. Essa petroquímica também é alvo de toda essa operação conhecida aí como Lava-Jato, porque ela, ao ser incorporada pela PETROQUISA, teve parentes que teriam apresentado denúncias.

Nesse período em que V.Sa. esteve como suplente do Conselho de Administração da Petroquímica Triunfo, V.Sa. ouviu algum comentário, teve alguma informação acerca desse processo em que a PETROBRAS se torna majoritária dessas reclamações de parentes e de antigos acionistas majoritários da Triunfo? Ouviu alguma coisa dessa ordem, dessa natureza?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Olha, o de que eu tenho conhecimento é dos jornais. A gente vê nos jornais algumas notícias, mas, dentro da PETROBRAS, eu não tenho nenhuma informação. Nunca ouvi nenhuma informação sobre essas denúncias, alguma apuração. Nunca fui perguntado sobre isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E hoje V.Sa. ocupa que cargo na PETROBRAS?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Hoje o meu cargo é de engenheiro de produção sênior. Eu não tenho função. Não sou gerente, não sou coordenador...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas está lotado onde?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - No CENPES.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Está lotado no CENPES: funcionário de carreira, hoje ocupando uma função de engenheiro de produção no CENPES?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Pela ordem de inscrições, tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, a pergunta vai ser genérica, porque, de fato, parece que o depoente desconhece alguma irregularidade.

V.Sa. era gerente de relacionamento de comunicação. Normalmente, comunicação está muito ligado aos diretores ou ao comando, até porque tinha que dar... Eu não sei se o COMPERJ foi muito questionado ou não, se a mídia... Se tinha muita mídia ou não... Havia algum conhecimento?

Por exemplo, esse negócio da Triunfo está nas redes sociais já há muito tempo, essa denúncia dos ex-sócios de que sofreram questionamentos aí com relação à questão da PETROBRAS. Eu não sei se V.Sa. conhece o que está nas redes sociais sobre isso da Refinaria Triunfo, sobre a denúncia que existe contra a Braskem, a PETROBRAS. V.Sa. tem conhecimento disso ou não?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Eu ouvi algumas notícias nos jornais...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Oficialmente...

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - ...mas não tenho acompanhado depois que eu saí da petroquímica.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas aquelas denúncias têm alguma veracidade? V.Sa. tem algum conhecimento sobre isso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não. Como eu falei, enquanto...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que o COMPERJ... Se realmente houve alguma manifestação ou se houve alguma conversa sobre isso de que V.Sa. tenha participado ou tenha ouvido.

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não. Não, na época, até eu sair de lá, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com o que V.Sa. poderia contribuir para a CPI com relação ao COMPERJ? V.Sa. presenciou alguma irregularidade, algum comentário em relação a essa questão das propinas? Por exemplo, o próprio Diretor

Júlio Camargo, no depoimento que fez aqui, disse que realmente teve essa questão do Consórcio TUC, a questão da construção da unidade de utilidades. V.Sa. teve conhecimento dessa unidade, desse Consórcio TUC, que é o complexo que foi feito com o COMPERJ?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não. Não era a minha área. Eu não tenho informações sobre essa área.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas V.Sa., como comunicador, gerente de relacionamento de comunicação, nunca participou, nunca perguntou? Nunca saiu nada sobre isso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não. A minha área, como comunicação, era essa área a que eu me referia, de projetos sociais, comunicação com as comunidades. Sobre questões de obra eu não tinha nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O COMPERJ tinha especificamente uma área só de assistência social?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Tinha essa gerência de comunicação, que cuidava dos projetos sociais, da comunicação, de responsabilidade social e relacionamento com as comunidades.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só isso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Era a minha área.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E nessa área nunca teve nenhuma denúncia, nenhum problema?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual foi o investimento do COMPERJ nessa área social? Tem noção disso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Eu não tenho o número porque, na verdade, eles continuaram até depois que eu saí, os projetos sociais... E muitos desses projetos sociais são projetos coorporativos da PETROBRAS, e o investimento é da área de comunicação institucional da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A PETROBRAS que patrocinava tudo isso?

O SR. CARLOS FREDERICO TREVIA - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ok., Sr. Presidente. Não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Então, dispenso o Sr. Carlos Frederico.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Desculpe-me.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputada Eliziane...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Desculpe-me. Está tendo votação nominal, viu, Deputado Izalci. Talvez a pressa de tentar votar tenha atropelado V.Exa. Eu peço desculpas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas eu fico falando, e os outros Parlamentares podem ir lá fazer a votação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade eu nem vou fazer uma pergunta ao Sr. Carlos Frederico porque, na verdade, eu estou fazendo um levantamento das minhas perguntas, e parece que todas já foram feitas e parece que ele não sabe de nada ou não viu e não sabe... Coisa muito parecida com os demais que já passaram por aqui hoje.

Eu queria cumprimentar o Sub-Relator Altineu. Eu acho que ele tem tido um trabalho muito interessante nos trabalhos desta Comissão, ouvindo de uma forma específica os servidores, seja da PETROBRAS, seja das companhias, enfim. Mas, ao mesmo tempo também, nos traz certa indignação e certa inquietação também, Sr. Presidente, pelo ritmo dos trabalhos da CPI. Nós tivemos na última semana uma CPI totalmente esvaziada; nós não conseguimos ouvir. As pessoas vinham aqui e não falavam, eram liberadas de uma forma imediata. E o que temos é que, dia após dia, temos um fato novo que é apresentado pela Operação Lava Jato, pela investigação da Polícia Federal, pela Justiça Federal, pelo Ministério Público Federal, pela imprensa, diga-se de passagem. E um detalhe: a imprensa não tem nem metade ou quase nada dos instrumentos que esta Comissão tem. Nós temos acesso a documentação sigilosa, nós temos instrumentos, na verdade, para quebra de sigilo, para busca das informações que são realmente necessárias e, na verdade, não buscamos, Presidente.

Agora mesmo, estamos tendo as informações publicadas pela imprensa local apontando, por exemplo, a possiblidade de beneficiamento do ex-Presidente da República. Nós já pedimos aqui, nesta CPI a convocação dele. Já inclusive

protocolamos hoje a quebra dos sigilos do seu Instituto. Eu acho que está na hora de a CPI mudar um pouco o seu foco e buscar os grandes. A gente está jogando aqui equipamento gigante para pegar os pequenininhos. E os pequenininhos vêm aqui e não conseguem dar informação, coisa nenhuma.

Amanhã, nós temos aqui, já apresentada pelo Presidente, a relação de convocação. E sinceramente eu fui muito feliz, porque, na apresentação que foi feita pelo Presidente, foram colocadas, por exemplo, as quebras. Mas, ao mesmo tempo que a minha felicidade veio, a minha frustação foi imediata, porque eu acabo de saber que a sessão deliberativa de amanhã será no mesmo horário da CPI. Ou seja, vamos começar aqui às 9h30min, já com a possibilidade de, a qualquer momento, haver uma deliberativa e não ser aprovado nada aqui de novo, como nós estamos fazendo em várias outras sessões e reuniões desta Comissão.

Portanto, eu queria deixar o meu protesto e dizer que, ou mudamos o foco, fazemos a investigação com muito mais aprofundamento e amplitude, buscando e usando os instrumentos que nos são peculiares, ou então nós vamos ficar a reboque de tudo, inclusive da imprensa, que está de parabéns, que faz um trabalho extraordinário, utilizando das ferramentas que, na verdade, lhe são asseguradas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Ocorre que, quando tem alguém que quer contribuir e aceita responder às perguntas, temos aqui o Presidente, o Sub-Relator e a nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É verdade, Presidente, mas só que hoje também o dia é intenso. Talvez por conta disso os outros Parlamentares não tiveram interesse de vir aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Talvez porque o depoente que aqui esteja não atraia tantos holofotes. Mas é a vida.

Eu dispenso o Sr. Carlos Frederico. Agradeço a sua participação e convido o Sr. Marcos José Pessoa de Resende. *(Pausa.)*

Quero também deixar registrado para a nobre Deputada que a pauta que foi apresentada. Eu sequer tive conhecimento dela como Relator. Estava preparando uma pauta que entendia, como Relator, ser essencial aos trabalhos. Também vou apresentar a minha pauta. Apenas para deixar registrada essa posição.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, como V.Exa. está investido da autoridade de Presidente, eu queria inclusive dizer que a pauta de amanhã é uma pauta extraordinária, é uma pauta incrível. Eu fiquei até impressionada com ela. Quando eu li cada ponto da pauta, eu vibrei. V.Exa. não tem noção do quanto. Aí eu fui para o Plenário e tive informação de que vai ser no mesmo horário. Então, é uma pauta que não vai ser votada. Eu estou sentindo isso porque, pelo que estou percebendo, haverá compatibilidade de deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Nós teremos uma reunião interna fechada, com a pauta Kroll. E logo depois é que teríamos a sessão deliberativa. O que eu estou apenas registrando é que, normalmente, a pauta é construída em conjunto com o Relator. Esta pauta com que V.Exa. vibrou é uma pauta sobre a qual eu ainda não tive conhecimento.

Estamos esperando a chegada aqui do Sr. Marcos José Pessoa de Resende, da RNEST. *(Pausa.).*

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do dispositivo dos art. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas combinadas no crime de falso testemunho previsto no art. 342, do Código Penal.

A testemunha lerá o juramento.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Sa. dispõe de até 20 minutos para poder fazer a sua apresentação.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Em primeiro lugar, boa noite a todos, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sub-Relator, Srs. Deputados, meu nome é Marcos Resende. Eu sou engenheiro mecânico, formado na Universidade Federal de Pernambuco em 1977. Entrei na PETROBRAS... Perdão, trabalhei 10 anos na iniciativa privada e, em 1987, prestei concurso na PETROBRAS e entrei para

trabalhar na Engenharia, na Engenharia da PETROBRAS, inicialmente nas obras do Norte e Nordeste, entre os Estados de Sergipe e Alagoas. Já no ano de 1988, eu fui transferido para Aracaju para trabalhar numa obra de estação de compressão de gás, Estação de Atalaia. Só voltando um pouco a 88, eu fui assumir o primeiro cargo na PETROBRAS, um ano depois que eu tinha entrado, em 88, que foi uma sessão de apoio técnico, numa obra de Pilar, em Alagoas. Em 1990, eu fui para a RLAM — Refinaria Landulpho Alves da Bahia —, onde permaneci durante 10 anos. E participei, trabalhei em obras importantes, como a construção das Unidades de Destilação Atmosférica e a Vácuo, Unidade 32, na Unidade de Craqueamento Catalítico, Unidade 39, que é uma unidade que trabalha com a matéria-prima que é o resíduo da destilação, um resíduo pesado, transformando-o em GLP e gasolina. Dentro desse período, trabalhei também na RLAM, em obras de interligações entre unidades e reforma de unidades existentes, o que a gente chama de REVAMPs, REVAMPs de unidades existentes. Em 1900... na verdade, em 2000, eu fui trabalhar em outro empreendimento de obras para a TRANSPETRO, dentro do programa implementado pela PETROBRAS, programa chamado de PEGASO — Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional. Nesse empreendimento, nós fizemos obras nos terminais e dutos, desde a Bahia até o Amazonas. Então, eu fiquei de 2001 até 2008 trabalhando em todos os Estados, desde a Bahia até o Amazonas. Em julho de 2008, eu fui trabalhar, eu fui assumir a gerência de um dos empreendimentos de construção da refinaria do Nordeste. Eram cinco empreendimentos, e eu era responsável pelo empreendimento de construção das unidades de hidrorrefino, da parte de tratamento de água, da parte de refrigeração de água e da parte de tratamento de efluentes. As minhas atribuições, como Gerente de Empreendimento, eram promover as licitações das Unidades do Escopo do Empreendimento, que era o IHT, de acordo com os requisitos corporativos, com os procedimentos corporativos, alinhados ao Decreto nº 2.745, e gerir pessoas e processos de forma a promover a implantação das unidades, em atendimento às metas corporativas, atendendo também aos requisitos contratuais de qualidade, de segurança e de meio ambiente. Essas eram as atribuições dos Gerentes de Empreendimento. O escopo desse empreendimento, e um pouco mais de detalhe — eu vou dividir por contratos —, tinha um contrato para as Unidades de

Hidrorrefino. Na realidade, dois trens que nós chamamos são duas baterias de unidades iguais e cada trem desse composto de uma unidade de destilação... desculpa, uma unidade de hidrotratamento de *diesel*, capacidade de cada uma de 13 mil metros cúbicos por dia; uma unidade *diesel* de tratamento de nafta, com capacidade de 6 mil metros cúbicos por dia; e uma unidade de geração de hidrogênio, com capacidade de 3 milhões de metros cúbicos por dia. Então, cada trem, cada um dos dois trens é composto dessa forma. O segundo contrato era uma estação de tratamento de água, com capacidade de 2.100 metros cúbicos por hora de tratamento, e o terceiro contrato era uma estação de tratamento de despejos industriais de toda a refinaria com a capacidade de 600 metros cúbicos por hora e, no mesmo contrato, uma estação de resfriamento de água com três torres, sendo uma para atender a parte de casa de força de utilidades e mais duas torres que atendiam, cada uma, um trem. E, na verdade, eu falei três contratos — a bem da verdade tinha mais dois contratos que eram os fornos que se localizavam dentro das Unidades de Hidrorrefino. Então, tinha mais um forno de aquecimento de *diesel* e dois fornos de aquecimento de diesel e um forno de aquecimento de nafta. Cada um desses era um contrato; então, no total, cinco contratos. Eu concluí; todo esse escopo já está concluído. A estação de tratamento de água iniciou a operação em março de 2013; a estação de tratamento de efluentes iniciou a operação em outubro de 2014; a refrigeração de água, em março de 2014, e a principal estação e a principal unidade que eu diria que gera o principal produto da refinaria, que é o Diesel S-10, em fevereiro de 2015, agora. E hoje o primeiro trem da refinaria está operando. Eu, então, concluída a minha missão na refinaria, me aposentei no dia 6 de abril deste ano, depois de 39 anos de trabalho, dos quais 28 pela PETROBRAS. E é esse meu histórico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Passo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes, do eixo refinarias, que é autor do requerimento e que fará as perguntas a V.Sa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Dr. Marcos, quem indicou o senhor para ocupar a função de Gerente de Implementação do empreendimento na RNEST?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Sr. Glauco Legatti.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era a relação do senhor com o Sr. Shinko Nakandakari?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Nenhuma; não o conheço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quais os donos de empresa na Operação Lava Jato com quem o senhor teve relacionamento?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Eu, como Gerente de Empreendimento, sediado lá na obra, no nosso dia a dia os nossos contatos eram sempre com os gerentes de contrato. Então, com presidente, dono de empresa, nós não tínhamos contato algum. Eu, por exemplo, sempre tratei com os gerentes dos meus contratos, e os donos de empresa, presidentes de empresa, eu chegava a vê-los em reuniões, como na assinatura dos contratos ou em visitas à refinaria, uma vez por outra. Eu sabia quem eram alguns, mas não tinha...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Da Camargo Corrêa e da Galvão Engenharia, com quem o senhor tratava?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Na Camargo Corrêa e na Galvão Engenharia, com ninguém, porque eu não conheço ninguém dessas duas empresas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - No Convite nº 0634316098, da Unidade UHDT, UHG, o Tribunal de Contas da União está levantando possibilidade de um superfaturamento de 351 milhões, 443 mil, 396 reais. Foi o senhor que indicou o coordenador dessa licitação?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não; não fui eu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem indicou?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Essa Comissão de Licitação foi indicada pelo Gerente-Geral, Engenheiro Glauco. Usualmente, quem indica as comissões de licitação são os gerentes de empreendimento. Existe uma instrução corporativa, e quem indica as comissões são os gerentes de empreendimento. Porém, o Gerente-Geral tem a prerrogativa de chamar para si essa atribuição. E exatamente nesse caso, nesse período dessa licitação, eu já tinha chegado há pouco tempo na refinaria, eu e os demais colegas que iam compor a gerência de empreendimento. Nós ainda não havíamos sido designados. E, então, essa comissão de licitação, essas comissões, todas as comissões de licitação foram

indicadas pelo engenheiro Glauco. Eu queria apenas acrescentar um detalhe que, apesar de... Eu queria até corrigir, ele designou as comissões. Eu participei da seguinte forma: eu indiquei as pessoas do meu empreendimento, que ele poderia ou não aceitar. No meu caso, eu indiquei o coordenador e algumas pessoas do empreendimento, assim como tinham outras pessoas que compunham essa comissão — pessoas do jurídico, pessoas do setor de contratação corporativo. A comissão era multiórgão da refinaria. Então, da minha parte, o coordenador, mais dois ou três, fui eu que indiquei para o Glauco e ele aceitou e designou.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor indicou os nomes pra ele e ele fez a indicação formal?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - E ele fez a indicação formal porque ele havia recebido essa incumbência da Diretoria.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era o Diretor que pediu pra ele indicar?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Houve um DIP de solicitação de instauração das 12 licitações de todas as unidades, um DIP conjunto da gerência executiva, da engenharia e do abastecimento. Nesse DIP conjunto...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O que dizia esse DIP conjunto?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Esse DIP solicitava autorização pra fazer as licitações, continha as listas de todas as empresas e de todos os contratos e indicava o engenheiro Glauco para promover os processos, para conduzir os processos de licitação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, o senhor pode repetir isso pra mim? Existia um DIP da diretoria e da gerência indicando o Dr. Glauco para que ele indicasse as comissões de licitação, inclusive já com as empresas?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, desculpa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor pode repetir isso pra mim?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - O DIP da gerência executiva, o DIP conjunto das duas gerências executivas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O DIP conjunto?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Da gerência executiva da engenharia com o abastecimento. Nesse DIP continham todas as informações das

empresas e solicitava que autorizasse o RNEST, que era representado pelo engenheiro Glauco, a conduzir os processos. E isso foi autorizado pela Diretoria Executiva. Então, ele passou...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Entendi.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Ele passou a tomar as ações. E, no caso das comissões de licitação, por que ele designou as comissões? Porque nós ainda não tínhamos sido designados. Então, ele designou as comissões, e, depois disso... E, no mesmo DIP que ele designou as comissões, embaixo ele colocou: *"... e designo o Engenheiro Marcos Resende, e os outros, como autoridade superior nos processos"*. A partir daí, eu passei a ser autoridade superior dos meus processos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Nesse DIP conjunto...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Altineu, sem querer atrapalhar, e já atrapalhando, só porque...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Por favor, porque esse é um ponto muito importante.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É importantíssimo. Só contribuindo... Porque V.Sa. fala que o Diretor mandou. Esse Diretor era Paulo Roberto Costa? Qual era a Diretoria de Abastecimento aí?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, não. O DIP saiu da gerência executiva.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era a gerência executiva?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Da gerência executiva do abastecimento e da engenharia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas quem eram os responsáveis?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Os dois. Um era a Venina Velosa, e o da engenharia era o Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pedro Barusco?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas V.Sa. falou rapidamente aí, e eu entendi que já constava inclusive quais empresas seriam convidadas.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pedro Barusco, Venina, e também já indicava quais as empresas que os coordenadores tinham que convidar? Pedro Barusco era quem elencava isso?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Nesse DIP já continham as empresas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é. Quais as empresas que deveriam ser convidadas para aquele contrato.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Para cada contrato.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E aí que vazavam lá, e eles faziam tudo aquilo que... Mas tudo bem. Era isso que eu...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Deputado, muito importante a sua colocação. E eu quero dizer ao Sr. Marcos, eu, sinceramente, eu vejo aqui, a gente ouve tantos depoimentos, a gente vê que o senhor é um homem de bem. E o senhor fique tranquilo com as informações que o senhor está dando aqui, porque são tantas as informações que a gente recebe, inclusive sobre DIPs a gente recebeu algumas informações. E, às vezes, a gente não consegue entender, e essa é uma informação fundamental. Quer dizer, houve um DIP conjunto da gerência executiva, tanto da área de abastecimento quanto da área de serviços, quer dizer, do Sr. Pedro Barusco e da Sra. Venina. Assinaram um DIP, um documento interno, autorizando...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, solicitando...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Solicitando ao Sr. Glauco...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, solicitando à Diretoria autorização de instauração do processo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - A instauração do processo?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era a Diretoria?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - E indicando...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual Diretoria?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - A Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Executiva?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era o Diretor?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, era a Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - A Diretoria Executiva do empreendimento?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era a Diretoria Executiva? V.Sa. lembra?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Eram vários diretores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas quem recebia a determinação? Qual era, por exemplo, no caso da Venina e Pedro Barusco?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Deputado, para a gente finalizar, eu vou finalizar, porque o senhor tem condição de perguntar. Sr. Marcos, só pra esclarecer esse assunto, vamos voltar nesse ponto aqui. Foi feito um DIP conjunto...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Das Gerências Executivas, da Venina e do Pedro Barusco...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Solicitando à Diretoria Executiva que autorizasse...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - A instauração dos processos licitatórios e solicitando...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Os processos licitatórios, a seguir vários processos...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Vários processos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Indicando as empresas para os processos?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Isso. E indicando o IERNEST.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E indicando o...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - O IERNEST, que era...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O que significa IERNEST?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Implementação de Empreendimentos para a RNEST.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Isso.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Que o Gerente-Geral era o Glauco, indicando o Glauco a conduzir...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor tem cópia desse DIP?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - A PETROBRAS pode... Eu acho que os senhores podem solicitar, e a PETROBRAS com certeza vai... São documentos...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Esse documento é de quando, que o senhor imagina?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Esse documento é de julho de 2008.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Julho de 2008. Esse DIP é de julho de 2008.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Aprovado em 17 de julho de 2008 pela Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Aprovado em 17 de julho?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Em 2008, pela Diretoria Executiva. Então, nesse DIP já continha o Pedro Barusco, então? Ele, nesse DIP, solicitou e indicou quais seriam as obras e que empresas seriam convidadas?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Nesse DIP conjunto tinham exatamente essas informações. As obras são essas, as empresas, a convidação é essa, em cada um dos contratos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E assim foi feito?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - E assim foi feito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E assim foi feito.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - E dizendo qual foi em cada contrato, qual foi o critério de escolha das empresas, quais foram as notas dadas em cada requisito daquele, de qualidade, de técnica, requisito legal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, quer dizer, esse DIP, na realidade, já era ali previamente quem iria disputar cada licitação, quem ia ser

convidado para cada licitação. Quer dizer, ele solicitava essa autorização. E a Diretoria aprovou esse DIP?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - É assim que funciona sempre. Para solicitar a instauração, já se faz, vamos dizer, a seleção das empresas pelo processo, pelo Programa de Gestão de Fornecedores da PETROBRAS, pelo cadastro, e ali tem os requisitos, tem as notas que a gente coloca em cada um dos portais: portal técnico, portal de segurança, de SMS, portal legal, portal econômico. E as empresas que tiverem as melhores notas são as escolhidas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor trabalhou com o Sr. Glauco. Ele foi acusado de ter recebido propina nesse processo, não é? O senhor acredita que ele tenha recebido propina?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Olhe, eu trabalhei com o Glauco já em dois empreendimentos que eu trabalhei com ele. No primeiro foi o da TRANSPETRO, que eu falei, e agora, no segundo. E não tenho, na verdade, nunca vi nada, não tenho nenhum motivo para desconfiar de algum ato ilícito que ele tenha feito. Nunca... Não tenho absolutamente motivo para desconfiar de nada. Nunca vi nada.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Marcos, muito obrigado.

Sr. Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de falar como Sub-Relator *ad hoc,* em função de o Deputado Bruno Covas ter saído e me pedido que eu ocupasse a sub-relatoria *ad hoc*. Nesse aspecto, peço a V.Exa. paciência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Exa. vai verificar que, mesmo sendo do PT, estou paciente. V.Exa., então, tem os 10 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Muito obrigado, Sr. Presidente, é porque este depoimento é de suma importância.

Dr. Marcos, V.Sa. está contribuindo demais, porque é a primeira pessoa que eu estou vendo que está dizendo exatamente o que nós estamos querendo saber, os detalhes. São detalhes importantes. Pedro Barusco e Venina, cada um na sua função: um é de serviços e o outro, de abastecimento. No caso de Venina, serviços, aquisição de quais tipos de serviço ela delegou para contratação? Se V.Sa. puder, anote, porque tenho pouco tempo, e depois me responda.

Com relação a essa demanda da Sra. Venina para a comissão contratar aquelas empresas, ou selecionar — para convidar, porque o sistema da PETROBRAS é carta-convite, então se contratavam 10, 15, 30 empresas, dependendo de cada comissão —, quando Barusco encaminhava essa demanda e relacionava essas empresas, essa avaliação já havia sido feita ou a comissão é que fazia a escolha das empresas? O que eu gostaria de saber: ele mandava, por exemplo, a relação de 30 empresas. Essa comissão fazia o que com essas empresas? Mandava o convite apenas? Simplesmente despachava a carta-convite e eles mandariam a proposta? É isso?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Em primeiro lugar, o abastecimento trabalha em paralelo com a engenharia, mas ele não trabalha na licitação, não trabalha na implantação da obra. O abastecimento cuida da parte de orçamentação da obra, entendeu? Então, a Venina, ela não trabalhou em escolha de empresa, com certeza.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o DIP já vinha com as empresas. Quem botava essas empresas, essa relação?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Essa relação de empresas partiu da engenharia, com participação do Glauco, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixa eu ser mais claro, porque vai merecer de V.Sa. um pouquinho mais de detalhes.

O que aconteceu na PETROBRAS? Na visão da CPI, minha pelo menos, a PETROBRAS tem um setor importante e competente de orçamento. Então, para determinados serviços e determinadas obras se fazia o orçamento. Esse orçamento era feito tecnicamente, com segredo de empresa, sem vazar informação, mas aí é que chega o "x" da questão. Como Pedro Barusco ou Venina ou quem demandava o serviço... Já no DIP vem a relação das empresas? O que acontecia? Pedro Barusco, que fez a demanda, se nessa demanda havia 30 empresas, o que fazia? Lá no cartel dizia: *"Olha, as 30 empresas que eu estou encaminhando para a licitação são essas"*. Trinta! E lá no cartel eles tinham um clube em que se fazia um sorteio para ver quem seria o vencedor daquela obra. Aí, sabendo quais eram as 30, aquela que foi selecionada fazia a sua proposta, encaminhava para as 29 a sua proposta, para que elas pudessem fazer um orçamento não tão perfeito quanto aquele, mas mais

ou menos, e com preço superior, mandavam para lá e, então, ganhava a licitação. Era assim que procediam.

É por isso que para a gente é muito importante essa informação que V.Sa. acabou de dar de que Pedro Barusco ou Venina, quando faziam a demanda para fazer a licitação, que eram as cartas-convites, V.Sa. mais o coordenador que V.Sa. indicou e outros faziam, eram feitas em cima daquele DIP...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Isso é verdade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...quais as empresas que iriam participar. É exatamente isso. E aí era feito de fato em cima disso. Quer dizer, nessa questão, o coordenador da licitação não poderia incluir uma empresa que estava fora da relação que recebeu?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Por isso que a coisa era muito vulnerável. Por quê? Porque, sabendo quais eram as empresas, até tinha margem. Nós estamos falando de Pedro Barusco, de Venina. Mas os coordenadores também tinham acesso às empresas. Não estou dizendo que eles faziam, mas poderiam ter feito se fossem desonestos, não é? Poderiam informar as 30 empresas, porque muita gente já conhecia o cartel das empreiteiras, já sabia quais empresas tradicionalmente operavam com a PETROBRAS. O que gerou a corrupção na PETROBRAS foi exatamente isto: essa relação, que ia para essa comissão, que era encaminhada para o cartel, que definia o vencedor. Essa informação que V.Sa. coloca é muito importante.

Então, eles não tinham essa competência. Agora, havia possibilidade de essas empresas... Porque eu vi aqui que em algumas licitações se adotou até a negociação. Por exemplo, se a empresa apresentava acima de 20, a comissão chamava a empresa e entrava num processo de negociação para baixar o preço e atender àqueles requisitos. Eu queria que V.Sa., que conhece bem, tecnicamente — e eu sei que V.Sa. é uma pessoa séria e está aqui ajudando a CPI —, discorresse um pouco mais sobre esses detalhes, porque, para a gente, o importante é o detalhe. Como eram de fato essas operações?

No caso da Venina, eu sei que também houve alguns problemas de contratação de serviço. Ela denunciou alguns serviços também. Então, além de

obras, houve problemas com serviços. Eu gostaria que V.Sa. pudesse discorrer um pouco mais e detalhadamente como funcionava esse esquema que é fruto de tudo isso que nós estamos levantando aqui.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Certo. Então é o seguinte...

O SR. DEPUTADO IZALCI - E até, desculpe-me... Por que entra a questão do Barusco? Barusco devolveu 100 milhões de dólares. Nesse caso, eu quero mostrar que é perfeitamente possível a corrupção acontecer nesse processo. Ora, se eu tenho 20 ou 30 empresas indicadas, eu sei quem demandou. No caso, Pedro Barusco sabe: ele que indicou, mandou a relação das empresas. Talvez até nem tenha sido ele quem selecionou as empresas, mas ele tinha conhecimento de quais empresas. No momento em que ele tinha esse conhecimento e levava para o cartel, cabia tudo, porque lá definiam quem iria ganhar a licitação, e caberia definir qual era o percentual e essas coisas todas. Então, esse detalhe para a gente é muito importante. Se o senhor puder contribuir com a gente nisso...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Eu apenas queria acrescentar que eu não sei quem escolheu as empresas. O que eu estou falando é que o DIP, em conjunto, saiu assinado pela Venina e pelo Barusco com todas essas informações e quando chegou a minha mão já veio autorizado para aquelas empresas, e o Glauco já tinha designado a comissão de licitação. Então...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa., como técnico, nunca imaginou que poderia estar acontecendo alguma corrupção nisso? Ninguém nunca falou nada com V.Sa. sobre isso? Alguém lá, indicado por V.Sa., nunca chegou: "*Olha, pediram-me para escolher aqui ou fazer alguma coisa diferente"*?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não. Nunca. Na verdade, o que havia era uma orientação de que a gente usasse, vamos dizer, o máximo de competitividade. Então, a orientação era de no mínimo 15 empresas. Essa é a orientação que existe na PETROBRAS, nas licitações. Mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas 15 empresas... Já vinham relacionadas as 15 empresas. Não eram nem 16, nem 17. Eram 15.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, nesse caso já vinha pronto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já vinha prontinho.

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Mas, em outras licitações não é assim que funciona. Em outras licitações nós do empreendimento — nós do empreendimento —, inclusive eu e o meu grupo, nós entramos no sistema, fazemos a seleção das empresas, colocamos lá os requisitos, o sistema, então, relaciona as empresas que podem participar, e a gente convida dessa forma.

O SR. DEPUTADO IZALCI - No caso dos aditivos, era a mesma coisa? Os aditivos, quando eles pediam, também Barusco mandava: *"Ó, faz o aditivo"*. Tinha o mesmo procedimento?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Não, aditivo é um procedimento totalmente diferente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como é para o aditivo, só para a gente...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - O aditivo é o seguinte: quando a empresa tem algum pedido de pleito para fazer, que a gente chama de Proposta de Alteração de Escopo — PAE, a empresa apresenta a fiscalização do empreendimento para nós. Nós julgamos o mérito primeiramente e depois a empresa e aí nós falamos: *"tem"* ou *"não tem mérito"*. Quando não tem mérito, para por ali; quando tem mérito, ele vai e apresenta a proposta comercial. Eu, como gerente de empreendimento, designo uma comissão para negociar com a empresa aquele pleito.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, como eu sou o primeiro inscrito, eu gostaria de saber se posso fazer só mais uma pergunta, considerando os 3 minutos.

A Presidente Graça Foster e também Pedro Barusco, quando estiveram aqui, reforçaram muito que foram muito malfeitos o projeto básico e o projeto executivo. Praticamente apressaram demais para fazer a obra e não se preocuparam em fazer um projeto básico competente, tanto é que essa margem de menos 15% e de mais 20% é quando você não tem realmente um projeto detalhado para licitar. E aqui foi dito que a grande responsabilidade do prejuízo, dessa confusão toda, foi exatamente da má elaboração do projeto básico e do projeto detalhado, o projeto... Esqueci o nome dele. Tem o básico e tem o outro que é o?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Executivo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Executivo. V.Sa. também considera isso, que esses aditivos todos foram feitos por falta realmente de um contrato bem detalhado?

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - Eu diria que não por erro de projeto, por projeto malfeito. Eu diria que em 2007 foi utilizada uma estratégia que naquela época a diretoria da PETROBRAS entendeu que era uma boa estratégia, que foi um plano de antecipação da refinaria, um plano para antecipar a refinaria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quer dizer...

O SR. MARCOS JOSÉ PESSOA DE RESENDE - E, nesse plano — nesse plano —, o detalhe... Esse plano era baseado na contratação antecipada dos equipamentos críticos, que são os mais importantes, os maiores equipamentos da refinaria, em torno de 69 equipamentos. Então, você contratar os equipamentos críticos, contratar a antecipação do contrato de construção e montagem e contratar o projeto executivo praticamente simultaneamente é um risco alto que a diretoria, na época, quis correr. Eu não digo que é certo nem que é errado, foi uma escolha naquele momento. Então, com isso, eles anteciparam as partidas da refinaria para destilação. Isso foi em 2007. Eles anteciparam dessa forma. Se tudo corresse como eles tinham imaginado, a destilação teria partido em agosto de 2010, o coque teria partido em outubro de 2010 e o *diesel* S-10 estaria sendo produzido a partir de dezembro de 2010. Só que esses riscos... Por exemplo, se você... Nós sabemos que para fazer um projeto executivo eu tenho que ter informações detalhadas dos equipamentos, equipamentos importantes: eu tenho que saber carga para fazer a base civil; eu tenho que saber quantos bocais e em que posições esses bocais vão estar para poder fazer as interligações de tubulação, para fazer a parte elétrica e até a instrumentação. Então, se eu não tenho isso na hora certa, vou ter aditivos. Porque a construção e a montagem estão rolando... O contrato está lá. Se o projeto executivo não recebe do construtor do equipamento a informação para ele detalhar e entregar para construção e montagem, vai atrasar a obra. E isso foi o que aconteceu, o que a gente chama de interfaces de projetos de suprimentos. As interfaces de projetos de suprimentos foram as principais causas dos aditivos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - No popular se chama “o apressado come cru”. É mais ou menos assim, no popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, pelo menos neste momento V.Exa. não vai poder reclamar que teve pouco tempo.

Mas o Deputado Altineu Côrtes quer...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, eu quero fazer um agradecimento ao pessoal do Tribunal de Contas da União — Ricardo, João Batista —, aos nossos colaboradores da Câmara — Álvaro, Francisco, Márcia — e um agradecimento muito grande a toda a equipe do Manoel, da Secretaria da CPI, e a V.Exa., e dar parabéns ao Deputado Hugo Motta.

Foram 2 dias, na segunda, e hoje foram 13 pessoas, mas no dia anterior... São 18 pessoas na sub-relatoria. Isso é um quebra-cabeça. Às vezes, 5 minutos valem 1 mês. Eu, por exemplo, não sei... Fazendo só um breve comentário, se o Sr. Pedro Barusco, na sua delação premiada, de tão bonzinho que ele diz ser, está devolvendo ao Brasil 100 milhões de dólares, se ele relatou que previamente já dizia que empresa participava e iria participar de que obra, então eu considero que é a montagem de um quebra-cabeça.

Eu quero agradecer ao senhor a confiança, ao nosso Presidente, Deputado Hugo Motta. E é vida que segue nos próximos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Não havendo mais quem queira interpelar, dispenso o Sr. Marcos Resende e aviso ao Plenário e aos membros desta CPI que amanhã, no Plenário 12, às 9h30min, nós teremos uma reunião. A primeira parte é secreta e a pauta é debate acerca da empresa Kroll. Então, peço à Secretaria da Comissão que tome as providências para essa reunião secreta. A segunda parte será pública, para apreciação de requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e declaro encerrada a presente reunião.